

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN -FAUeD**  
**Curso de Arquitetura e Urbanismo**

MARIANA DOS SANTOS MOREIRA

**ARQUITETURA EFÊMERA**  
Equipamento público para pernoite de pessoas em situação de rua no município de São Paulo.

**Uberlândia/MG**  
**2023**

MARIANA DOS SANTOS MOREIRA

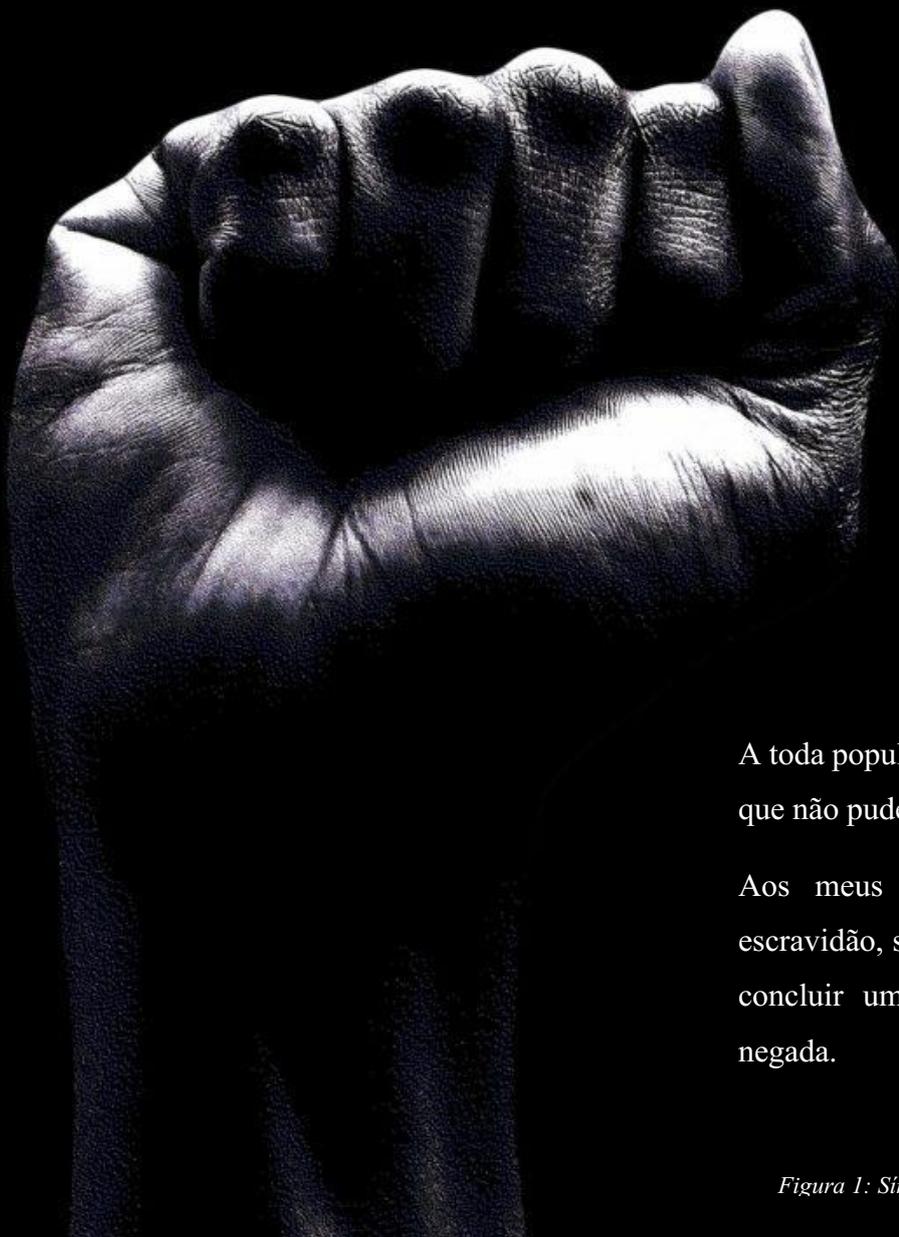
## **ARQUITETURA EFÊMERA**

Equipamento público para pernoite de pessoas em situação de rua no município de São Paulo.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade Federal de Uberlândia, como requisito necessário à obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Profº Orientador: Adalberto José Vilela Júnior

**Uberlândia/MG  
2023**



A toda população **negra**, especialmente àqueles que não puderam concluir o ensino básico.

Aos meus **ancestrais** que sobreviveram a escravidão, sendo possível que hoje eu consiga concluir uma etapa que por anos nos fora negada.

Gratidão à Deus.

À minha mãe Dulcy minha maior incentivadora a sempre ir em busca do que almejo, e parceira nos meus piores momentos durante esta caminhada. Esta etapa só foi possível graças ao seu esforço, paciência, amor e batalha dia após dia.

Aos meus avós Matildes e Reinaldo que nunca mediram esforços para que eu conquistasse mais esta luta e que sempre me incentivaram e guiaram minha trajetória.

Aos meus irmãos Júnior e Julia por sempre me distraírem, nos momentos mais conturbados, e por se preocuparem sempre comigo.

Ao meu pai Amarildo por confiar na minha capacidade e me apoiar.

Aos meus tios Aparecido e Reinaldo que sempre estiveram presentes em cada passo da minha caminhada e sempre me auxiliaram.

Às minhas lanterninhas Ana e Raíssa que foram meu suporte durante os anos de graduação.

Ao meu orientador Adalberto por ter aceitado o convite e por me auxiliar, com calma e sabedoria, no desenvolvimento deste trabalho em tão pouco tempo.

E por fim, agradeço a todos que contribuíram de alguma maneira para que eu pudesse permanecer na faculdade e concluir esta fase que é somente mais um caminho sendo trilhado com muito esforço e dedicação.



Figura 2: Morador de rua. Fonte: Pinterest



“...Essa história de falar  
Em só fazer o bem  
Não convence  
Quando o efeito não vem  
Porque **somente as palavras**  
**Não dão solução**  
Aos problemas de quem vive  
Em tamanha **aflição**  
Uns com tanto  
Outros tantos com algum  
Mas a maioria sem nenhum...”

Canção de Paulinho da Viola e Éltton Medeiros

## RESUMO

O aumento considerável de pessoas vivendo nas ruas nas grandes cidades brasileiras após a pandemia de Covid-19 é uma realidade. Apagados pela indiferença e invisibilidade social histórica, esta população agora conseguiu chamar a atenção (da mídia e da sociedade) para o problema e pressionar o poder público a ajudar de algum meio esta gente que se apropria dos espaços públicos urbanos com suas barracas improvisadas.

Por mais que existam iniciativas do governo de São Paulo direcionadas a este público, elas não conseguem suprir a demanda nos abrigos públicos, tanto de atendimento quanto de acolhimento. E os que conseguiram ali se instalar, com muita sorte, o fizeram depois de aguardar no mínimo 6 meses, tempo exigido após a realização do cadastro social no Estado. Enquanto aguardam o passar do tempo, este público segue nas ruas, sem moradia, sem alimentação, segurança ou auxílio. E assim o ciclo do descaso se renova e a vida se torna um martírio a céu aberto.

Este trabalho se propõe a desenvolver um equipamento leve e replicável, de baixo custo e de rápida produção e montagem; que servirá de apoio durante o período em que as pessoas em situação de rua aguardam os processos para obtenção de abrigo em centros de acolhimento disponíveis pela prefeitura.

Palavras chaves: temporário, provisório, frágil, emergencial.



Figura 3: Morador de rua. Autoria: Não identificada. Fonte: Pinterest



## ABSTRACT

The considerable increase of people living on the streets in large Brazilian cities after the Covid-19 pandemic is a reality. Erased by historical indifference and social invisibility, this population has now managed to draw attention (from the media and society) to the problem and put pressure on the public authorities to somehow help these people who appropriate urban public spaces with their makeshift tents.

As much as there are initiatives from the São Paulo government directed to this public, they are not able to supply the demand in the public shelters, both in terms of services and reception. And those who have managed to settle there, with a lot of luck, have done so after waiting at least 6 months, the time required after the completion of social registration in the State. While they wait for time to pass, these people are still on the streets, without housing, food, security or assistance. And so the cycle of neglect is renewed and life becomes an open-air martyrdom.

This work proposes to develop a light and replicable piece of equipment, of low cost and quick production and assembly; which will serve as support during the period in which people living on the streets are waiting for the processes for obtaining shelter in shelter centers available by the City Hall.

Keywords: temporary, provisory, fragile, emergency.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Símbolo Resistência Negra. Fonte: Pinterest
- Figura 2: Morador de rua. Fonte: Pinterest
- Figura 3: Morador de rua. Autoria: Não identificada. Fonte: Pinterest
- Figura 4: Representação da escravidão. Autoria: Não informado
- Figura 5: Trabalho escravo e assalariado, lado a lado, as duas versões da exploração cafeeira.
- Figura 6: Ofício enviado por um proprietário de estabelecimento agrícola para a Presidência da Província, solicitando o requerimento em que se propõe substituir em seu estabelecimento o trabalho escravo pelo trabalho livre. 1887. Fonte: Arquivo Público de SP.
- Figura 7: Jornal sobre os 5 anos após a abolição, 1893. Fonte: Arquivo Público de São Paulo
- Figura 8: Ilustração sobre a segregação no Brasil. Autoria: Artivistha
- Figura 9: Walter, 37 anos, morador de rua. Fonte: SP Invisível
- Figura 10: Campanha promovida pela Pastoral Nacional do Povo da Rua em Defesa do direito à habitação. Autoria: Bi Antunes / Arte em Movimento
- Figura 11: Manifestação por direitos básicos. Fonte: Rede Rua, 2020.
- Figura 12: Evolução da quantidade de pessoas em situação de rua no município de São Paulo. Fonte: Prefeitura de São Paulo
- Figura 13: Interior de uma módulo. Fonte: Prefeitura de São Paulo
- Figura 14: Externo das casa modulares. Fonte: Prefeitura de São Paulo
- Figura 15: Antônio. Autoria: André Soler. Fonte: SP Invisível
- Figura 16: Charge sobre arquitetura hostil. Autoria: Alexandre Beck
- Figura 17: Ação 'Flores e não pedras para os moradores de rua'. Autoria: Fábio Vieira
- Figura 18: Barracas de moradores de rua na Peixoto Gomide, entorno de um dos principais cartões-postais paulistanos, a Avenida Paulista | Foto: Daniela Giorno/Revista Oest
- Figura 19: Aquarela. Autoria: Jean-Baptiste Debret, 1827
- Figura 20: Pátio do Colégio em 2013. Autoria: Rogério P.D. Luz
- Figura 21: Pátio do Colégio em 1926. Autor: Theodor Preising
- Figura 22: Barracas no Pátio do Colégio, 2021. Autoria: Alexandre Battibugli. Fonte: Veja SP
- Figura 23: Pátio do Colégio em 2021. Autor: Bruno Santos.
- Figura 24: Pessoas em situação de rua entre 2020/2021. Fonte: Prefeitura de São Paulo.
- Figura 25: Moradores de rua em barracas improvisadas no Pátio do Colégio na madrugada mais fria de São Paulo em julho de 2021. Autor: Toni Pires
- Figura 26: Campanha "Despejo Zero". Autoria: Giorgia Prates

Figura 27: Desigualdade social. Fonte: Pinterest. Autoria: Moisés

Figura 28: Luís, em situação de rua na Praça da República. Autoria: André Soller. Fonte: SP Invisível

Figura 29: Claudemir, em situação de rua no Amaral Gurgel. Autoria: André Soller. Fonte: SP Invisível

Figura 30: Morador de rua. Autoria: Não identificado. Fonte: Rádio Câmara

Figura 31: Protesto nos pontos turísticos de SP, relacionado a crianças morando nas ruas. Autoria: Tião Nicomedes

Figura 32: Protesto em ponto turístico, relacionado a crianças morando nas ruas de SP. Autoria: Tião Nicomedes

Figura 33: Série Rabiola- Mandando a real sobre a Covid-19, 2020. Autoria: Camila Amy e LaCruz.

Figura 34: Série Rabiola- Mandando a real sobre a Covid-19, 2020. Autoria: Camila Amy e LaCruz.

Figura 35: Morador em situação de rua durante a pandemia de Covid-19, 2020. Autoria: Fábio Vieira

Figura 36: Família em situação de rua. Fonte: Outras Mídias

Figura 37: Fábio de Mello, 41, e Ângela Santos, 32. Foram para as ruas após serem despejados do local que moravam. Autoria: Rivaldo Gomes, 2022.

Figura 38: Paper Log House finalizadas em Kobe, Japão. 1995. Fonte: Shigeru Ban Architects,

Figura 39: Perspectiva com informações dos materiais utilizados. Fonte: McQuaid, 2003. Modificado pela autora.

Figura 40: Interior da Paper Log House, Shigeru Ban. Fonte: AZURE

Figura 41: Paper Log House com abertura na cobertura para melhor conforto térmico. Autoria: Brett Boardman

Figura 42: Implantação Just a Minute. Fonte: Architizer

Figura 43: Planta. Fonte: Architizer

Figura 44: Fachada frontal e lateral. Fonte: Architizer

Figura 45: Cortes AA e BB. Fonte: Architizer

Figura 46: Esquema para transporte da Just a Minute. Fonte: Architizer

Figura 47: Materiais para execução. Fonte: Architizer

Figura 48: Elementos Móveis – São peças do sistema que podem servir a diferentes configurações de montagem da UAB. Fonte: Projeto edifícios públicos sustentáveis (p 265)

Figura 49: Unidades em diversos climas. Fonte: Projeto edifícios públicos sustentáveis.

Figura 50: Moradores reclamam da truculência dos agentes da GCM. A autoria: Gustavo Basso

Figura 51: Logo Projeto Todos Pelo Centro. Fonte: Prefeitura de São Paulo.

Figura 52: Frases ditas por comerciantes no 2º Fórum Todos Pelo Centro. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 53: Tubos de papelão. Fonte: Pinterest

Figura 54: Proteção com membrana de PVC. Fonte: Interempresas

Figura 55: Bambu laminado. Fonte: Bambusa Estúdio

Figura 56: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

Figura 57: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

Figura 58: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

Figura 59: Estudo de insolação 17 horas Junho. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 60: Estudo de insolação 12 horas Junho. A autoria: elaborado pela autora

Figura 61: Estudo de insolação 06 horas Junho. A autoria: elaborado pela autora

Figura 62: Estudo de insolação 06 horas Dezembro. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 63: Estudo de insolação 12 horas Dezembro. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 64: Estudo de insolação 17 horas Dezembro. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 65: Croqui bioclimático. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 66: Fachada principal. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 67: Perspectiva. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 68: Fachada posterior. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 69: Cobertura: A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 70: Inserção do equipamento na rodoviária do Tietê. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 71: Inserção sob viadutos. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 72: Inserção do equipamento na praça da Sé. A autoria: Elaborado pela autora.

Figura 73: Família vivendo nas ruas. A autoria: ROBERTO MOREYRA. Fonte: O Globo

Figura 74: Família morando na rua. Fonte: Outras Mídias

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: População preta e parda em São Paulo.

Mapa 2: Mortalidade por Covid-19.

Mapa 3: Renda domiciliar em São Paulo nos anos 2.000

Mapa 4: Renda domiciliar em São Paulo em 2019

Mapa 5: Distribuição espacial de indústria, comércio e serviços. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

Mapa 6: Acesso a transporte de massa

Mapa 7: Idade média ao morrer.

Mapa 8: Distribuição espacial das pessoas em situação de rua no centro de São Paulo, 2003

Mapa 9: Expansão da área urbanizada do município de São Paulo nos anos de 1881-2002

Mapa 10: Distribuição espacial dos pontos de concentração de pessoas em situação de rua - 2019. Autoria: Qualitest. Fonte: Prefeitura de São Paulo

Mapa 11: Uso e ocupação do solo. Fonte: Elaborado pela autora.

Mapa 12: Fluxos e concentração de pessoas em situação de rua. Fonte: Desenvolvido pela autora.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Censos dos moradores de rua no município de São Paulo, (1991 - 2011). Fonte: Prefeitura de São Paulo. Autoria: Modificado pela Autora.

Gráfico 2: Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil. Fonte: Censo Suas, CadÚnico, RMA, IPEA (2015), IBGE (2015)

Gráfico 3: Quanto tempo as pessoas estão em situação de rua. Fonte: Prefeitura de São Paulo. Modificado pela autora.

Gráfico 4: Tempo que está em situação de rua 2021. Modificado pela autora. Fonte: Prefeitura de São Paulo

Gráfico 5: Presença de crianças e ou adolescentes desacompanhadas de adultos. Modificado pela autora. Fonte: Prefeitura de São Paulo

Gráfico 6: Presença de crianças e ou adolescentes acompanhadas de adultos. Modificado pela autora. Fonte: Prefeitura de São Paulo

Gráfico 7: Faixa etária. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.

Gráfico 8: Orientação sexual das pessoas em situação de rua em SP. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.

Gráfico 9: Nacionalidade das pessoas em situação de rua em São Paulo. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora

Gráfico 10: Porque veio para São Paulo. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora

Gráfico 11: O que faz para obter dinheiro/ com o que trabalha. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PÓS ABOLIÇÃO: QUAL O RUMO DOS NEGROS?	18
3. “CIDADE LINDA” E A DESIGUALDADE SOCIAL	25
4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO	40
4.1. Arquitetura hostil – as tentativas higienistas nos espaços públicos	50
5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO.	54
5.1. Morador de rua no século XXI	65
5.2. Pós pandemia: o que mudou?	73
5.4. Perfil da população de rua no município de São Paulo	81
6. ESTUDOS DE CASO	85
6.1. Paper Log House (1995)	85
6.1.1. Just a minute - Emergency house (2015)	89
6.1.2. UAB UNIDADE AUTÔNOMA BÁSICA - vencedor do prêmio IAB/MD	93
6.1.3. Síntese – estudos de casos	95
7. ANÁLISE DO ENTORNO	97
7.1. Materiais	102
7.1.1. O projeto: proposta replicável	105
7.1.2. Projeto Final	110
8. CONCLUSÃO	118
9. REFERÊNCIAS	119

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo contribuir, a partir do aprendizado assimilado ao longo do curso de arquitetura, para o enfrentamento do descaso e da invisibilidade que assolam uma grande parcela da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Os motivos para o crescimento vertiginoso de pessoas vivendo nessas condições atualmente são muitas, mas suas raízes históricas se relacionam diretamente com a inconclusão do processo pós- abolição, que associou a presença maciça de pessoas negras nas ruas com a introdução dos meios de produção capitalista no Brasil no final do século XIX. A ideia é desenvolver um equipamento replicável para pernoite, a fim de substituir as barracas improvisadas que esta população desenvolve para sobreviver nos espaços públicos de São Paulo, onde está população mais cresce (BONDUKI, 2020). O projeto visa também uma solução que seja rápida de executar, montar e desmontar e que proporcione um pouco mais de privacidade e conforto a quem está nas ruas, principalmente mães com crianças de colo. Por mais que existam iniciativas do município direcionadas a este público, elas são insuficientes para a quantidade de pessoas nestas condições e demandam um determinado tempo de espera que, para quem está completamente desassistido e sem comida, pode ser crucial.

Para que sejam mais bem compreendidas as necessidades enfrentadas por esta população, este trabalho engloba questões históricas, estudos das características do público-alvo, assim como as políticas públicas municipais, implementadas ou planejadas, direcionadas ao enfrentamento desta crescente problemática, além de suas fraquezas e potencialidades.

Se durante o período colonial a questão da libertação dos escravizados não recebeu a devida atenção do poder público, para onde iriam, onde trabalhariam e como viveriam, por exemplo, é na cidade contemporânea que enfrentamos os reflexos deste descaso do passado, com o agravante de ver o problema crescer sem perspectiva de solução. A questão passa pela organização da sociedade brasileira, bastante desigual, e reverbera entre grupos sociais formados por desabrigados, dependentes químicos, desempregados ou pessoas com problemas familiares que não encontram apoio nem oportunidades para saírem da situação em que se encontram, e quando encontram, não conseguem vagas nos abrigos municipais pois o sistema de apoio não absorve o contingente, que cresce cada vez mais.

Em relação aos dados estatísticos acerca da população de rua em São Paulo, o trabalho considera não apenas os dados disponibilizados pela Prefeitura, mas também as vivências cotidianas, suas carências e demandas mais urgentes. Dessa forma, partiu-se da necessidade de

criação de um equipamento que auxiliasse as pessoas no período em que elas se encontram mais vulneráveis, ou seja, durante o tempo de espera entre a entrada do pedido de assistência junto às autoridades e a efetiva liberação de vagas nos abrigos municipais. Neste tempo, que pode chegar a seis meses, e enquanto aguardam este processo sem terem para onde ir, a ideia é os abrigos temporários acomodados nos espaços públicos possam servir como novo lar, organizado e planejado.

Com a expansão do capitalismo no Brasil no século XX, um número expressivo de imigrantes europeus desembarcou no país, trabalhando em condições adversas, mas com as garantias asseguradas à mão de obra assalariada. Em contrapartida, os negros seguiam sob regime escravocrata, sem reconhecimento de direito algum, e sem nenhuma reparação. Com a dinâmica capitalista e o surgimento de uma nova elite, composta pela oligarquia agrária tradicional e a nascente burguesia, ocorreram transformações nas relações sociais brasileiras em que o regime escravocrata não era mais vantajoso ou compatível com os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro naquele momento.

Mas as discussões sobre o processo de abolição se restringiram aos ambientes institucionais e nunca envolveram a participação popular. Nunca houve consultas públicas e, principalmente, oportunidade das pessoas pretas para se manifestarem e reivindicarem medidas complementares à libertação, deixando inconcluso este processo de “liberdade” para com o povo negro pós-abolição.

Por fim, em maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea – de apenas uma linha que libertava o povo negro, mas não havia sequer propostas de reforma agrária, auxílio a moradia, oportunidades de inserção a vida em sociedade e ao trabalho renumerado, sem acesso à saúde, à educação, ocasionando assim em um excedente de mão de obra à disposição (MARINGONI, 2011) –, o problema continuou sem solução.

A negligência do passado se reflete em muitos aspectos da vida cotidiana, da concorrência desleal no mercado de trabalho até as vagas do ensino superior (já em processo de reparação), mas o real racismo, estrutural, também se evidencia na discrepante segregação na sociedade, principalmente nas grandes metrópoles, como São Paulo. Prover um abrigo mínimo e provisório, de qualidade e acessível economicamente, é garantir a dignidade desta população, tão vilipendiada ao longo dos séculos.

“O ouro da pena brilhou!  
o ouro da pena brilhou, reluziu!  
como cano de fuzil a fumegar  
e a lei áurea, áurea lei  
libertar jamais iria  
por concessão  
todo o povo que sofria  
na escravidão  
libertar jamais iria  
por concessão  
todo o povo que sofria  
na escravidão  
a cor da pele é quem sabe  
que liberdade não cabe  
num pedaço de papel  
dona Isabel, me desculpe  
vou à luta não me culpe  
vou atrás do que é meu (...)”

Música: Zumbi-me, Palmares.  
Samba de vela



Figura 4: Representação da escravidão. Autoria: Não informado

## 2. PÓS ABOLIÇÃO: QUAL O RUMO DOS NEGROS?

"A população em situação de rua, especialmente no Brasil, é uma população majoritariamente negra. A relação entre o fenômeno da população de rua e séculos de escravidão, e de um racismo estrutural, estruturado, um racismo estrutural instaurado no nosso país ela é muito nítida" (DIAS, 2022)

Os anos de 1500 até 1888 foram marcados pela invasão dos portugueses e exportação de matérias primas para a Europa, como o pau brasil e posteriormente o ouro; pela catequização dos nativos, e sobretudo pela escravidão de pessoas advindas da África.

Próximo ao fim do século XIX, em 13 de maio de 1888 após diversas mobilizações coletivas e pressões externas em decorrência do avanço do capitalismo industrial emergente, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que proibia o trabalho escravo no Brasil, último país do Ocidente a fazê-lo. Sendo a cidade de Campinas, interior de São Paulo, a última a abolir, em prática, a mão de obra escrava. (LIMA, 2018)<sup>1</sup>. Logo após a referida data, o que se viu foram escravizados libertos abandonados à própria sorte, deixados sem qualquer orientação governamental, sem o apoio de programas de inserção na sociedade – conforme as regras baseadas em trabalho assalariado – para iniciarem uma vida mais digna e a construção de algum patrimônio, pois obviamente não tinham posse alguma. Enganase quem acredita que a problemática de moradores de rua é exclusiva do século XX.

A maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. (NASCIMENTO, 2019, p. 87)

O número de escravizados no ano de 1887 chegava a 723.419, conforme registrado pelo Ministério da Agricultura. Desse total, 482.571 pessoas se concentravam nos locais onde se encontravam as produtoras de café, na Região Sudeste (São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), áreas consideradas, em relação à economia, as mais modernas. (MARINGONI, 2011)

É interessante observar que desde 1870 o país estimulava a entrada de trabalhadores imigrantes, em sua grande maioria europeus. E, nesse

<sup>1</sup> Sobre a escravidão em Campinas- SP, ver artigo *A libertação dos escravos: Como Campinas viveu aqueles dias?* Disponível em: < <https://ihggcampinas.org/2018/05/13/a-libertacao-dos-escravos-como-campinas-viveu-aqueles-dias/>



contexto, o cenário de trabalho nas lavouras se transformava em um ambiente ao mesmo tempo degradante e humilhante, onde se colocavam lado a lado pessoas assalariadas e escravizadas executando as mesmas tarefas.

Os números registrados de imigrantes no país aumentaram no decorrer dos anos de 1871 a 1880, com registros em torno de 219 mil imigrantes, segundo o IBGE. Mas esse número se ampliou na década seguinte para 525 mil. Ao final da abolição, o número de imigrantes chegou à somatória de 1,13 milhão. Entraram mais imigrantes no país do que negros, que foram “beneficiados” com a libertação.

A dinâmica do Estado e relações sociais foram se modificando conforme o capitalismo se expandia pelo país, colaborando para a transição de poder, antes exclusivamente nas mãos da oligarquia agrária, agora compartilhada com uma burguesia progressista.

A incompatibilidade do negro cativo para a economia capitalista foi também um dos motivos para que ocorresse a abolição.

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobre trabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobre trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão. (MELLO, 1982)



Figura 5: Trabalho escravo e assalariado, lado a lado, as duas versões da exploração cafeeira.

Por sua vez, o movimento abolicionista não visava nenhum humanitarismo em relação aos negros, e muito menos reformas democratizantes sociais. Visto que a abolição foi resultado de pressões externas em decorrência da expansão do capitalismo e da luta dos escravizados nas fazendas, que culminaram com o assassinato de senhores e feitores, que nas décadas de 1870 a 1880 foram mais presentes que anteriormente, de passeatas, manifestações contra a escravidão, resultado de atos políticos que reunia multidões. (MATA, 2007, p. 165)<sup>2</sup>. Isso ficou nítido, não somente pelos fatos apontados anteriormente, como também pela rejeição do projeto abolicionista de Joaquim Nabuco<sup>3</sup>, que obrigava os senhores de fazenda a alfabetizar e ensinar os princípios de moralidade, além de estabelecer também aulas primárias, nas vilas e cidades, aos escravizados. A Lei Áurea, curta e direta de duas linhas, garantia apenas a liberdade imediata e incondicional, e a marginalização do negro foi instituída.

... tudo que diz respeito à nossa abolição oficial, quer dizer, puramente formal, está umbilicalmente vinculado à revolução industrial inglesa; a emergência da produção baseada no trabalho “livre” necessitava de mercados para sua manufatura industrial. Foi por isso que os antigos escravocratas ingleses proibiram o tráfico negreiro que tanto concorreu para sua acumulação capitalista, e este ato carecia de qualquer razão humanitária e/ou de justiça. (NASCIMENTO, 2019, p. 88)<sup>4</sup>

Sendo assim, após a abolição alguns libertos escolheram permanecer no trabalho da lavoura, mas com novas negociações realizadas com os ex-senhores, de modo a não se sujeitarem às mesmas situações e condições praticadas durante o regime de escravidão. O acordo também previa que houvesse pagamento de salário, assim como acontecia com os imigrantes, e que a jornada de trabalho não ultrapassasse mais que três ou quatro dias por semana (MATA, 2007, p. 173).

Outros libertos optaram em seguir como homens livres<sup>5</sup> pois não queriam mais viver com base na subordinação, e recorreram a estratégias diversas para subsistir, exercendo trabalhos autônomos como engraxate, sapateiro, barbeiro, cozinheiro, carpinteiro até vendedor ambulante. Entretanto, estes serviços não garantiam um rendimento fixo mínimo para

---

<sup>2</sup> Iacy Maia Mata: professora do Departamento de Educação, Campus II, Universidade do Estado da Bahia, e doutoranda em História Social, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<sup>3</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910): principal teórico do movimento abolicionista, político, diplomata, historiador e jornalista formado Faculdade de Direito de Recife.

<sup>4</sup> Abdias Nascimento (1914-2011): Uma das maiores vozes destaque pelos direitos dos afrodescendentes do Brasil, pioneiro do moderno teatro brasileiro criando o Teatro Experimental do Negro, em 1944. Fundador do Ipeafro, em 1981. Foi deputado federal, entre 1983 e 1987, e senador, entre 1977 e 1999, pelo Rio de Janeiro. Indicado 2 vezes ao prêmio Nobel da Paz, em 1978 e em 2010.

<sup>5</sup> Conceito datado no Brasil Colonial, se dirige a pessoas sem emprego ou ganhos fixos, com poucos recursos para se sustentar. Fonte: ESQUINCA, Michelle Marie Méndez. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e República**. São Paulo, 2013. p. 22





Figura 7: Jornal sobre os 5 anos após a abolição, 1893. Fonte: Arquivo Público de São Paulo

De vítima acorrentada pelo regime racista de trabalho forçado, o escravo passou para o estado de verdadeiro pária social, submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata. (NASCIMENTO, 2019, p. 89)

Povo guerreiro

Bate tambor

Comemora a **liberdade**

Mas a igualdade não chegou (...)

Nossos ancestrais lutaram pela liberdade

Contra tudo e contra todos

O negro nunca foi covarde

Fugiu das senzalas

Refugiou-se nos quilombos

Conquistou a liberdade

Mas em busca da **igualdade**

Ainda sofre alguns tombos (...)

No pós liberdade

O negro foi marginalizado

Teve a alma aprisionada

Com as algemas da **desigualdade**

Hoje refugiado em favelas

Onde a vida tem suas mazelas

Combate à miséria, o preconceito e a adversidade

A igualdade e o respeito

Mais do que anseios

Também são necessidades”

Música: Povo Guerreiro. Crioulo



Figura 8: Ilustração sobre a segregação no Brasil. Autoria: Artivista

### 3. “CIDADE LINDA” E A DESIGUALDADE SOCIAL

“Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto.” (MARX, 2013, p. 721)

A cidade de São Paulo, nos anos de 1940, se considerava o “maior centro industrial da América Latina”, em 1960 era a “cidade que mais cresce no mundo”, e todas as manhãs no ano 1970 era anunciado nas rádios “a cidade que amanhece trabalhando”, chegando em 1990 sendo considerada “a maior cidade global do hemisfério sul”. (BONDUKI, 2020)

Recentemente, o prefeito João Doria (2017-2018), a denominou como “cidade linda”. Mas linda para quem? Quem pode usufruir das belezas de São Paulo, considerando a enorme **segregação** na cidade, que corrobora com o aumento, cada vez mais visível, da **desigualdade social**?

A alta demanda do mercado imobiliário, altamente especulativo que restringe os melhores espaços para poucos; somados a inconclusão da abolição da mão-de-obra escrava, estão diretamente ligados ao aumento da desigualdade social e segregação que perduram na atualidade. (MARICATO e COLOSSO, 2017)

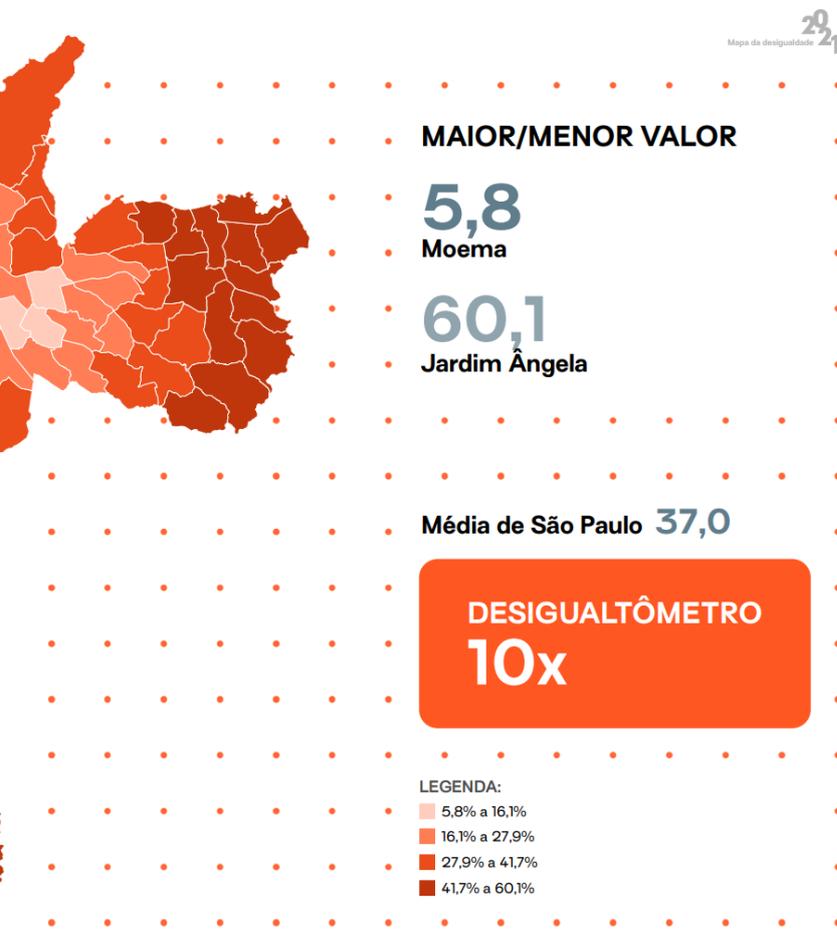


Mapa 1: População preta e parda em São Paulo.

Sobre a segregação, os espaços na cidade de São Paulo podem ser compreendidos de dois modos: a) cidade linda e perceptível, na qual os espaços destinados à população de alta renda – com população composta majoritariamente por pessoas brancas e com maior nível de escolaridade – se localizam, na sua grande maioria, nas regiões centrais e possuem melhores infraestruturas, mobilidade urbana, arborização e uma vasta presença de parques, equipamentos públicos e comércio.

b) a cidade feia e despercebida, na qual a população com renda menor, baixo nível de escolaridade, composta predominantemente por pessoas pretas e/ou pardas, se encontram preferencialmente nas regiões periféricas, que por sua vez não possuem o mínimo de saneamento básico, muito menos um projeto urbanístico, fazendo com que estas regiões, em sua grande maioria, não tenham acesso a ruas asfaltadas, e sim becos e vielas, dificultando também o acesso à coleta de lixo e à mobilidade urbana.

Flávio Villaça questiona esse modelo de urbanização e defende que a população de alta renda não deveria se concentrar apenas em uma região, mas se dispersar pela cidade a fim de propiciar



que todas as regiões tenham um melhor cenário urbanístico, econômico, de mobilidade e de infraestruturas. E ainda afirma que esse é um modelo padrão que se reproduz em todas as metrópoles brasileiras “acima da média” (VILLAÇA, 2012, p. 62). Enquanto as regiões centrais possuem um planejamento urbano consolidado e alta densidade e oferta de serviços públicos, que beneficiam os moradores locais, as regiões periféricas e sua população não contam com todo esse engajamento.

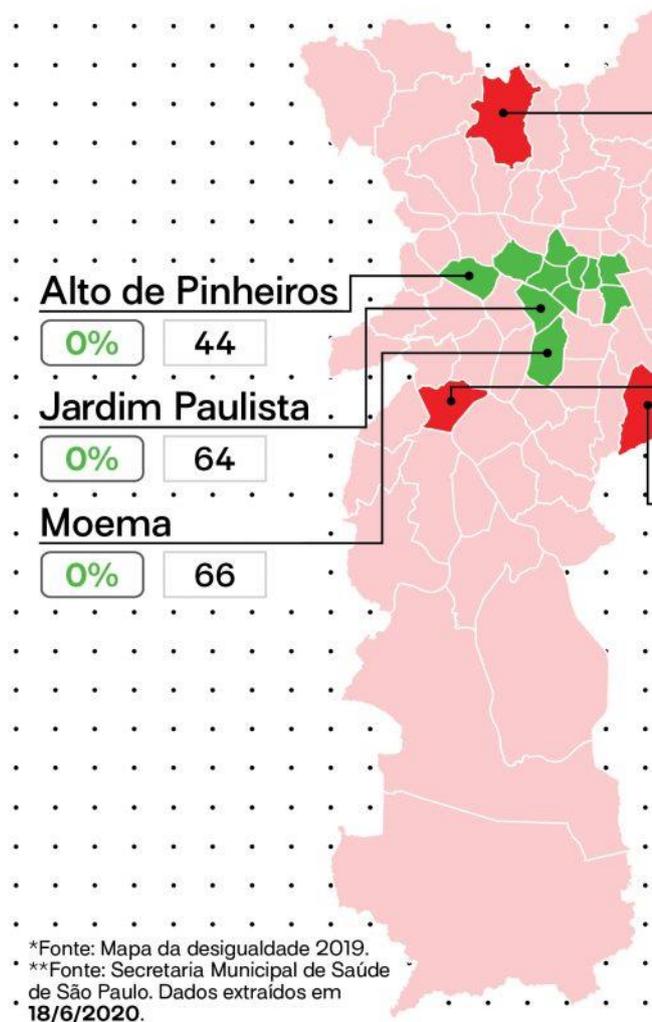
À população menos favorecida restam as sobras? Comumente entendidas como espaços insalubres que acabam favorecendo a proliferação de doenças como Dengue, Zika, Chikungunya e atualmente Covid-19.

Este fato fica nítido ao analisar os números

de mortes por Covid-19 na pandemia de 2020-2022 e sua relação com a predominância de casos nas áreas periféricas. Mas não somente esta desigualdade proporcionou que ocorresse maiores casos de Covid-19 nas periferias, a falta de comprometimento, sensibilidade e responsabilidade por parte dos poderes públicos, que deveriam ser os primeiros interessados em amenizar as taxas de mortalidade, contágio da população; também colaboraram para os números das estatísticas. Além das divulgações em como evitar a este vírus, as autoridades deveriam

providenciar e disponibilizar de imediato os itens básicos necessários àqueles que são menos favorecidos, pois somente divulgações e palavras não bastam àqueles que não tem um lugar minimamente digno de se morar, quem dirá de se obter os aparatos para o cuidado contra o vírus, visto que, todos os itens (álcool em gel, máscaras) utilizados como meios de proteção tiveram um grande pico de aumento nos preços e pouco foi feito em relação a isso. Essa segregação corrobora para uma urbanização ilegal (favelas e loteamentos ‘clandestinos’) que muitas vezes ocorrem nos espaços de APP’S<sup>6</sup>, APA’S<sup>7</sup>, APM’S<sup>8</sup>; regiões que possuem proteção conforme legislação, logo são regiões que não há interesse do mercado imobiliário, visto que sua ocupação é considerada ilegal, mas são as áreas que “sobram” para a população mais pobre. Analisando este cenário – diga-se de passagem estrutural – há quem diga que esse quadro é reflexo da falta de planejamento urbano. Fato que não pode ser considerado verdadeiro, pois segundo o Estatuto das Cidades, municípios cujas populações ultrapassem 20.000 habitantes, obrigatoriamente devem possuir um Plano Diretor<sup>9</sup>. Logo, a pergunta que fica é: em que medida o planejamento urbano de São Paulo trabalha

## A Covid-19 e a moradia precária



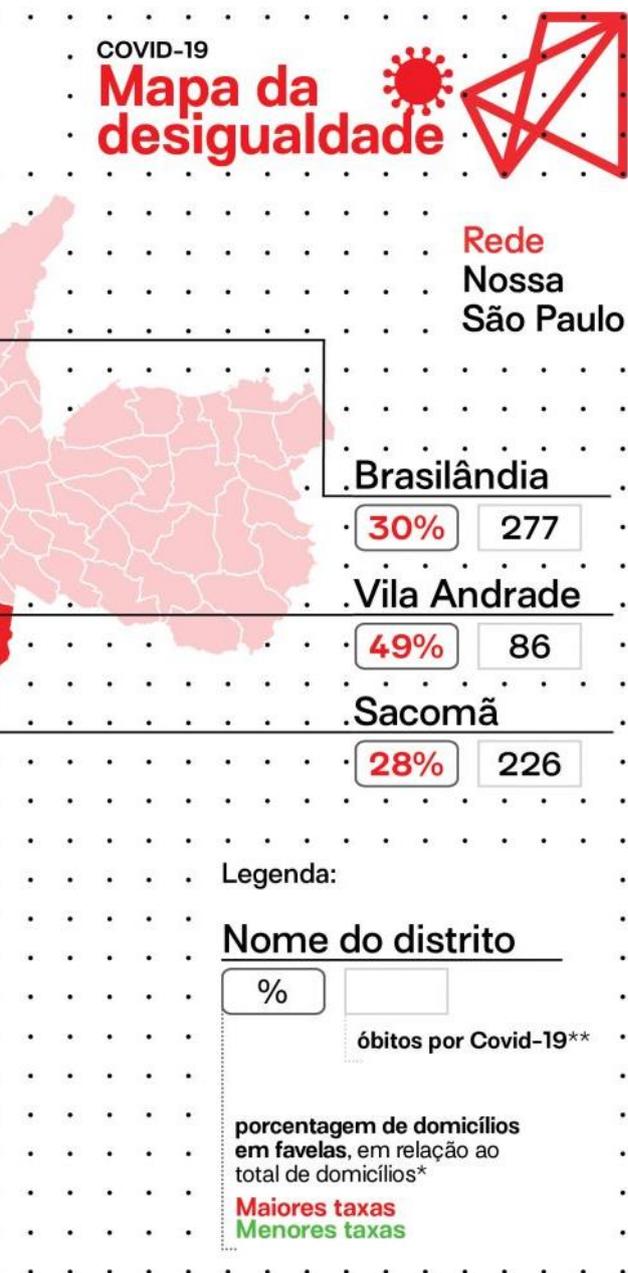
Mapa 2: Mortalidade por Covid-19.

<sup>6</sup> Código Florestal, Lei nº12.651/12: II – Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Fonte: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

<sup>7</sup> Área de Preservação Ambiental; proteção a flora e fauna importantes para a qualidade de vida da população local. Fonte: Lei 6902/1981

<sup>8</sup> Área de Preservação aos Mananciais. Fonte: Legislação Estadual SP

<sup>9</sup> Plano Diretor: lei que tem como intuito a orientação do desenvolvimento e crescimento da cidade. Direcionando ações dos produtores dos espaços urbanos, públicos e privados a fim de que a cidade seja desenvolvida com planejamento atendendo as necessidades coletivas de toda a população. Fonte: Gestão Urbana SP

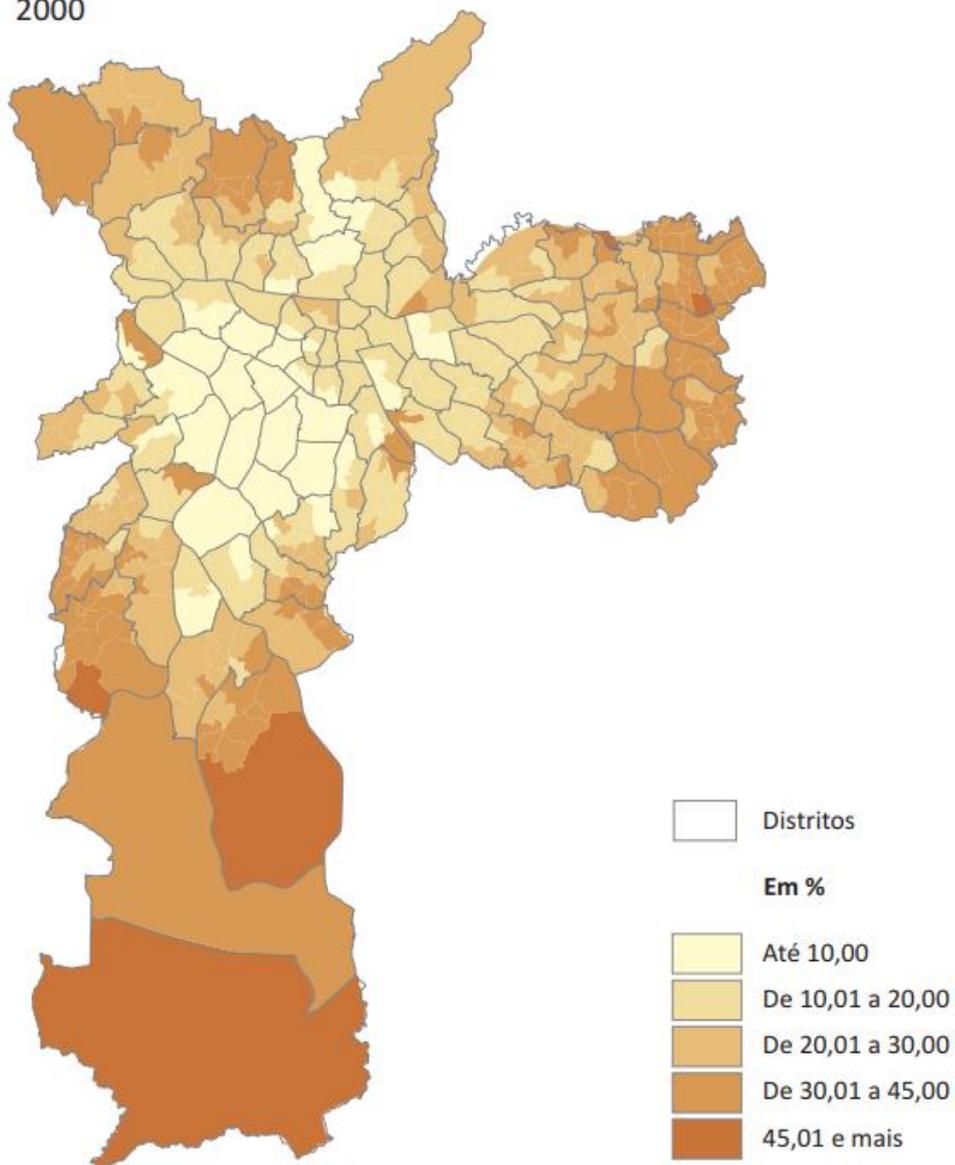


para minimizar estas discrepâncias? E mesmo que haja, em passos lentos, medidas para transformações na sociedade brasileira a **estrutura racista** (psicocultural – econômica-política) permanece. (NASCIMENTO, 2019, p. 150)

Ainda sobre São Paulo, Villaça (2012) analisa que a região sudoeste se difere das demais: alto índice de Desenvolvimento Humano, maior renda, menor vulnerabilidade social. Se difere até no clima em relação as demais regiões da cidade, em decorrência da maior presença de espaços e parques arborizados, que contribuem para um clima mais ameno em relação as demais.

## Território e cidadania

### Domicílios com renda domiciliar de até três salários mínimos 2000

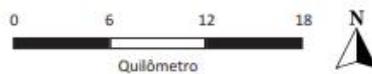
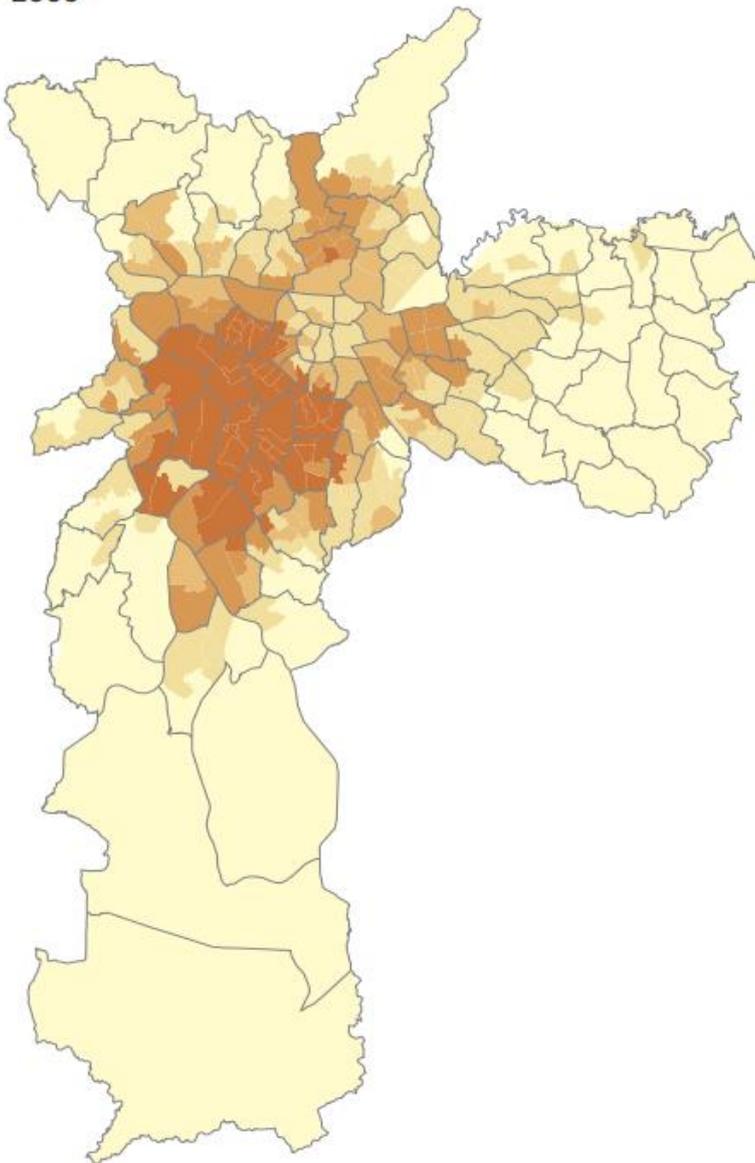


**Fonte:** IBGE. Censo Demográfico 2000. Projeção Estatística da Amostra.

**Nota:** As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinada faixa de renda e o número total de domicílios permanentes, ambas as variáveis referentes a cada uma das 456 Áreas de Ponderação da Amostra do Censo IBGE/2000 definidas para o Município de São Paulo.

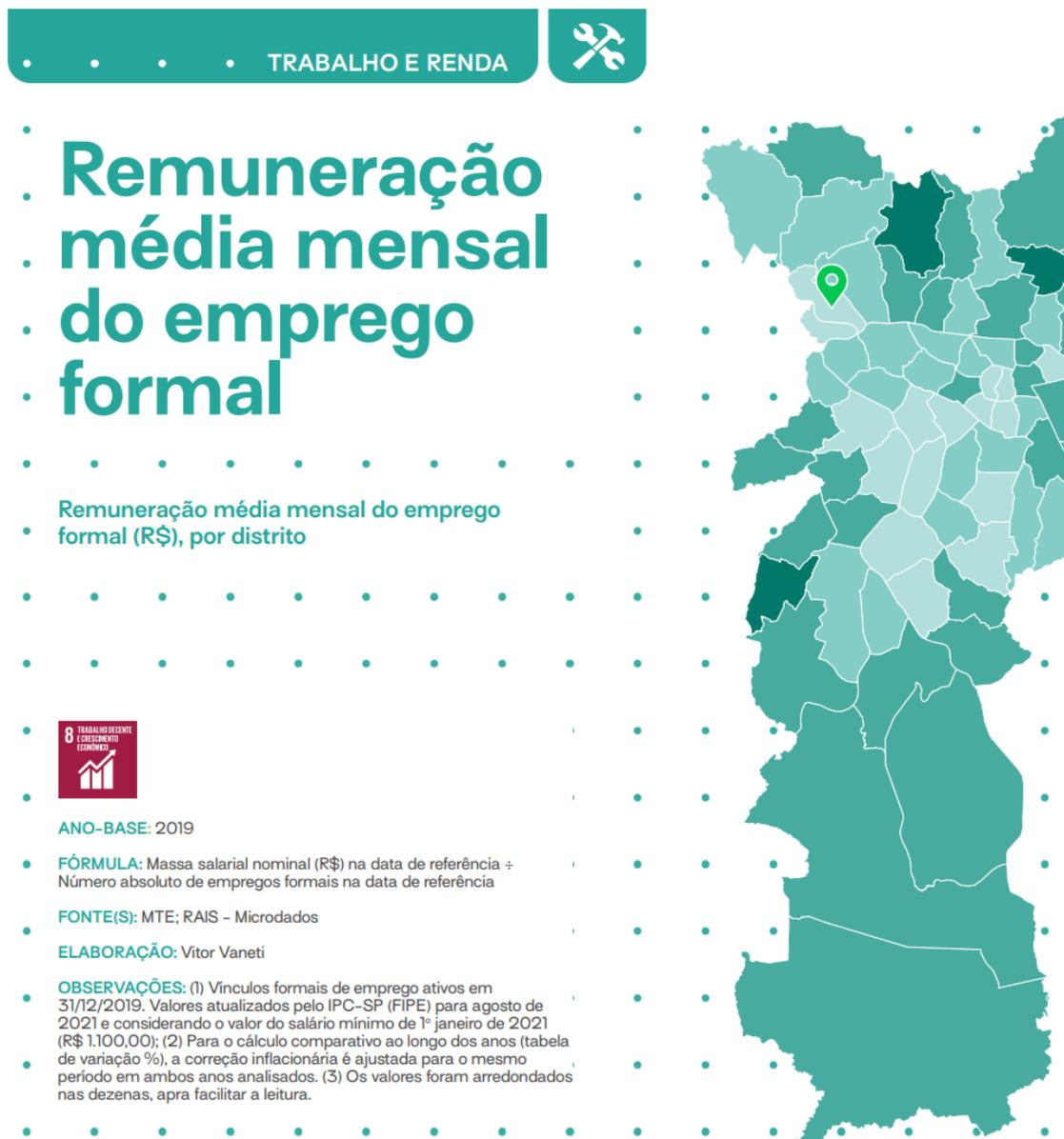
*Mapa 3: Renda domiciliar em São Paulo nos anos 2.000*

**Domicílios com renda domiciliar  
de 20 ou mais salários mínimos  
2000**



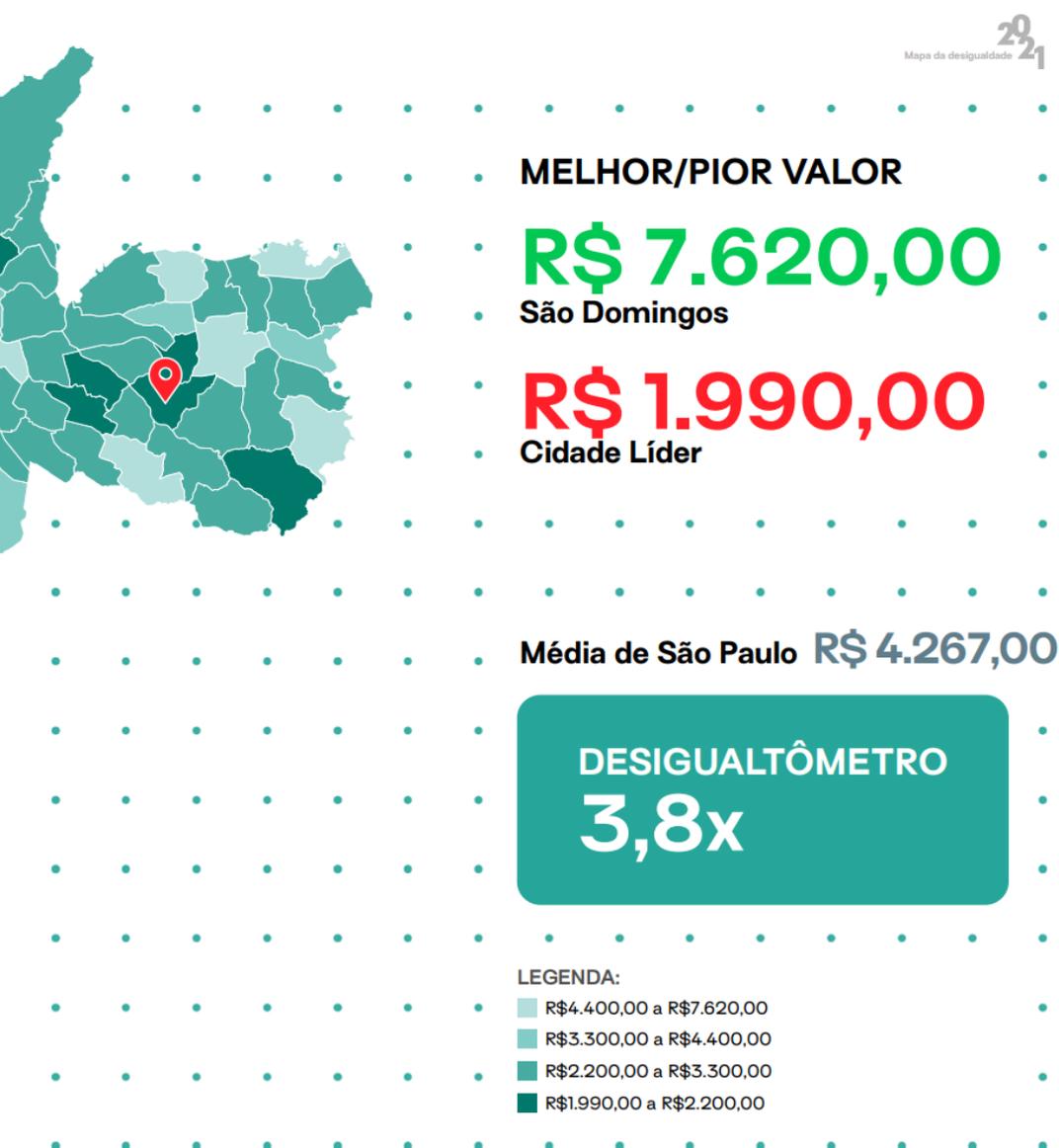
Analisando os mapas de 2000, percebe-se que a concentração de maior renda por domicílio se situa nas áreas centrais do município e, por conseguinte, as menores rendas por domicílio encontram-se nas áreas periféricas.

Essa é a forma clássica de segregação apresentada a partir de circunferências concêntricas, onde os mais ricos se estabelecem ao centro e os mais pobres nas extremidades.



Mapa 4: Renda domiciliar em São Paulo em 2019

São 19 anos que separam os mapas 3 e 4 e ainda assim a concentração de maiores rendas permanecem no centro da cidade. Por mais que São Paulo tenha atravessado períodos de crises durante os anos 1970 e 1990, que acarretaram a dispersão do centro da região da Sé, para a Paulista, posteriormente para a Faria Lima, Higienópolis, o cenário ainda perdura. Essa concentração de capital reflete diretamente nas relações de mobilidade urbana, uma vez que os empregos de setor terciário se concentram na região central, e os trabalhadores destes locais residem na periferia, ocasionando assim longas horas de deslocamento dos empregados. Do outro lado, a realidade é bem diferente: seus patrões trabalham próximos às suas residências, na região onde se encontram a maior parte das agências bancárias, de escritórios corporativos e de espaços de trabalhos para a população com maior nível de escolaridade.

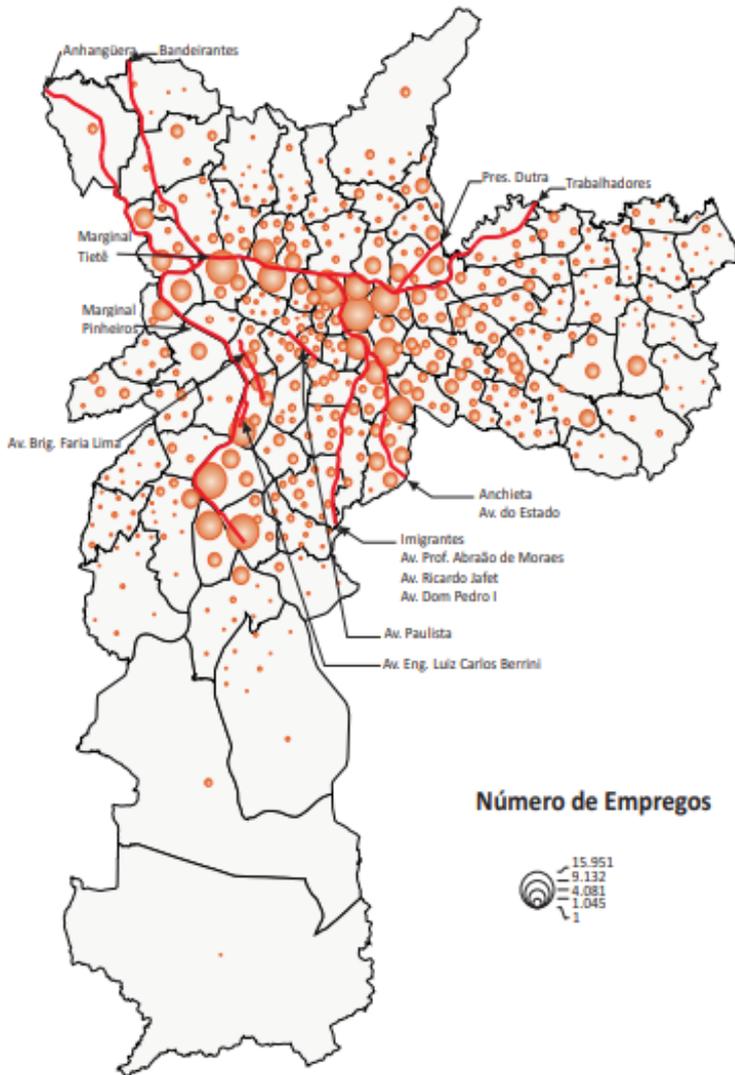


Além de também terem ao lado de casa um salão de beleza, mercado, creche, escola, e equipamentos de lazer e saúde.

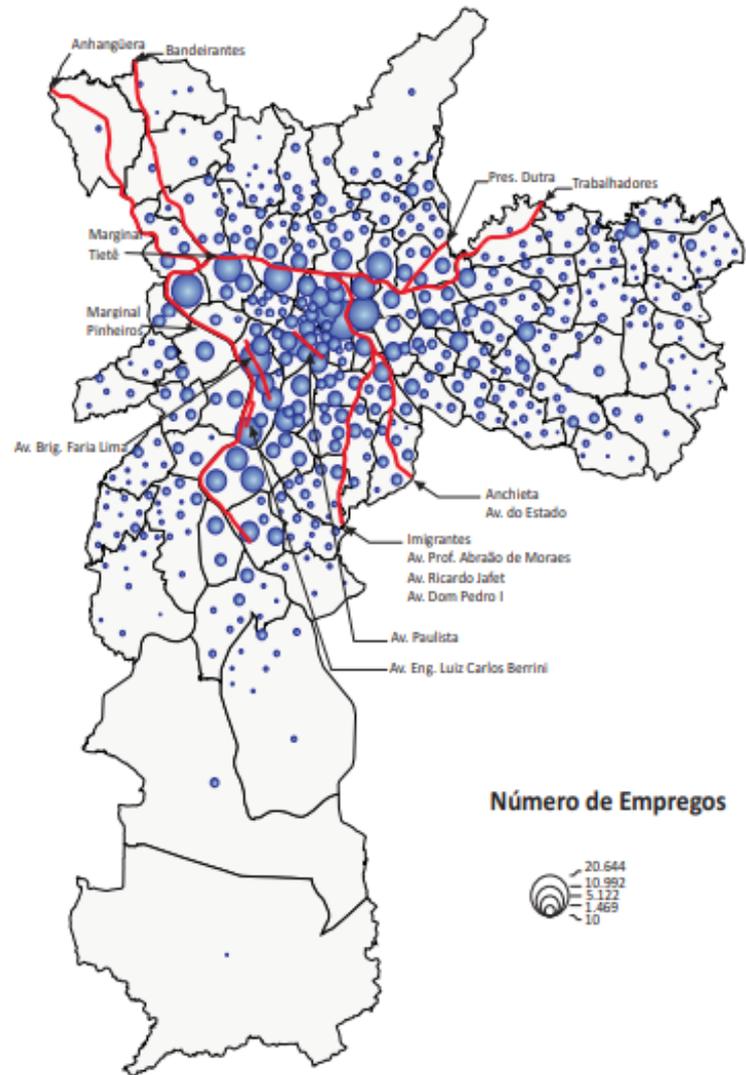
“Assim, os mais ricos minimizam os tempos de deslocamento para os locais de diversão, lazer, compras e serviços de todos os membros da família.” (VILLAÇA, 2012, p. 64)

Em contrapartida, a população mais pobre tem que buscar mais meios de serviços para complementar a renda e até mesmo os mais jovens, ao completar uma certa idade, começam a trabalhar para auxiliar nas contas dentro de casa e acaba, muitas vezes, prejudicando seu rendimento escolar. Provavelmente cada membro da família vá para uma região. O privilégio de trabalho ao lado de casa e tempo reduzido em deslocamento permanece exclusivo para a população de alta renda.

## Indústria



## Comércio

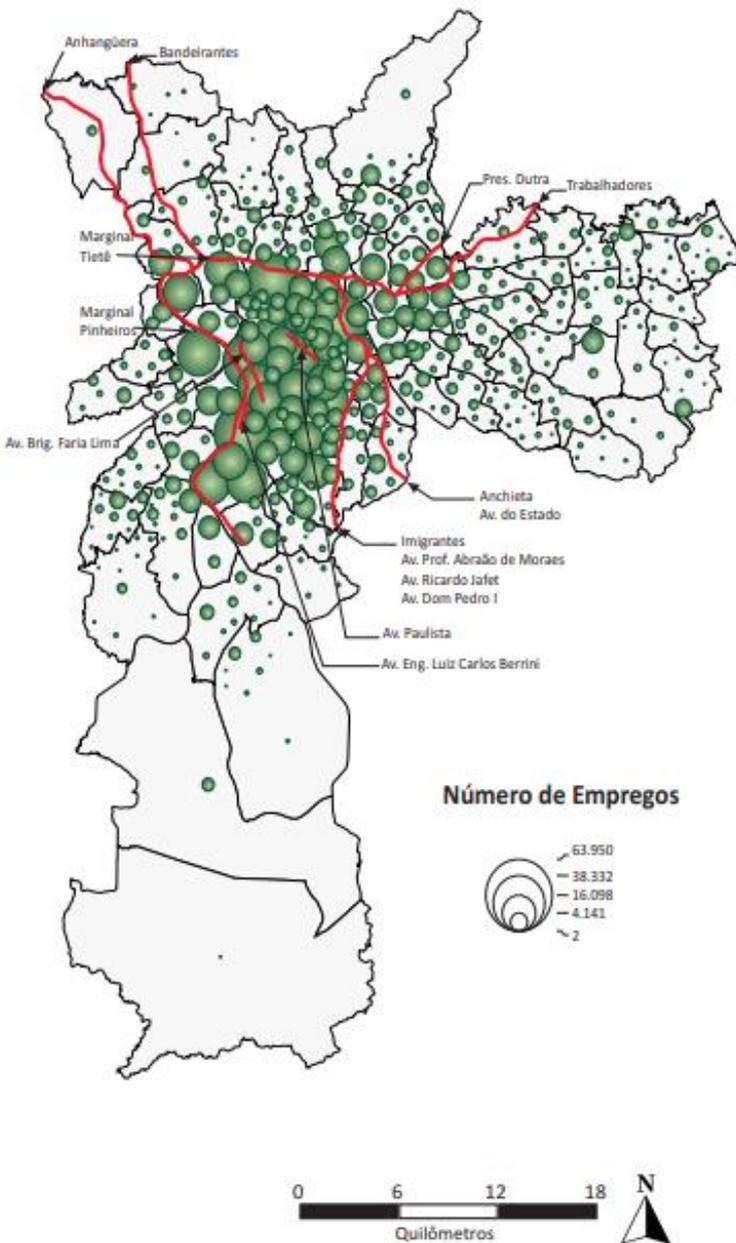


**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

**Nota:** Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>

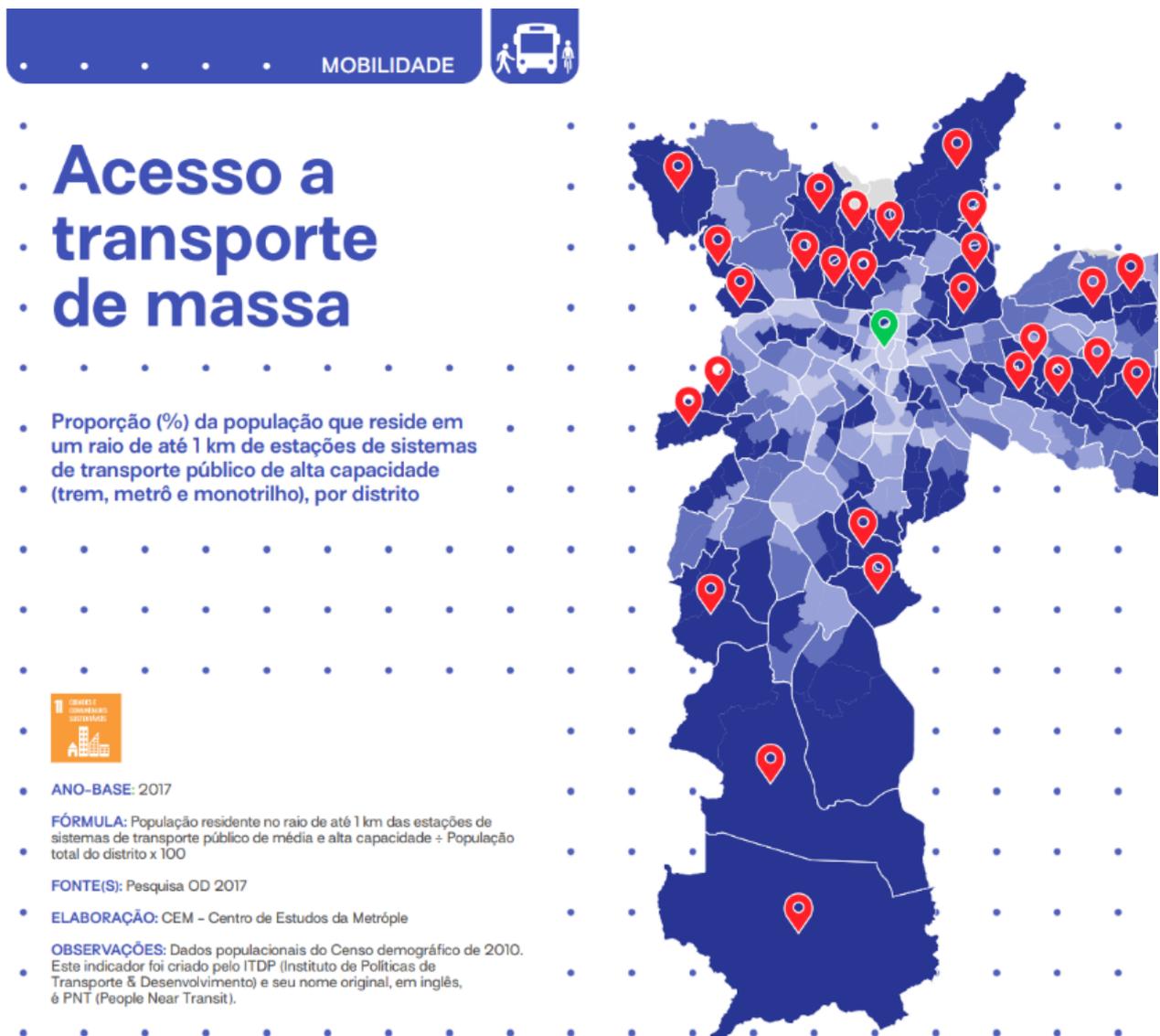
Mapa 5: Distribuição espacial de indústria, comércio e serviços. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.

## Serviços



Analisando os mapas ao lado, nota-se que a distribuição espacial das indústrias se concentra em locais próximos aos grandes eixos viários. Já os polos de serviços encontram-se no chamado centro expandido, o núcleo da economia da cidade. E por fim, o comércio destaca-se sendo a atividade mais difusa em relação ao território.

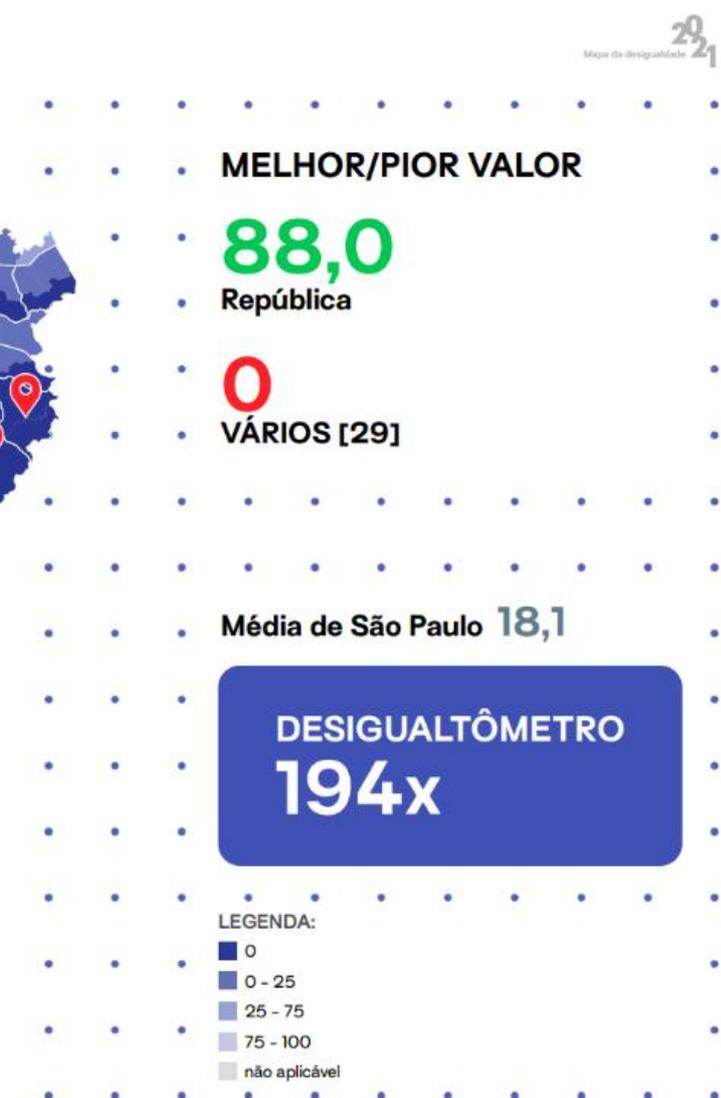
A concentração dos serviços no centro da cidade corrobora com a dinâmica baseada nos grandes deslocamentos (e maior tempo de locomoção) das pessoas que moram na periferia. Em contrapartida, aqueles que podem morar mais ao centro gastam menos tempo no deslocamento e consequentemente chegam mais cedo ao trabalho. Justifica a presença demasiada de pessoas em situação de rua nas áreas centrais de São Paulo, visto que as estratégias de sobrevivência – como conseguir ajuda, alimentos, e até mesmo auxílio com dinheiro – são mais eficientes considerando a transitoriedade de pessoas nesta região.



Mapa 6: Acesso a transporte de massa

O marido trabalha num local, a esposa em outro local diferente (em geral, não só longe de sua moradia, mas também longe do emprego do marido), os filhos adolescentes trabalham em outro local e as crianças vão a uma escola ou creche que, talvez, por sorte, esteja perto da casa ou dos locais do trabalho da mãe ou do pai. (VILLAÇA, 2012, p. 67)

A falta de acesso aos meios de transporte públicos, majoritariamente utilizados pela população mais pobre, repercute também no maior gasto de tempo para locomoção. Mas não somente esta falta de acesso ocasiona isto, mas também a falta de investimento público direcionado à acessibilidade urbana e mobilidade.



Atualmente há investimentos direcionados ao desenvolvimento das infraestruturas de rodovias, marginais, viadutos, que beneficiam a mobilidade urbana; entretanto os transportes coletivos seguem em passos lentos quando o assunto é a modernização destes, assim como também seguem lotados, não sendo suficientes a demanda.

Enquanto os que possuem carro particular conseguem ir e vir em um determinado tempo, aqueles que utilizam os meios de transporte público, passam mais tempo se locomovendo e/ou em filas tentando chegar ao seu destino. Ocasionalmente assim, menos tempo hábil para as populações mais pobres usufruírem de momento de lazer com a família, descanso e até mesmo para o divertimento.

As classes de baixa renda são as mais penalizadas pelas grandes distâncias a serem percorridas para ir ao trabalho, à escola e ao lazer. (SABOYA, 2016)

# Idade média ao morrer

Média de idade (em anos) com que as pessoas morreram (de acordo com o local de residência), por distrito



ANO-BASE: 2020

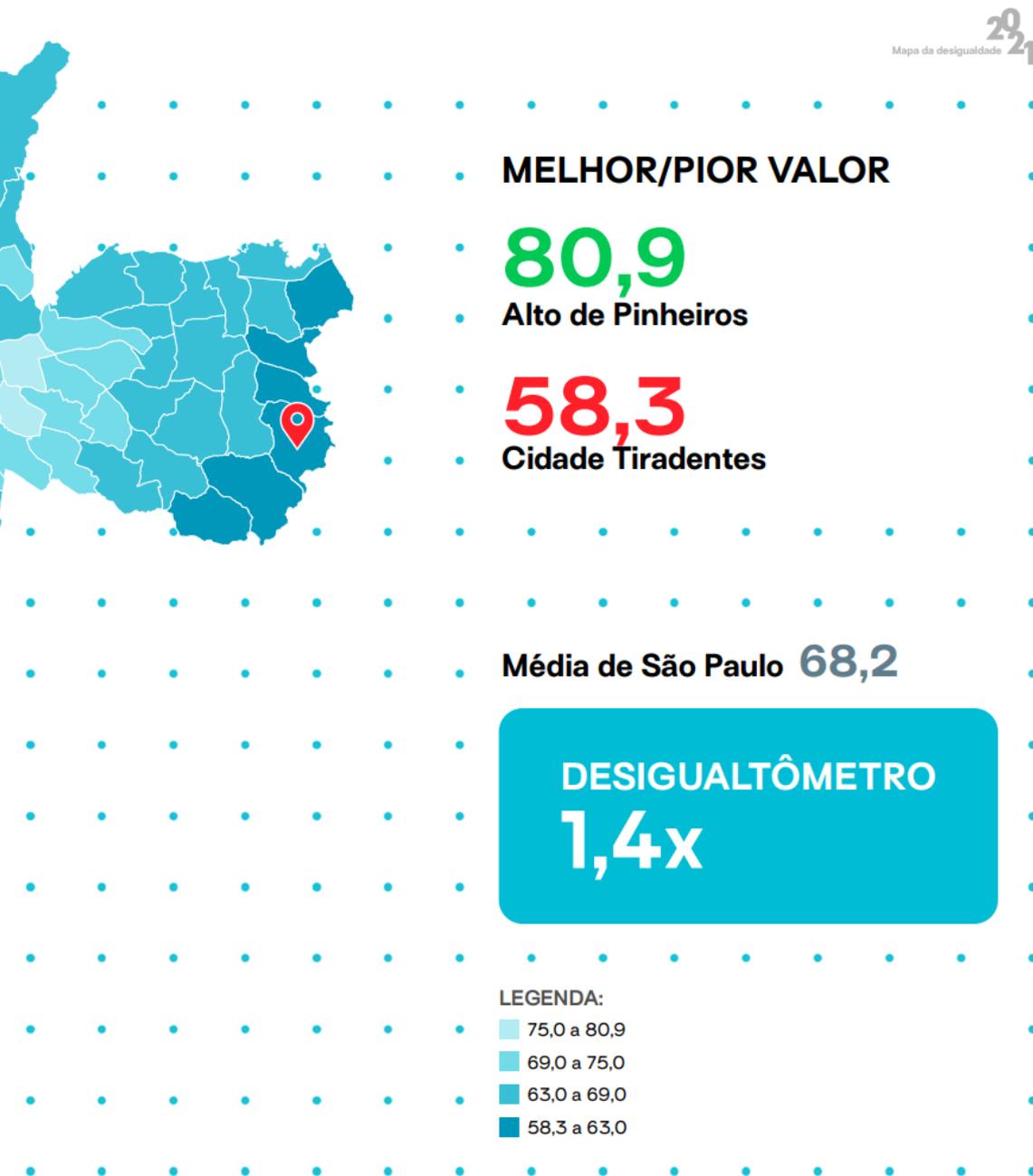
FÓRMULA: Soma das idades ao morrer ÷ Número total de óbitos (por todas as idades) x 100

FONTE(S): SIM/PRO-AIM/CEInfo/SMS-SP

ELABORAÇÃO: RNSP



Mapa 7: Idade média ao morrer.



Em decorrência de todos estes fatores mencionados, há também a constatação da desigualdade na taxa de expectativa de vida entre moradores da zona oeste e extremo leste. Segundo o mapa 7, moradores das regiões mais desenvolvidas vivem 22 anos a mais que as pessoas que residem nas regiões mais pobres e periféricas da cidade. Enquanto o habitante do extremo leste, Tiradentes, vive em média 58,3 anos; aquele que reside no Alto de Pinheiros, zona oeste, chega à expectativa de vida de 80,9 anos. A segregação socioespacial também custa vidas interrompidas precocemente.



Figura 9: Walter, 37 anos, morador de rua. Fonte: SP Invisível

“Meu maior arrependimento foi ter vindo para esse lugar cinzento atrás de serviço. Encontrei o crack e o fim da minha dignidade.

Esse cobertor que a prefeitura entrega por aí não segura frio algum, eles são restos, cheios de furo, e um convite para o preconceito quando te olham na rua...

Meu nome é Walter, tenho 37 anos, sou Baiano com muito orgulho e muito amor.

O prazer da pedra consegue vencer todos os outros prazeres da vida, o de se alimentar, de se cuidar, até mesmo o do sexo.

Ou seja, ela consome a sua vontade de

viver, e abusa da sua franqueza pra te tornar um refém do uso...

Essa é a minha história de sofrimento nesse mundão, e para ser sincero contigo, não tem mais volta não.

Eu perdi o controle de tudo, até mesmo do meu corpo, e agora só restam as memórias de quem eu já fui, e as esperanças de quem eu gostaria de ter sido...”

Walter, em situação de rua, 37 anos. (SP INVISÍVEL, 2022)

Região: Amaral Gurgel.

#### 4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO PAULO

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos (MNPR, 2010, p. 8)

Os debates relacionados às pessoas em situação de rua se tornaram mais politizados no Brasil a partir da década de 1990, após o surgimento de organizações de luta por direitos à moradia, que tinham como liderança a Pastoral do Povo de Rua<sup>10</sup> em conjunto com movimentos sociais (RODRIGUES, 2018). Para compreender o estágio atual em que se encontra a cidade de São Paulo quando o assunto é a coexistência entre pobreza, moradia de rua e segregação socioespacial, é de extrema importância revelar dados da população em situação de rua e sua adesão a Programas Sociais, visto que, somente assim, esta população terá acesso a habitação digna e transferência de renda.

Através do decreto de 25 de outubro de 2006 do governo federal, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, que engloba os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, da Saúde, das Cidades, do Trabalho e Emprego, Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e, da Cultura. Estes tiveram o papel de desenvolver e elaborar propostas e estudos de políticas públicas a fim de incluir socialmente as pessoas em situação de rua (BRASIL, 2006). A implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua surgiu a partir da união do GTI com o MNPR<sup>11</sup>. Na qual teve seu primeiro avanço para a garantia dos seus direitos com o Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (RODRIGUES, 2018), que propõe princípios, objetivos e diretrizes a fim de guiar as ações de interesse a população em situação de rua, que é definida como:

Considera-se População em Situação de Rua, ‘o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma provisória ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (SÃO PAULO, 2019)

Nas diretrizes, há a definição de que as políticas públicas devem ser articuladas entre as entidades federais, estaduais e municipais. Deve também haver a integração em cada nível de governo e entre os esforços do poder público e da sociedade civil, promovendo e garantindo os

---

<sup>10</sup> Pastoral do Povo de Rua é uma iniciativa da Igreja Católica que visa o desenvolvimento de ações que possam transformar a situação de exclusão do grupo moradores de rua. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2020)

<sup>11</sup> Movimento Nacional da População de Rua é uma organização sem fins lucrativos que luta em oposição a violência de direitos da população que vive nas ruas do Brasil. (MNPR, 2010)

direito civis, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais aqueles que se encontram nas ruas, deve também incentivar que estes participem da formulação, monitoramento, controle social e na avaliação de políticas públicas que disponibilizam programas de educação, de segurança, alimentos, de proteção, qualificação profissional e saúde a esta população.



*Figura 10: Campanha promovida pela Pastoral Nacional do Povo da Rua em Defesa do direito à habitação. Autoria: Bi Antunes / Arte em Movimento*

Em abril de 1997, no governo do prefeito Paulo Maluf, a cidade de São Paulo realizou a publicação da Lei 12.316 (FRANGELLA, 2004, p. 98), que regulamentava a obrigatoriedade da prestação de atendimento, por parte do Poder Público Municipal, à população de rua na cidade. Oferecendo respaldo e auxílio, a partir do desenvolvimento de programas e serviços que auxiliassem na saída dessa população dos espaços públicos, sem que haja a presença de agressão, maus tratos. Contava também com a participação da gestão pública nos serviços a serem desenvolvidos (SÃO PAULO, 1997). Desse modo, apenas em 2013 a cidade aderiu à Política Nacional para a População em Situação de Rua, e estabeleceu um comitê que desenvolveu e criou o Plano Municipal de Políticas para esta população. O plano tem suas diretrizes divididas em quatro eixos orientadores e teve sua publicação em dezembro de 2016. São estes eixos: Habitação; cultura, conhecimento e trabalho; atendimento humanizado; e gestão. Com a presença desses eixos, é possível observar o potencial que o Plano Municipal

tem em relação a garantia do direito de acesso a moradia digna, ao alcance de um atendimento público humanizado e ao fortalecimento de conexões educacionais e profissionais, beneficiando assim, o **processo de reinserção social a partir da execução, na prática, desses eixos em consonância com as ações**. Como por exemplo, a junção do **eixo Habitação** com as **ações** tais como: a) **Moradia Social**: uma iniciativa pública, com caráter intersecretarial, tem como objetivo a participação direta dos beneficiários finais e de setores da sociedade civil, a fim de produzir habitações de interesse social através de atendimento emergencial e transitório, direcionados a dois segmentos: famílias de baixa renda que foram retiradas do seu local de moradia em decorrência de obras públicas ou por riscos ambientais; e aquelas em situação de vulnerabilidade e risco social, como consta no art. 295 estabelecido na lei 16.050/2014.

Este eixo somados às **ações** relacionadas a capacitação e formação profissional, alfabetização, atividades de cunho cultural, melhorias nos serviços direcionados ao acolhimento, saúde, odontologia, abordagem social, apoio, alimentação e humanização da população em situação de rua. Assim como também beneficiar e qualificar os profissionais que estão em contato direto com este público e proporcionar incentivos a organizações da sociedade civil e empresas prestadores de serviços para a contratação de pessoas que vivem nas ruas (SÃO PAULO, 2016).

Com a expectativa de amenizar as desigualdades sociais e atender todo o tipo de população, os órgãos governamentais buscaram formas de atendimento social público a população de rua, que aumentam cada vez mais, através de equipes especializadas como CREAS, CRAS, CAPE, SEAS, CENTRO POP etc. Lembrando que a população é convidada a utilizar os abrigos e as assistências, e não são obrigadas a aceitação de encaminhamento.

Desse modo, a fim de proporcionar uma vida mais justa às pessoas menos favorecidas, observa-se um esforço da Prefeitura de São Paulo afim de beneficiar e ajudar essa população. Proporcionando assim, algumas alternativas através de programas sociais oferecidos, sendo alguns deles:

- 1- **CadÚnico** – Cadastro Único de Assistência Social: sistema que tem como intuito compilar dados referente a realidade socioeconômica do país sobre os usuários da Assistência Social. Desse modo, contribui para a diminuição das vulnerabilidades sociais. E esse programa vem ganhando um aumento no número de cadastrados. Conforme a secretaria do governo, em 2014 constava cerca de 21 mil cadastro, em 2019 no último levantamento, este número alcançou cerca de 134 mil cadastrados no Brasil.

- 2- **CREAS** – Centro de Referência Especializada da Assistência Social: programa que tem por finalidade dar apoio, orientar de forma direcionada a preservação de direitos e vínculos afetivos familiares, sociais, comunitários a aquelas famílias que possuem algum membro em situação de ameaça a violação dos direitos humanos. O fortalecimento das funções protetivas das famílias brasileiras, conforme as realidades vividas e, visando sempre a saída das ruas e com um retorno familiar e comunitário., tem ganhado um destaque. Esse programa é contemplado desde crianças, jovens, adultos, idosos e famílias que vivem em situação de rua.
- 3- **CENTRO POP** – atendimento por equipe profissional, de maneira espontânea, a fim de realizar encaminhamentos especializados e políticas públicas, considerando regularização e aquisição de documentos pessoais, como também acesso a serviços como lavanderia, higiene pessoal, alimentação e ter um local onde possa guardar alguns pertences pessoais, encaminhamento para abrigos, acesso e inclusão ao CadÚnico, podendo ser utilizado o endereço do Centro POP como referência de documentos e outros cadastro.
- 4- **ATENDE's** – unidades de atendimento emergencial que estão localizadas na região da Luz, compõe o projeto Redenção. Espaço direcionado ao atendimento e acolhimento de dependentes químicos, e dispõe de serviços de higiene pessoal, alimentação e ressocialização para os beneficiários. Possui espaços para descanso, banheiros e refeitórios, e oferece serviços de corte de cabelos, oficinas socioeducativas e encaminhamentos para regularização dos documentos.
- 5- **Núcleos** – ficam localizados em pontos específicos da cidade de São Paulo, e auxiliam na orientação e encaminhamento de pessoas em situação de rua. Tem como objetivo a aproximação para atendimentos e abordagens nos locais com grandes concentrações de possíveis usuários dos serviços disponíveis.
- 6- **CTA's** – Centros Temporários de Acolhimento: tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, visando o fortalecimento de vínculos que beneficiem a construção de novos projetos de vida aqueles que requerem acolhimento.
- 7- **Operação Baixas Temperaturas:** trabalho realizado pela SMADS nas épocas mais frias do ano nas grandes cidades brasileiras, visando a proteção do frio a partir de encaminhamentos pelos Centros de Acolhida, Centros POP e Núcleos, conforme a demanda exigida para o atendimento a todos, contando com a colaboração de

profissionais na área e especialistas na área da saúde caso seja necessário algum tipo de socorro em decorrência de problemas na saúde de algum morador de rua.

- 8- **Espaço Vida:** espaço que engloba dois Centros Temporários de Acolhimento e está localizado no antigo complexo Prates. O espaço é equipado com camas, espaços para banho, alimentação, lavanderia e canil; e uma quadra poliesportiva.

Mas essas iniciativas são advindas de lutas por busca de direitos que aconteceram durante as décadas de 1990.

Mas são programas sociais ineficientes, pois não atendem toda a demanda das pessoas em situação de rua. Sendo assim, é necessário repensar as iniciativas a partir de estudos mais direcionados na **raiz desta problemática** e mais ágeis, visto que aqueles que são cadastrados para morar em centros de acolhimentos, na maioria das vezes tem que aguardar meses para a disponibilização de uma vaga. Repensar alternativas que não sejam tão superficiais e genéricas.

Em dezembro de 2019 foi constituída, pela Lei Nº 17.252, a Política Municipal para a População em Situação de Rua, na qual se alinha com as diretrizes e princípios da Política Nacional. Contribuindo assim para a autonomia e saída da situação de rua, por meio de programas que



Figura 11: Manifestação por direitos básicos. Fonte: Rede Rua, 2020.

garantem moradias e proporcionam geração de renda. Disponibiliza acesso amplo, seguro e

simplificado a direitos, programas e serviços; unidos as políticas públicas de direitos humanos, saúde, segurança alimentar, assistência e desenvolvimento social, habitação, educação, cultura, lazer, esporte, renda e trabalho; para assim reconstruir a autonomia destes indivíduos.

Consta também a iniciativa da união das pessoas em situação com os demais grupos sociais a partir de atividades sociais e melhorias nas pesquisas de campos, que assim irão proporcionar maiores conhecimentos desta população, e irá beneficiar o entendimento sobre suas diversidades, ocasionando, por fim, o incentivo a superação da situação de rua (SÃO PAULO, 2019).

Além dos programas mencionados, deliberados pela Prefeitura de São Paulo, há também programas/ iniciativas organizadas por grupos de pessoas, com o intuito de auxiliar a população em situação de rua, principalmente em épocas do frio. Um desses programas é o SP Invisível, que conta com a colaboração de voluntários que saem pelas ruas de São Paulo realizando ações desde a entrega de marmitas, até mesmo de cobertores; também organizam mutirões para realizar a higiene nessas populações e vaquinhas para que alguns possam voltar a sua cidade.

É imprescindível que haja planos e políticas públicas que garantam direitos a esta população, proporcionando assim a sua visibilidade perante o Estado. Mas essas ações propostas ainda não apresentam grandes avanços, visto que a população de rua, na cidade de São Paulo, ainda se vêem no aguardo dos recursos direcionadas a implementação dessas ações propostas. Os investimentos e metas que são apresentados pela prefeitura de São Paulo são insuficientes para a diminuição do demasiado crescimento das pessoas vivendo nas ruas da cidade, pois são disponibilizadas apenas 2.000 vagas em repúblicas<sup>12</sup>, valor que não contempla nem 10% da população recenseada, e com a contribuição, insuficiente, de 60 milhões de reais para programas de Locação Social, que proporcionam a construção de apenas 400 unidades habitacionais. Sendo assim, o número de pessoas vivendo nas ruas seguirá com crescimento exponencial (BONDUKI, 2020), como pode ser observado na figura 7, o número de moradores de rua não diminuiu em nenhum ano em que ocorreram os levantamentos dessa população.

Para a efetivação dos direitos, é necessário que haja não somente a compreensão da complexidade de lidar com esta população, mas também de seu número real, da sua heterogeneidade e principalmente, dos fatores estruturais que levam as pessoas a viverem nas ruas. Sabe-se que a contagem desta população é um fato desafiador e complexo, mas deve ser

---

<sup>12</sup> Unidade de acolhimento que tem características de residência coletiva, na qual destina-se a jovens, adultos e idosos. Tem seu gerenciamento por um sistema de gestão dos seus moradores com um apoio técnico. (SÃO PAULO, 2016)

encarada por meio de uma metodologia atualizada constantemente e por organizações com experiência no assunto. (BONDUKI, 2020)

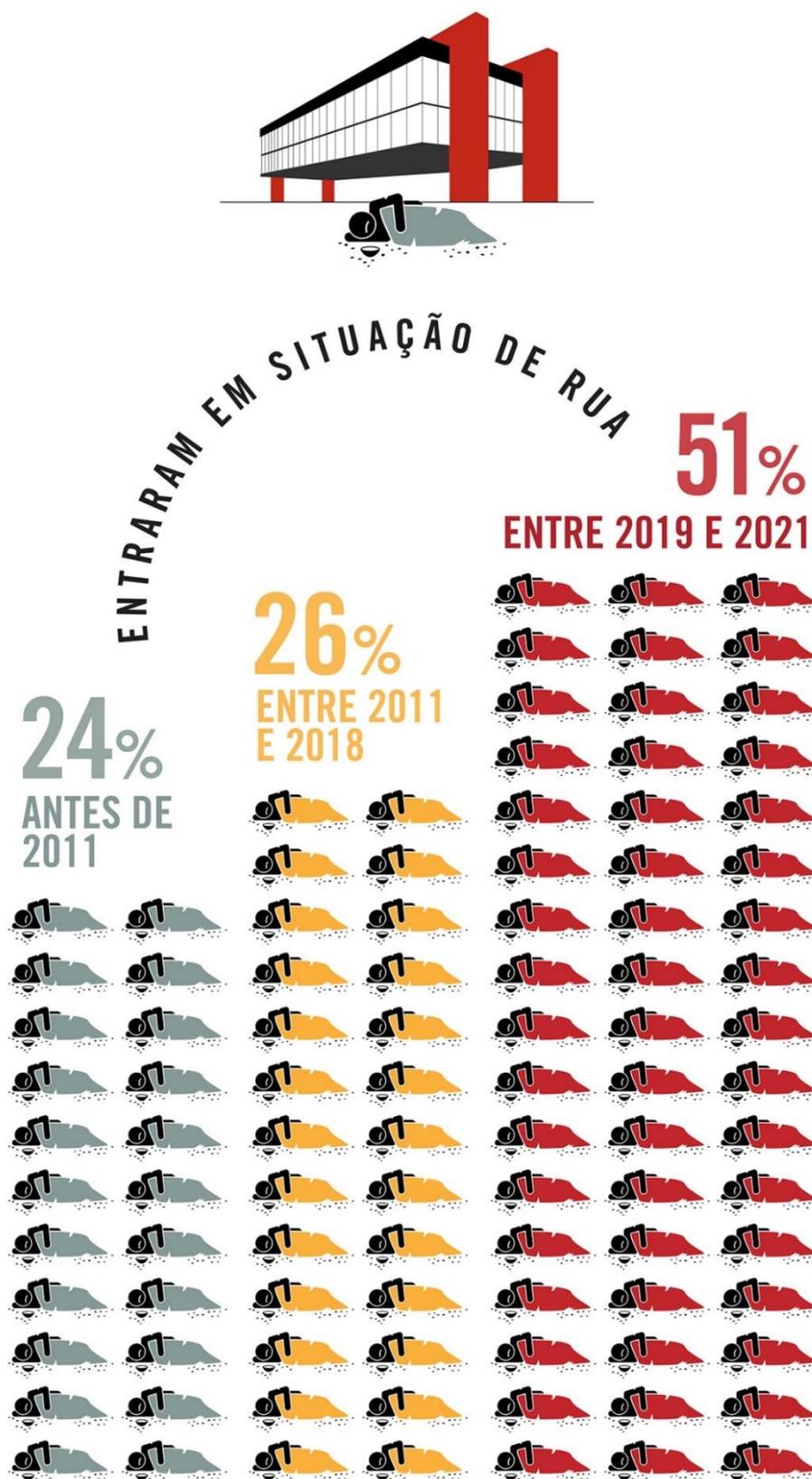


Figura 12: Evolução da quantidade de pessoas em situação de rua no município de São Paulo.  
Fonte: Prefeitura de São Paulo

Em 2022, a fim de amenizar a crescente presença de pessoas nas ruas, a prefeitura de São Paulo teve uma iniciativa nomeada como Vila Reencontros, na qual constava a instalação de 350 casas modulares. Das 8.927 pessoas vivendo na rua em companhia de parentes, apenas 1.400 destas pessoas serão atendidas por este projeto e poderão permanecer neste espaço entre 12 e 18 meses. Importante ressaltar que esta iniciativa tem como público-alvo famílias em que as mulheres são as responsáveis, núcleos familiares compostos por crianças e adolescentes que estão em situação de rua há pouco tempo, de 6 a 24 meses (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022).

Àqueles que vivem sozinhos nas ruas, ou estão a pouco tempo nelas, seguem desamparados pois muitos não aceitam viver em centros de acolhimentos e/ou estes espaços já não contém mais vagas.

O projeto foi desenvolvido por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e pretendo realizar a implantação em três locais: a) Ladeira da memória, próxima a estação de metrô Anhangabaú, b) Avenida do Estado no Bom Retiro, onde o terreno fica a 200 metros de uma estação de tratamento de lixo e, c) Avenida

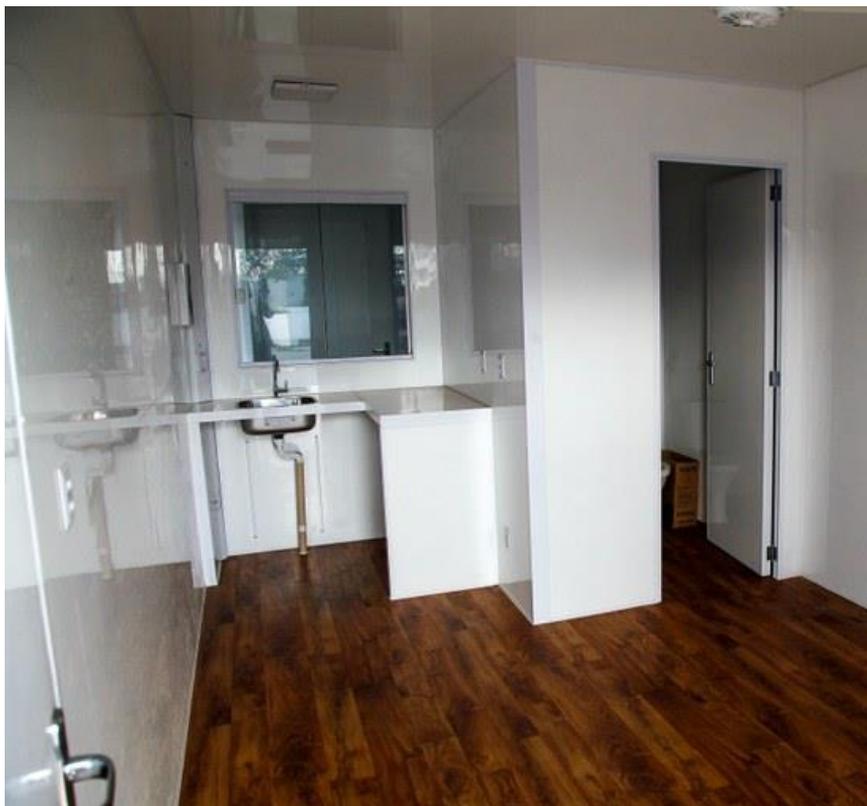


Figura 13: Interior de uma módulo. Fonte: Prefeitura de São Paulo

Cruzeiro do Sul, no antigo terreno do Clube de Companhia Municipal de Transporte Coletivo.

Segundo Carlos Bezerra – secretário do (SMADS): “Queremos fazer pequenas vilas espalhadas pela cidade. A **principal característica do projeto é humanizar** a população de rua.” (ZYLBERKAN, 2022)

O custo para a execução desta proposta foi em torno de R\$ 24,5 milhões, incluso toda a infraestrutura.

As unidades modulares possuem 16mx3,03m (CxL), ao todo são 18 m<sup>2</sup>. O valor para execução de cada moradia é de R\$ 69mil, sendo que os módulos são inspirados no modelo Housing First (Moradia Primeiro), presente em países da Europa e nos EUA, e são feitos com placas de fibra

de vidro – material leve, durável e que dispensa acabamentos como pinturas- com tratamento acústico e antifogo.

Por mais que a iniciativa tenha o intuito de mitigar a quantidade de pessoas em situação de rua, é mais uma proposta, somada as demais apresentadas no decorrer deste trabalho, que não atende a grande maioria da população. Enquanto não se pensar em políticas públicas e projetos eficazes que contemplem o todo das pessoas em situação de rua, seguiremos com o aumento de pessoas nessas condições assim como também o aumento de novas propostas.



*Figura 14: Externo das casa modulares. Fonte: Prefeitura de São Paulo*



*Figura 15: Antônio. Autoria: André Soler. Fonte: SP Invisível*

Dediquei minha vida ao trabalho e não consegui conquistar meu sonho. Fui só vivendo, às vezes nem isso.

Para piorar, o rapa disse que vai expulsar a gente. Não sei o que vou fazer da minha vida, só Deus sabe em que canto eu vou dormir essa noite...

Mas vai ficar tudo bem, sabe por que meu apelido aqui na rua é risadinha?

Porque não importa a dificuldade, eu vivo sorrindo, alegre.

Já o segredo para isso eu não sei, se os nossos governantes ajudassem os trabalhadores, já teríamos um bom motivo” (SP INVISÍVEL, 2022)

Antônio, em situação de rua.

Região: Avenida Sumaré.

#### 4.1. Arquitetura hostil – as tentativas higienistas nos espaços públicos

Mesmo com o entendimento de que **a questão social é um problema político**, e que deve ser resolvido através de políticas públicas e não com polícia, repressão, a violência policial como resposta do Estado diante do adensamento do número de pessoas vivendo em situação de rua e ocupando os espaços públicos da cidade é cada dia mais visível. Nesse sentido, observa-se que a presença da arquitetura hostil<sup>13</sup> como fenômeno urbano global está mais presente no cotidiano das cidades, como solução para manter a pobreza afastada de nossos olhos ao invés de buscar resolver o problema por meio de políticas públicas eficientes.

Essa arquitetura hostil tem como característica o impedimento da circulação e permanência das pessoas em espaços públicos como local de acolhimento ou até mesmo como simples passagem, fato observado sobretudo em grandes cidades e regiões metropolitanas. São subterfúgios que vão desde a implantações de “espinhos” de aço em bancos de praça até a construção de blocos prismáticos de concreto sob viadutos, onde pontas e protuberâncias se incumbem de afastar a população de rua para bem longe.

Durante a gestão do governo Bruno Covas (1980-2021), em 2020 os espaços urbanos da cidade de São Paulo foram “reformados” e instalados grades, floreiras e até mesmo blocos prismáticos de concreto sob os viadutos. Isto tudo com o intuito de expelir a população em situação de rua, que fazem uso desses espaços como abrigo.



Figura 16: Charge sobre arquitetura hostil. Autoria: Alexandre Beck

<sup>13</sup> Arquitetura hostil é um meio estratégico de design urbano utilizado com a finalidade de restringir determinados usos e comportamentos da população, com o intuito de prevenir crimes, manter a ordem e, na maioria das vezes, excluir determinados grupos sociais. Para saber mais sobre arquitetura hostil, ler artigo do Alex Andreou: “Spikes keep the homeless away, pushing them further out of sight” disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/jun/09/spikes-homeless-london-metal-alcove-defensive-architecture-poverty>>

Mas as ações higienistas não são exclusividade da gestão mencionada. Durante o governo Gilberto Kassab<sup>14</sup>, foram criados pela prefeitura canteiros antibanho em torno do espelho d'água da Praça da Sé e bancos antimendigo na região da Praça da República.



<sup>14</sup> Gilberto Kassab: economista, engenheiro; foi prefeito da cidade de São Paulo entre 2006 até 2012. Foi também ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na gestão do presidente Michel Temer entre 2016 até 2018. Fonte: Câmara dos Deputados.

A “arquitetura antimendigo”, entendida por nós como a negação completa do direito humano e constitucional à moradia, é preciso associá-la, ainda, à violência física à qual a população de rua é obrigada a vivenciar permanentemente, oriunda tanto do poder público quanto de setores da sociedade civil, os quais não admitem encarar essa realidade que desestabiliza as instituições imaginárias da sociedade, que, por sua vez, aceitam apenas os valores dominantes de casa, família e trabalho (CARVALHO, 2004)



São Paulo é uma cidade na qual a segregação urbana é nítida há anos, onde pobre e rico ocupam espaços separados, este último se situa em condomínios de alto padrão caracterizados como “arquitetura antimendigo” que contempla a existência de uma ‘tecnologia de expulsão’, que tem como intuito a geração de dispositivos de restrições físicas (FRANGELLA, 2005, p. 201). Tais tecnologias são resultados advindos tanto das administrações públicas municipais quanto da sociedade civil, que criam empecilhos físicos para a livre circulação dos moradores de rua pelos espaços da cidade, com a intenção de repelir essa população para ‘lugar nenhum’, justificando que eles são problema de segurança pública, e desse modo é um assunto que dever ser resolvido pela polícia. Assim, quando esses indivíduos se encontram barrados por grades e rampas, sofrem não apenas pela interdição física, mas também por serem considerados transgressores da ordem e da moral. O corpo acaba se tornando um mecanismo de resistência com o passar desse processo, fazendo com que o único local de pertencimento social, do morador em situação de rua, seja seu corpo físico, sua possível morada neste contexto lógico de exclusão social (CARVALHO, 2004, p. 45).

Figura 17: Ação 'Flores e não pedras para os moradores de rua'. Autoria: Fábio Vieira

Em contrapartida a estas iniciativas de exclusão social, no dia 22 de novembro de 2022, foi aprovada no Senado Federal, de forma simbólica, uma iniciativa de lei que tem como principal objetivo a proibição da arquitetura hostil e a restrição de uso de espaços públicos. Intitulado ‘Lei Padre Júlio Lancelotti’, o projeto teve destaque nas campanhas contra a aporofobia<sup>15</sup> no país, e em 2021 viralizou nas redes sociais em decorrência de um vídeo, em que aparece tentando quebrar os prismas de concreto instaladas sob os viadutos.

Visando o crescente aumento da população de rua nos espaços públicos de São Paulo, este trabalho tem como intuito garantir mais dignidade aos que tiveram, por algum motivo, que se retirar de seus lares ou perderam sua casa, e encontraram abrigo apenas nas ruas. Utilizando os meios disponíveis para criar seus abrigos provisórios – soluções que vão desde a instalação de lonas, papelão até barracas, quando disponibilizadas por ONG’s – estes cidadãos vulneráveis aguardam a conclusão dos trâmites burocráticos do poder público antes de serem, com sorte, encaminhados aos abrigos temporários disponibilizados pela prefeitura.



*Figura 18: Barracas de moradores de rua na Peixoto Gomide, entorno de um dos principais cartões-postais paulistanos, a Avenida Paulista | Foto: Daniela Giorno/Revista Oest*

---

<sup>15</sup> Termo criado para designar a aversão aos pobres e suas implicações na democracia. Autoria: Adela Cortina

## 5. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO.



Figura 19: Aquarela. Autoria: Jean-Baptiste Debret, 1827

Enquanto há 468 anos atrás ao redor do Pátio do Colégio de São Paulo havia os primeiros povoados da cidade, após a chegada dos jesuítas, atualmente encontram-se pessoas que, por motivos pessoais não puderam mais retornar ao seu lar, e sem ter uma moradia se apropriam do espaço público do Pátio do Colégio e arredores com suas barracas improvisadas ou apenas com uma manta.

A permanência de moradores de rua no centro de São Paulo segue inalterado, e vem aumentando, desde que foram realizados os primeiros recenseamentos no ano 1991 (ESQUINCA, 2013). Considerando que o surgimento dos moradores de rua está correlacionado com questões de **desenvolvimento urbano, políticas públicas e desenvolvimento social**, é compreensível que o aumento e a maior predominância dos moradores de rua aconteçam no centro de São Paulo. Por se tratar de um espaço com **dinâmica própria, comércio intenso e fluxo local de pessoas**, a região propicia melhores chances de se obter ajuda dos que por ali passam a todo instante.

Figura 21: Pátio do Colégio em 1926. Autor: Theodor Preising

Nas imagens a seguir, podemos observar como o espaço do Pátio do Colégio se modificou em relação ao seu uso. Em 1926 o Pátio era um espaço utilizado para estacionamento de automóveis na época, já em 2013 este mesmo espaço se transformou e seguiu como um espaço público e aberto, sem barreiras, a população. Em contrapartida em 2021 foram instaladas grades para delimitar este espaço “público” em resposta as pessoas, moradoras de rua, estarem utilizando o Pátio do Colégio como “abrigo”. Não seria mais eficiente e menos hostil, direcionar esta população a locais adequados para abrigos e acolhimento, considerando que o país ainda enfrentava a pandemia de COVID-19, do que simplesmente cercar o espaço público reforçando que naquele local estes indivíduos não são bem-vindos?



Figura 20: Pátio do Colégio em 2013. Aatoria: Rogério P.D. Luz

O fenômeno de rua deve ser entendido como **heterogêneo**, **emergente** e **mutável** (ESQUINCA, 2013), e não como uma ameaça que deve manter afastada, longe do caminho.

Figura 23: Pátio do Colégio em 2021. Autor: Bruno Santos.



Figura 22: Barracas no Pátio do Colégio, 2021. Autoria: Alexandre Battibugli. Fonte: Veja SP



NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

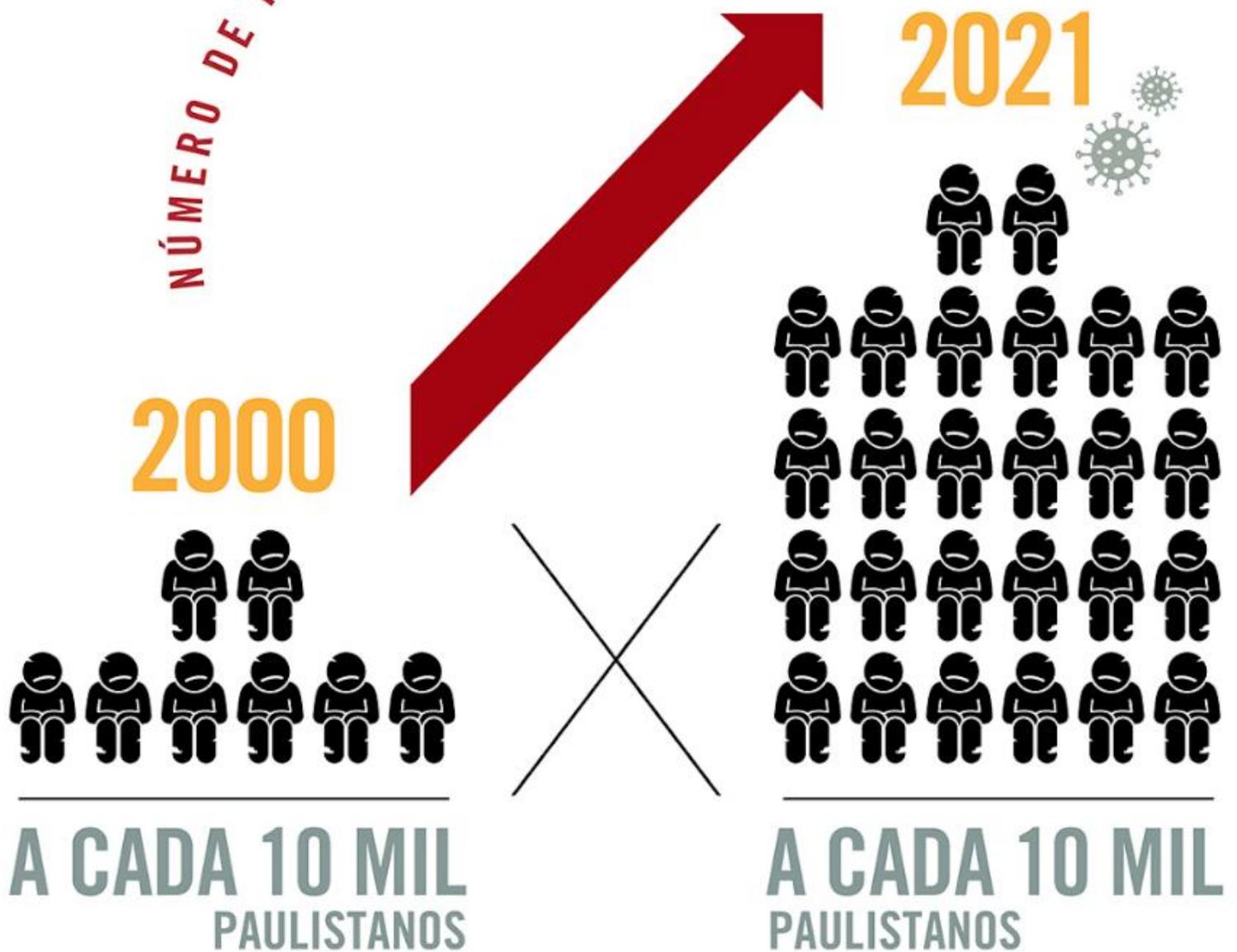
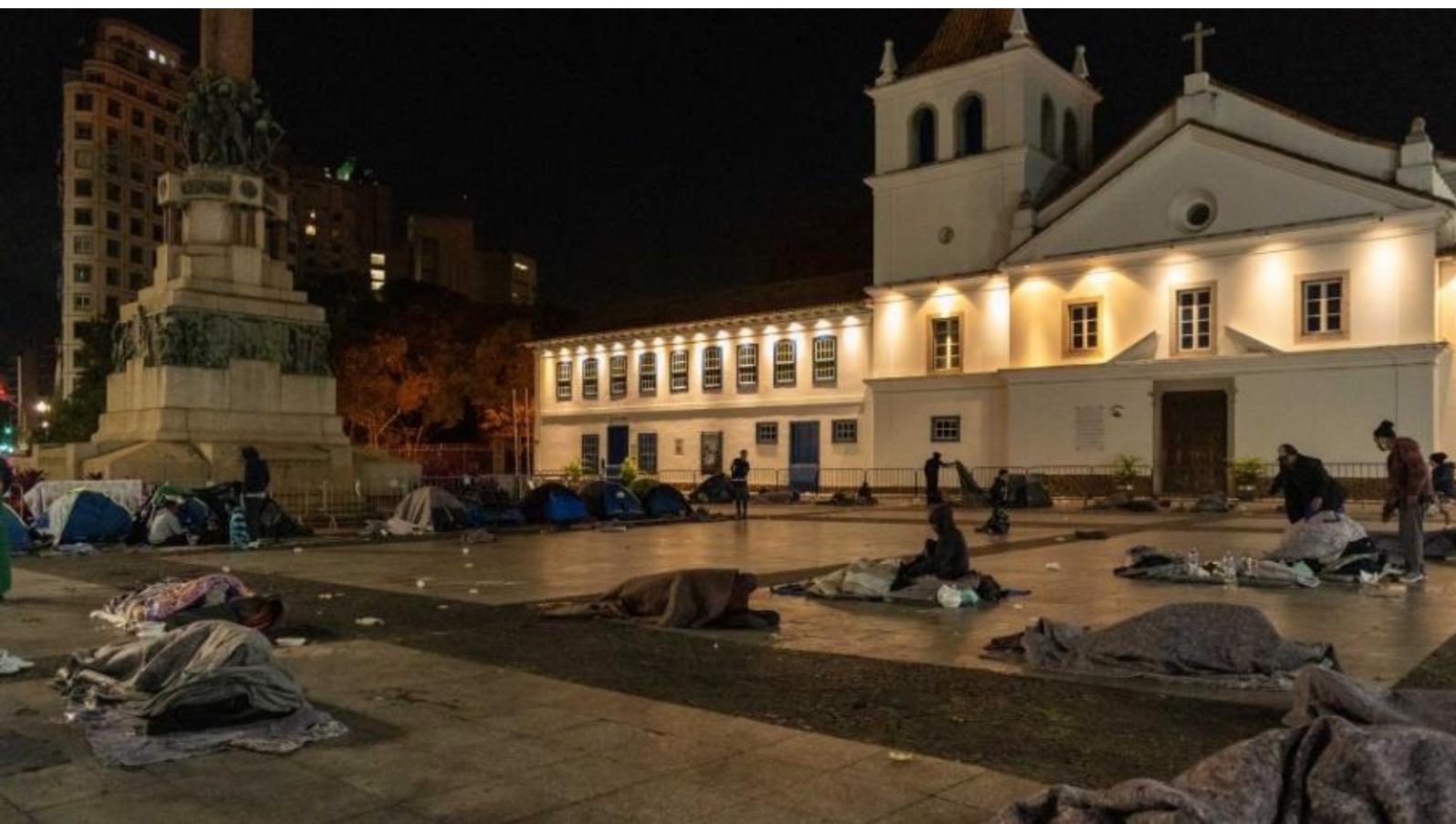


Figura 24: Pessoas em situação de rua entre 2020/2021. Fonte: Prefeitura de São Paulo.

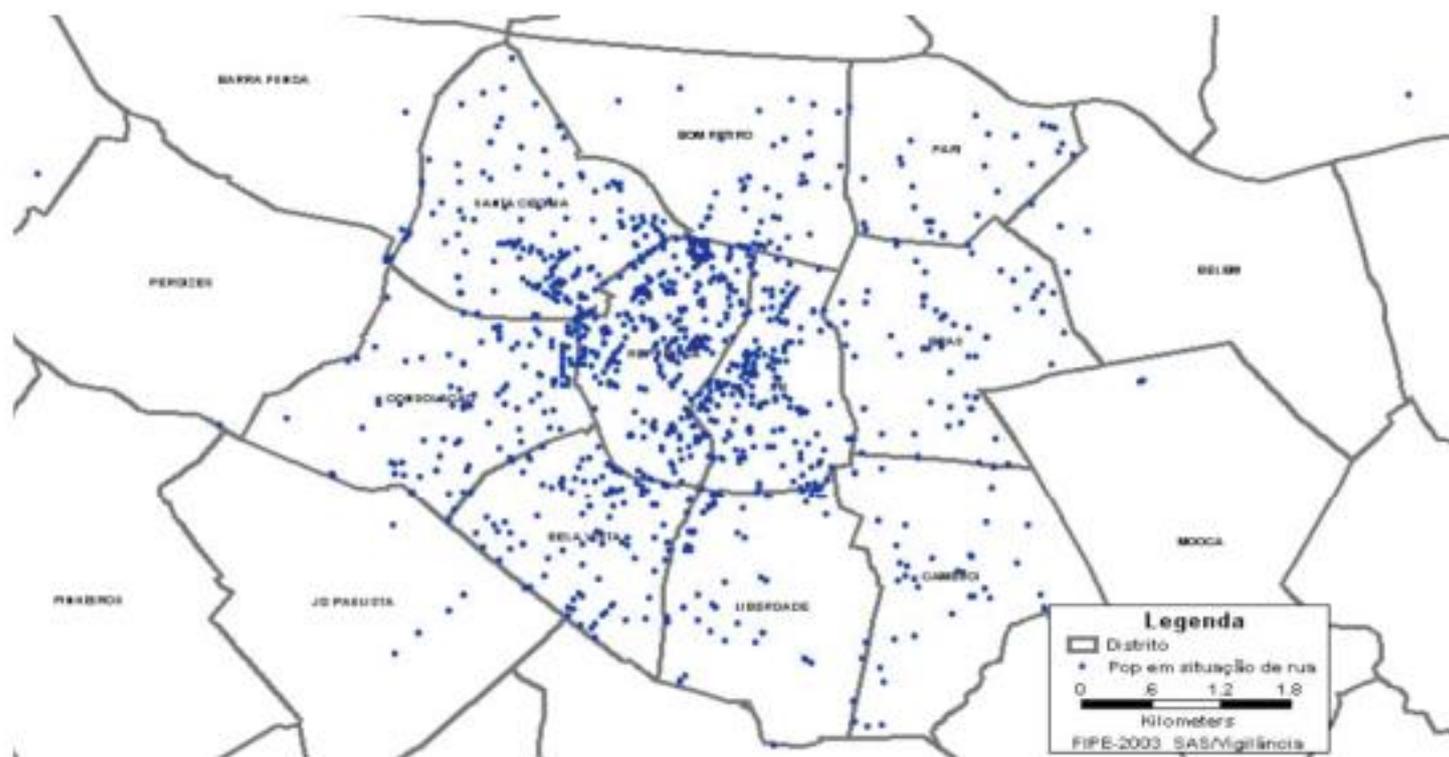
Entretanto, em 2.000, as assistências sociais começaram a surgir no centro fazendo com que essa população, que antes não se deslocavam sem um fator determinante, agora o faz justamente por acreditar em obter visibilidade em meio à população que finge não os ver. Não obstante, essa população também tem que enfrentar agora mais um empecilho que era a requalificação do centro, pois assim como a assistência social, este também recebe investimento do setor público privado. Nesse mesmo ano a Prefeitura de São Paulo levantou dados sobre a população em situação de rua e constatou que 8 a cada 10 mil paulistanos viviam em situação de rua. Após duas décadas, essa pesquisa obteve resultados no qual 26 a cada 10 mil paulistanos estão vivendo em situação de rua.



*Figura 25: Moradores de rua em barracas improvisadas no Pátio do Colégio na madrugada mais fria de São Paulo em julho de 2021. Autor: Toni Pires*

Mas este aumento significativo no ano de 2.000 ocorreu em decorrência de diversos fatores. Nas décadas de 1970 até 1990, São Paulo atravessava grandes crises, na qual, uma delas e significativa, foi a crise mundial do petróleo (1973-1974); na qual o aumento do valor do petróleo ocasionou na redução dos investimentos dos setores públicos privados, o que acabou colaborando para a expansão da cidade horizontalmente além do centro, caminhando para as regiões da Paulista, Faria Lima, Higienópolis.

## Distribuição espacial das pessoas em situação de rua nos distritos centrais do Município de São Paulo 2003



**Fonte:** PMSP/Smads e Pesquisa Fipe 2003.

*Mapa 8: Distribuição espacial das pessoas em situação de rua no centro de São Paulo, 2003*

No começo, essa expansão acarretou degradação e abandono do centro, de comércios, tornando a região cada vez mais propícia a aqueles que se encontravam sem uma renda fixa. Além disso outro fator que essa expansão causou foi o destino das populações menos favorecidas, já que as políticas públicas de moradia previam programas sociais destinados a ajudar famílias que possuíam renda menor que 3 salários, fazendo desse modo com que essa população tivesse menos opções ainda de locais para abrigo/moradia que fossem além das favelas, cortiços ou até mesmo a própria rua.

Durante essas décadas, perdurou o fenômeno do esvaziamento do centro da cidade, surgiram novas propostas para enfrentamentos da crise, assim como também se desenvolveram novas reestruturações econômicas alinhadas com o reajustamento social, entretanto foi apenas mais uma alternativa com resultante em um novo padrão de acumulações, mantendo como

consequência mais mudanças e pobreza para população, e afetando também o mundo de trabalho de diversos indivíduos.

Até então o maior registro de pobreza na cidade de São Paulo ocorreu na década de 90, na qual registraram cerca de 60 milhões de brasileiros classificados como miseráveis<sup>16</sup>, que conforme estatística é aquele cidadão com renda familiar abaixo do salário-mínimo (ESQUINCA, 2013). E essas adversidades seguiram agravando-se principalmente após a paralisação imediata de trabalhos e investimentos no ramo da construção civil, no período em que Fernando Collor executou o 1º Plano Econômico de seu governo.

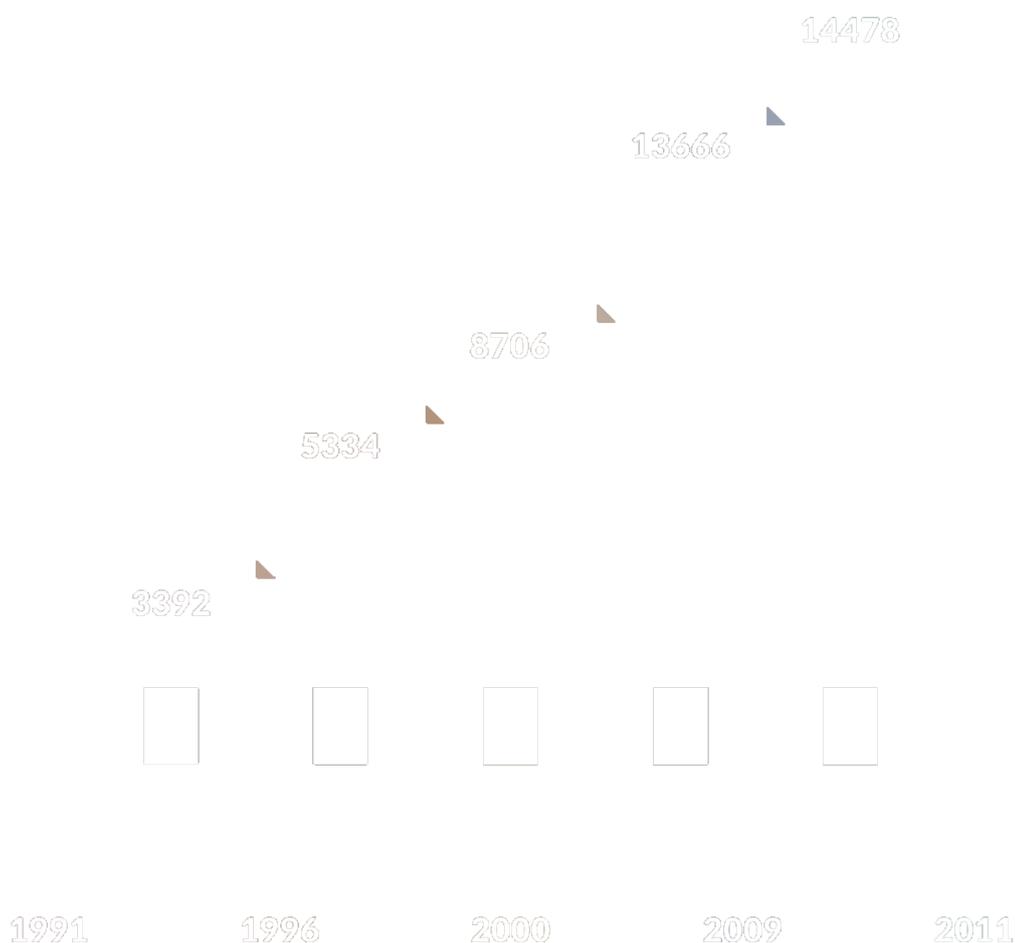
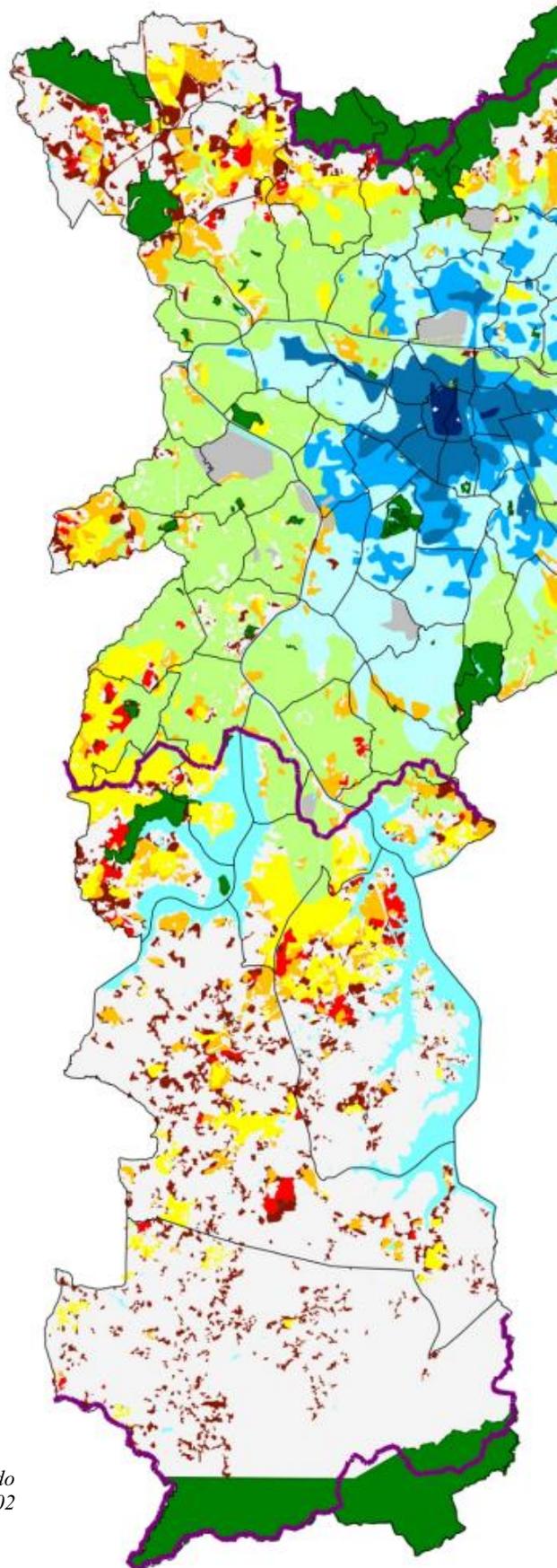


Gráfico 1: Censos dos moradores de rua no município de São Paulo, (1991 - 2011). Fonte: Prefeitura de São Paulo. Autoria: Modificado pela Autora.

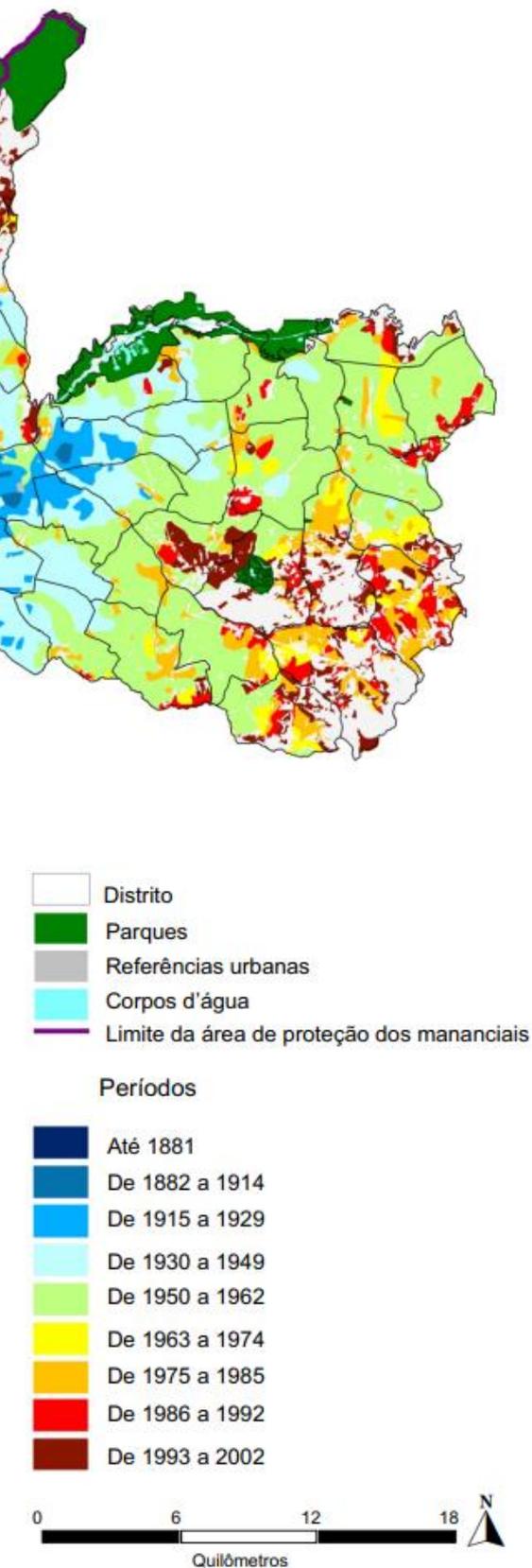
<sup>16</sup> Miserável: adjetivo excessivamente pobre; paupérrimo: estava numa situação miserável. Desprovido de valor, de importância.

No final da década, São Paulo chegaria à proporção de cerca de 100 mil pessoas em situação de rua. Estatística alarmante que fez com que houvesse motivações para as autoridades locais darem início aos censos de moradores de rua, com o intuito de se ter uma proporção, noção mais ampla sobre esse fenômeno na cidade. Visto que, até o início de 1990 a cidade de São Paulo não possuía tantos dados sobre essa problemática, e os pesquisadores locais se orientavam apenas por observações práticas.

A princípio, as áreas de pesquisas para a realização dos censos abrangiam as regiões da Sé, Vila Mariana, Lapa, Pinheiros, Penha, algumas partes da Mooca, Ipiranga e Santana; e foram realizadas na primeira quinzena de maio de 1991. O grupo de pesquisadores era composto por técnicos e estagiários da Secretaria Municipal do Bem-estar Social (atual SMADS).



Mapa 9: Expansão da área urbanizada do município de São Paulo nos anos de 1881-2002



Essas primeiras iniciativas tinham como intuito também a identificação de espaços públicos na qual a população de rua fazia uso. Os pesquisadores buscavam informações com comerciantes locais e moradores que se localizassem próximos a pontos destinados à pernoite dessa população, a fim de mapear estes locais de ocupação da população de rua.

Mesmo com os aumentos significativos relacionados à população de rua, apenas em 2005 esses indivíduos tiveram maior visibilidade, em consequência de interesses acadêmicos. Resultando assim o primeiro encontro sobre essa problemática. Neste mesmo período Recife e Belo Horizonte também iniciaram suas contagens relacionados a população em situação de rua. Essas iniciativas para mapear esta população, ocasionado na emissão da Lei 11.258, que estabelece a obrigatoriedade de elaboração de programas direcionados a esta população. Surgindo assim os primeiros projetos de inclusão produtiva do ponto de vista da economia solidária (ESQUINCA, 2013).

**Fonte:** Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.

**Elaboração:** Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/ Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro.



“Você já passou por mim  
e nem olho pra mim (...)  
acha que eu não chamo atenção  
engana o seu coração  
acha que eu não chamo atenção  
não tem cor, não tem cara,  
começou não vai parar, coração vai disparar  
não tem como dedurar  
ninguém viu, ninguém viu  
ninguém acha você  
invisível, invisível  
ninguém acha você  
há maneiras de ver  
maneiras de ser  
maneiras de ter  
maneiras de ver  
cara-metade, cara-metade  
quero te ver na cidade  
todo mundo busca  
ninguém acha você  
a cidade assusta, mas vai amanhecer  
você já passou por mim  
e nem olhou pra mim”

Música: Invisível. Baiana System



### 5.1. Morador de rua no século XXI

Se os moradores que vivem nas ruas de São Paulo formassem um município, ele seria o de maior crescimento em todo o país, além de ser mais populoso do que cerca de quatro mil dos 5.568 municípios brasileiros (BONDUKI, 2020).

A crescente taxa de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo é diretamente proporcional ao aumento dos níveis de pobreza local. Mas este não é um fato exclusivo da cidade, e sim do modelo capitalista, visto que o acúmulo de riqueza por uma minoria tende a acontecer em detrimento de outros que acumulam, por sua vez, pobreza.

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto (MARX, 2013, p. 721).

E fica cada vez mais nítido essa reprodução, assim como o aumento das exigências para ocupar os melhores setores de trabalho e, conseqüentemente, os melhores salários e benefícios, visto que, quanto maior o nível de escolaridade, melhor e maiores são as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Dentro desses aspectos, vale questionar quem são as pessoas com essas características? E aquelas que não o possuem, seria por falta de ir atrás, falta de vontade ou incapacidade?



Figura 26: Campanha "Despejo Zero".  
Autoria: Giorgia Prates

A explicação para a dicotomia do aumento da riqueza seguido por um crescimento da pobreza está na **desigualdade** instaurada e estruturada, quando o assunto é distribuição de renda da população. Reflexo do capitalismo que promove a acumulação de capital cada vez maior nas mãos de poucos, os menos favorecidos pelo sistema, ou seja, os trabalhadores, são sempre mais explorados e submetidos a duras realidades. Como por exemplo, a instalação de máquinas mais eficientes, na qual possibilitam ampliar a produção reduzindo e até substituindo, consideravelmente, o número de trabalhadores; ou aumentando a carga horária de trabalho, intensificando assim a exploração (MARX, 2013).

Para que aconteça essa exploração, o número de indivíduos que precisam trabalhar, considerando que tenham apenas a força de trabalho como mercadoria, deve ser em maior medida do que as vagas. Isso porque esse modelo de produção necessita de um exército de reserva, supérfluos, grupos adicionais de trabalhadores (MARX, 2013). De acordo com Marx, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de reprodução é peculiar ao modo de produção capitalista (MARX, 2013, p. 706) Desse modo, não se pode justificar a existência de pessoas em situação de rua como uma

consequência da preguiça, falta de esforço e tampouco incapacidade destes indivíduos. As pessoas que se encontram em situação de rua, estão nessas condições por que mereceram? Assim como aqueles que ocupam os melhores trabalhos, cargos também mereceram? Nenhum deles tiveram influência ou privilégios que os favoreceram, a estarem nessas condições? É impossível, desumano e hipocrisia fazer comparativos **meritocráticos** quando se tem dados históricos que o país foi desenvolvido através da exploração de uma população – negros, indígenas - e que, atualmente, os dados mostram que o maior percentual de pessoas nas ruas é justamente de indivíduos com este perfil... Enquanto homens e mulheres – brancos - ocupam, desde sempre, os espaços de maior influência no mercado de trabalho, melhores espaços de moradia, com melhores infraestruturas.

Enquanto um indivíduo estava em busca de sua liberdade, em busca por direitos básicos, acesso a vida em comunidade e sobreviver; o outro indivíduo já usufruía desses benefícios e ainda acumulavam riquezas que seriam repassadas as gerações futuras, há muitos anos.





Figura 27: Desigualdade social. Fonte: Pinterest. Autoria: Moisés

Atualmente este cenário pouco se modificou, as discussões relacionadas as reparações históricas vêm sendo discutidas e medidas sendo tomadas a passos lentos. Ainda há muito o que se pôr em prática para que haja, no mínimo, equidade.

Sendo assim, o fenômeno de moradores de rua é uma **consequência do modo de produção capitalista e da maneira como nosso país foi desenvolvido**, e não devemos agregar a esta população a culpa e responsabilidade de estarem nestas condições, e sim buscar e cobrar meios de beneficiar aqueles que veem sendo prejudicados desde o princípio.

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p. 711)

Assim, a condição de situação de rua não é uma escolha destas pessoas, pelo contrário, elas foram inseridas nessa condição por inúmeros motivos que dizem respeito mais às oportunidades obtidas ao longo da trajetória de cada um, e dos chamados privilégios de nascimento (local, cor da pele e contexto social) do que de esforços individuais. É necessário a existência de pessoas que não conseguirão inclusão no mercado formal de trabalho para que o sistema funcione. O modo de produção, na qual vivemos, exige isso.

E como mencionado anteriormente, quanto mais o capitalismo for se desenvolvendo, consequentemente surgirão mais atrocidades e contradições. Quanto maior for o cenário de acumulação, mais constante será o ciclo de pessoas desempregadas ou semidesempregadas, assim como, maior será a exploração conforme o aumento do desenvolvimento capitalista, logo, menor o número de trabalhadores necessário (MARX, 2013).

Mas as pessoas que vivem nas ruas não estão ali apenas pela falta de equidade, que gera condições precárias para esta população, mas também por questões relacionadas a outros quesitos, tais como:

### Conflitos familiares

Pode ser desencadeado por diversos motivos, mas principalmente pela falta de apoio e aceitação familiar, discussões, falecimento de algum membro da família, fazendo com que acabem indo para as ruas atrás de liberdade e estar próximos a pessoas que também passaram pela mesma situação.



*Figura 28: Luís, em situação de rua na Praça da República. Autoria: André Soller. Fonte: SP Invisível*

“Saí de casa porque discuti com a minha família, espero poder voltar um dia. Faz algumas noites que não consigo dormir direito por conta da ventania, só durmo de dia. Está muito frio de madrugada, só Deus para aquecer nosso coração.

Meu nome é Luís, tenho 58 anos, estou há uns 5 meses em situação de calçada. Hoje não me sinto bem, aliás, vivo na medida do possível...

Como alguém vai estar bem na minha situação?”

Luís, em situação de rua, 58 anos.

Região: Praça da República

## Vícios

Principalmente por entorpecentes químicos como crack, bastante comum, e álcool. Motivos suficientes para levar algumas pessoas a situação de rua.



*Figura 29: Claudemir, em situação de rua no Amaral Gurgel. Autoria: André Soller. Fonte: SP Invisível*

“Já trabalhei de carteira assinada, mas tudo desabou depois que conheci o crack, perdi tudo.

O inverno na rua é muito frio, mas pessoas abençoadas como vocês conseguem amenizar um pouco o nosso sofrimento. Meu nome é Claudemir, tenho 34 anos, estou há 3 anos em situação de rua. Meu maior sonho hoje é parar com o crack, depois que você conhece o crack, você só vive pesadelo.

O crack dá uma sensação boa, mas é amaldiçoado. Se eu fosse definir em uma palavra seria: péssimo.

Torçam por mim, para que eu consiga sair desse pesadelo.”

Claudemir, em situação de rua, 34 anos.

Região: Amaral Gurgel.

## Migrações

De outros estados ou países, e veem para as capitais, na maioria das vezes em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida, há também aqueles que chegam fugidos de guerras. Alguns, infelizmente, acabam se desiludindo com as propostas de empregos e em como são tratados pela sociedade.



*Figura 30: Morador de rua. Autoria: Não identificado. Fonte: Rádio Câmara*

Até mesmo desastres naturais podem ocasionar este fenômeno e, neste cenário, uma parcela de pessoas modificam sua vida de maneira drástica.

Desse modo, essa população se apropria do espaço público da cidade, que por sua vez, adquire um novo significado e acaba se tornando no espaço vital da população em situação de rua. Espaço no qual eles desenvolvem seu cotidiano e carrega consigo tudo o que possui (ESQUINCA, 2013, p. 36)



Figura 32: Protesto em ponto turístico, relacionado a crianças morando nas ruas

ANÇA NA RUA

## 5.2. Pós pandemia: o que mudou?

Além dos motivos mencionados anteriormente que levam as pessoas à situação de rua, em 2020, o aumento acelerado deste fenômeno decorreu de um acontecimento inusitado: a pandemia de Covid-19, reconhecida em 16 de março de 2020 por meio do decreto 59.283. Curioso destacar que no Brasil a pandemia ficou marcada pela maneira desdenhada com que o Governo Federal tratou o assunto, supostamente quem deveria conduzir as políticas públicas de combate ao vírus. Já enfrentávamos diversas mazelas, como o crescente número da população em vulnerabilidade social nos grandes centros urbanos, nas quais as recomendações sanitárias se mostraram incapazes de surtir algum efeito prático para evitar a não propagação da doença. O isolamento e distanciamento social, acompanhados por campanhas que estimulavam as pessoas a ficarem em casa e sair apenas quando estritamente necessário, não contemplaram aqueles que fazem das ruas a sua casa. A medida preventiva de utilização de máscaras e álcool em gel pela população também foram divulgadas, mas não foram desenvolvidas iniciativas a fim de considerar as pessoas em situação de rua, ou aqueles grupos fragilizados.

“A pandemia não foi democrática como se propaga nos grandes meios de comunicação. Ela procurou quem estava mais vulnerabilizado. Pessoas idosas, pessoas negras, pessoas pobres, quilombolas, indígenas, LGBTI+, pessoas em situação de rua, pessoas que lidam com aquilo que a maioria considera como “lixo”, pessoas que lidam com nossos corpos vivos, mortos, com chances de vida ou de morte.” (SOLLER, 2020, p. 08)



Figura 33: Série Rabiola- Mandando a real sobre a Covid-19, 2020. Autoria: Camila Amy e LaCruz.

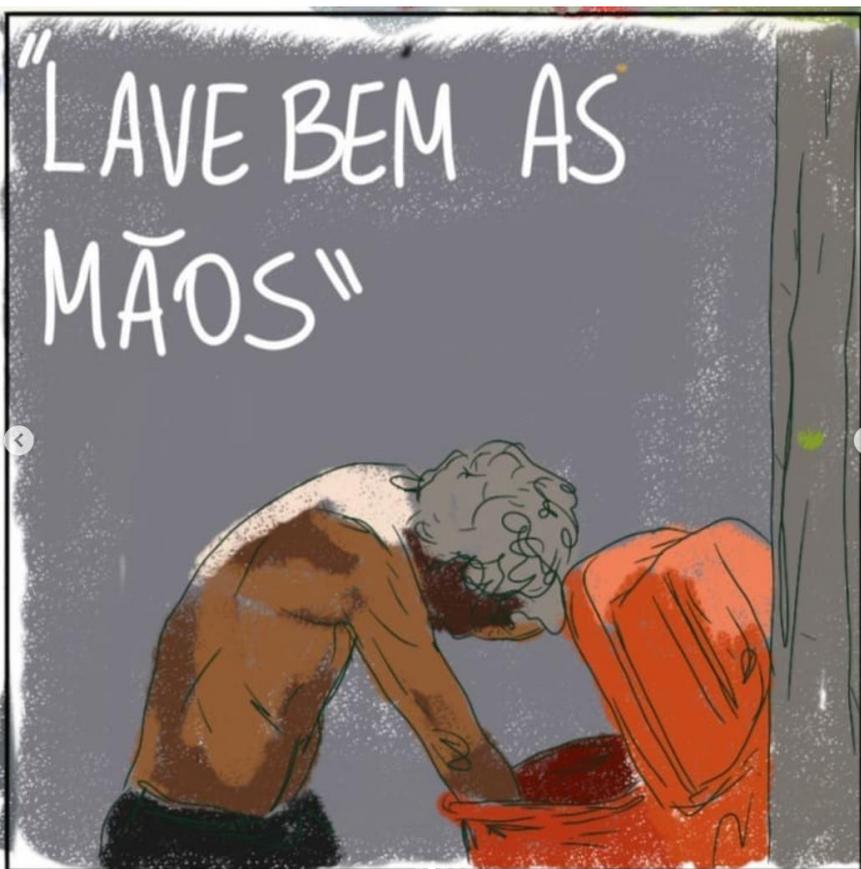


Figura 34: Série Rabiola- Mandando a real sobre a Covid-19, 2020.  
Autoria: Camila Amy e LaCruz.

De acordo com a Prefeitura de São Paulo entre as 24.344 pessoas recenseadas 11.693 foram entrevistadas em centros de acolhimento, sendo que cerca de 76% dividiam espaço com mais de 100 pessoas e, aproximadamente 18% com mais de 50 pessoas, em espaços que as condições de higiene e ventilação são alvos frequentes de denúncias. (CESPEDES, FERRAZ, *et al.*, 2020)

Outro exemplo da invisibilidade desta população está nas atitudes tomadas pela Guarda Civil Metropolitana, em São Paulo. Foram utilizados meios de repressão e violência para que os moradores de rua não ocupassem os espaços públicos, a exemplo do Parque da Mooca, na Zona Leste da

cidade. A denúncia promovida por Padre Júlio Lancellotti deu origem a uma petição online a fim de pressionar a Prefeitura de São Paulo para que auxiliasse a população de rua na pandemia, garantindo a disponibilização gratuita de kits EPI a fim de minimizar o contágio, além de materiais básicos de higiene, como sabão, e ainda promover a abertura de espaços públicos, como quadras esportivas, para acolhimento desses indivíduos.

Em resposta, as secretarias municipais fizeram a disponibilização de alguns espaços, mas atenderam apenas cerca de 3% dessa população. Visto que foram disponibilizados 5 hotéis na região central e 1 na zona norte, em parceria com as redes de hotelaria. Estes espaços foram direcionados para cerca de 457 idosos, acima de 60 anos (SÃO PAULO, 2020).

Mas foi necessário que outras medidas fossem tomadas para tentar amenizar e acolher, um pouco mais, a quantidade de pessoas em situação de rua que não foram contempladas nos espaços de hotéis que as vagas, destinadas a esta população, foram mínimas.

Desse modo, 5 Centros Esportivos Municipais foram transformados em centros de acolhimento emergencial, contando com 356 vagas, e teve também a entrega de um equipamento com total de 38 vagas para as pessoas que fossem diagnosticadas com o COVID-19 (PIETRO, 2020).

Entre 2019 e 2021, mais de 7,5 mil pessoas passaram a viver nas ruas de São Paulo. O Censo ainda indica uma mudança do perfil daqueles que não têm um lar, já que o número de famílias que foram morar nas ruas quase dobrou no mesmo período. Em consequência desse aumento expressivo da população em situação de rua, o Censo que deveria ser realizado apenas em 2023, foi antecipado para atender às necessidades desta população e oferecer respostas rápidas e auxílio efetivo, tendo em vista que, as medidas de prevenção ao COVID-19, como a diminuição da circulação de pessoas e o fechamento dos comércios, desencadearam a diminuição das possibilidades de sobrevivência e acesso a alimentos da população em situação de rua (PEREIRA, 2020).

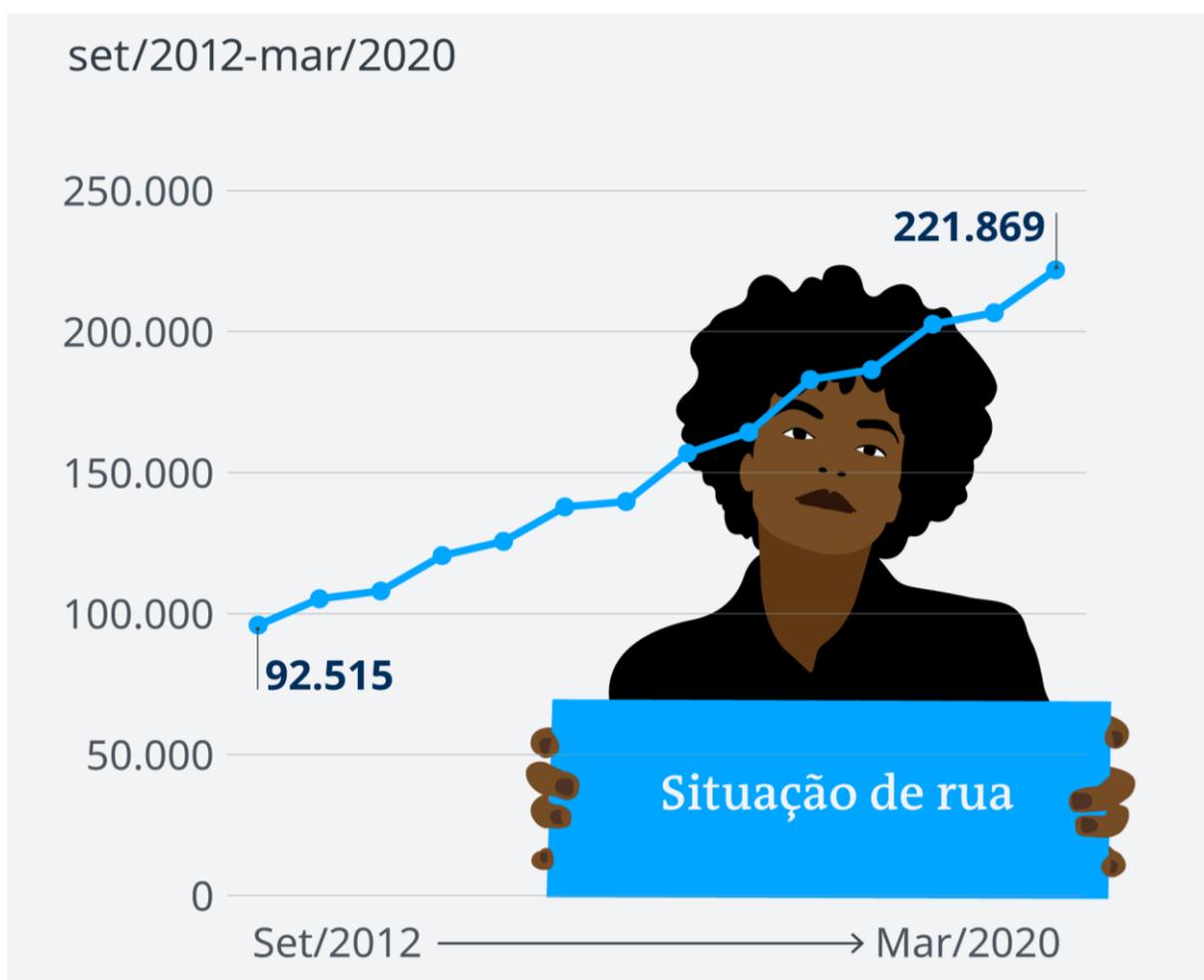


Gráfico 2: Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil. Fonte: Censo Suas, CadÚnico, RMA, IPEA (2015), IBGE (2015)

Conforme apontou o Censo da população de rua, realizado pela empresa Qualitest, para a Prefeitura de São Paulo, cerca de 31,9mil pessoas se encontram em situação de rua, sendo que 28,4% dessa população está em situação de rua há menos de um ano; 13,8% entre um e dois anos; e 8,7% entre dois e três anos. Sendo aqueles que se encontram nessas condições há mais de três a dez anos, cerca de 26% e, chega a 22% aqueles que estão nessas condições há mais de dez anos.

Sendo assim, a população de rua cresceu cerca de 51% de 2019 em diante. Na qual mais de 7,5mil pessoas passaram a viver nas ruas entre 2019 e 2021 (QUALITEST, 2021)





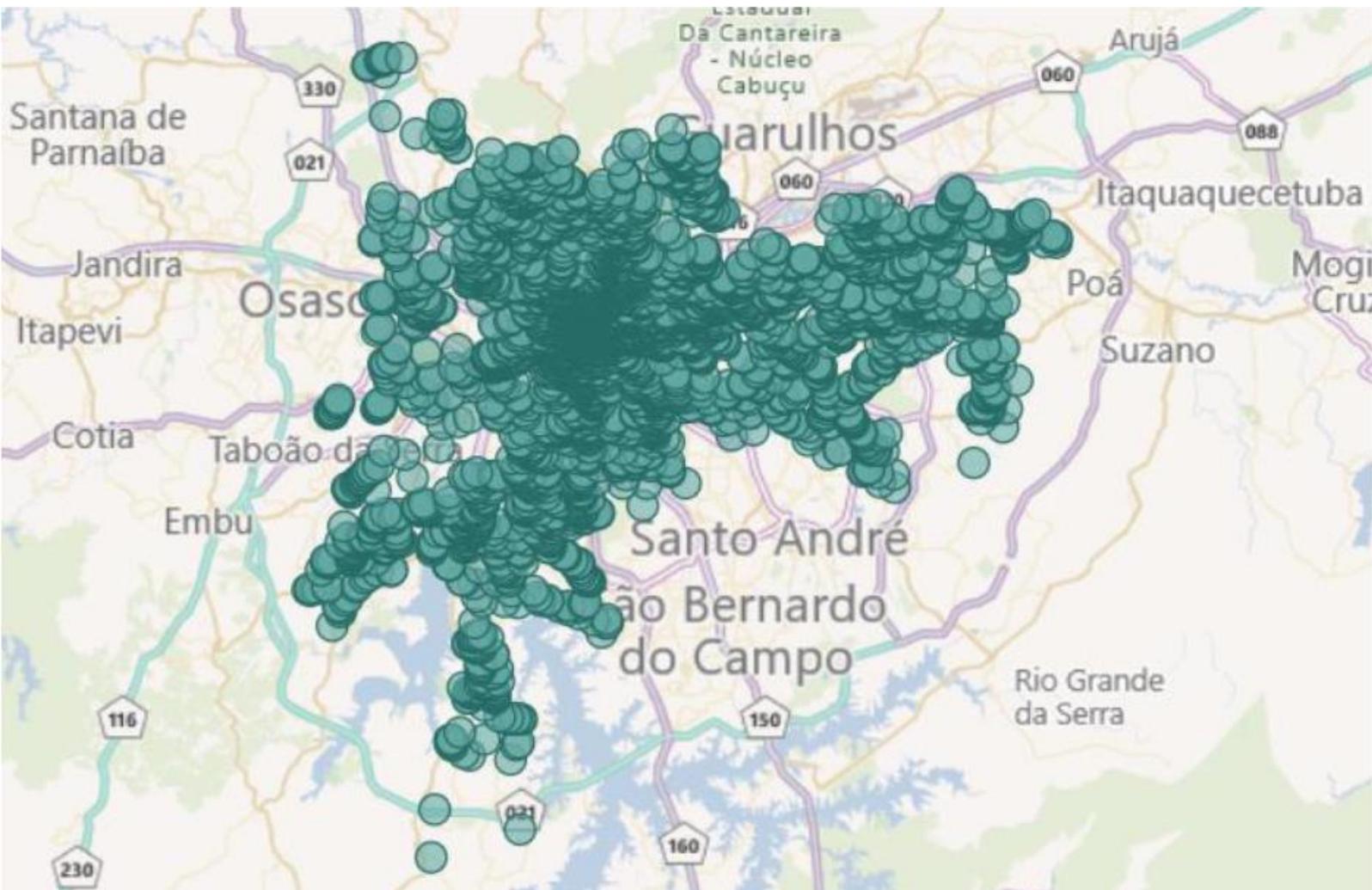
Figura 35: Morador em situação de rua durante a pandemia de Covid-19, 2020. Autoria: Fábio Vieira

Em 2021, foram registrados cerca de 6.778 pontos de moradias improvisadas com a presença média de pelo menos 2 pessoas por barraca/moradia improvisada. Número 330% maior do que o registrado em 2019, que foram encontrados 30,1% ponto de moradia improvisada, ou seja, 2.051 pontos com ‘barracas’ (QUALITEST, 2021).

“O contingente em situação de rua também já é maior do que o número de habitantes da maioria das cidades do estado de São Paulo. Para se ter uma ideia, das 645 cidades paulistas, 448, ou 69,6% do total, têm quantidade de moradores menor do que a população em situação de rua aferida na cidade de São Paulo” (ALBUQUERQUE, 2022)<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Repórter da Agência Brasil – São Paulo

Também foi constatado a maior presença de crianças e adolescentes acompanhados ou não de adultos. Não foram encontrados presença de crianças ou adolescentes em 96,2% dos pontos de concentração. A presença de crianças ou adolescentes desacompanhadas era de 0,5% e, em 2,1% dos pontos havia a presença de crianças ou adolescentes acompanhadas de adultos.



Mapa 10: Distribuição espacial dos pontos de concentração de pessoas em situação de rua - 2019. Autoria: Qualitest. Fonte: Prefeitura de São Paulo



Figura 36: Família em situação de rua. Fonte: Outras Mídias



O desemprego foi agravado durante a crise econômica advinda da pandemia e da falta de intervenções ágeis por parte do Governo Federal que desdenhou, até o fim da pandemia, a necessidade urgente de se organizar força tarefa para que os efeitos causados fossem menores, considerando que o país estava em “vantagem” em relação aos demais que já estavam sofrendo com o vírus. Assim como a difusão e mortes por Covid-19 poderiam ter sido amenizadas, o desemprego e a presença de pessoas morando nas ruas do país, principalmente em São Paulo, poderiam ser erradicadas há longa data, e não aumentado expressivamente, se houvesse de fato um compromisso, por parte das autoridades, com a população que deposita democraticamente sua confiança naqueles que, na maioria, não os representam e nem se importam de fato. Como consequência da irresponsabilidade do Governo Federal frente a pandemia, muitas famílias foram despachadas dos locais que moravam por falta de pagamento do aluguel, desse modo, restou apenas a rua. Isso explica a crescente taxa de crianças e adolescentes nos Censos realizados durante os anos da pandemia, como afirmou Robson Mendonça, presidente do Movimento Estadual da População de Rua: “Temos notado muitas famílias com criança pequena, que vem para a fila em busca de alimento, porque o desemprego e a fome aumentaram demais durante a pandemia, por não terem mais condições de se autossustentar” (CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS, 2020).

Com a pandemia as péssimas condições de vida das pessoas em situação de rua se aprofundaram e, o descaso e invisibilidade que esta população enfrenta ficou ainda mais nítido, tendo em vista que os registros de casos e mortes em decorrência do vírus foram levantadas apenas pelo Consultório de Rua<sup>18</sup> e Assistência Social. Os registros apontaram que entre abril e agosto de 2020, apenas 294 casos de COVID-19 dentre as pessoas em situação de rua e, apenas 30 falecidos em decorrência do vírus. Não havendo mais dados, além destes mencionados, em relação a quantidades de indivíduos contaminados ou vítimas do COVID-19 (MAIA, 2020).

---

<sup>18</sup> Composto por equipes multidisciplinares, o Consultório na Rua é um serviço móvel de atenção à saúde das pessoas em situação de rua e se integra ao Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua (SÃO PAULO, 2016)

#### 5.4. Perfil da população de rua no município de São Paulo

“Nada deixa um homem mais doente, que o abandono dos parentes.” (Diário de um detento, 1997)

Em maio de 2022 foram registradas cerca de 5.039 pessoas que foram viver nas ruas do município de São Paulo, chegando a cerca de 42 mil pessoas, conforme dados levantados pelo POLOS/UFMG. Este número foi superior à estimativa do censo da população de rua de São Paulo, que estipulava cerca de 32 mil pessoas morando nas ruas da capital. Dentre estas pessoas em situação de rua, cerca de 68% são pessoas negras. Quanto ao sexo, 87% foram identificadas como sendo do sexo masculino e 15% do sexo feminino, com idades variando entre 18 e 59 anos, com ensino fundamental incompleto. (POLOS/UFMG, 2022)

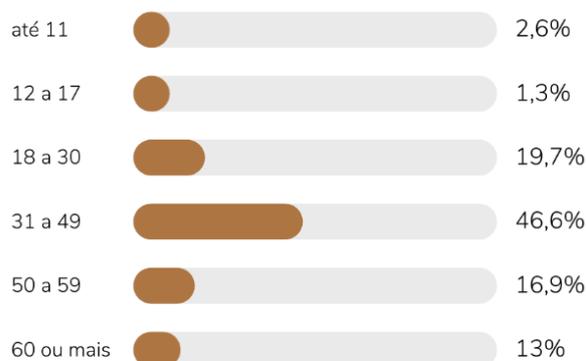


Gráfico 7: Faixa etária. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.

Em relação à identidade de gênero, foram obtidos 76,5% de respostas das pessoas abordadas, sendo que 97,3% se identificam como cisgênero, 11% mulheres transsexuais, 0,3% travestis e homens transsexuais e, 0,9% escolheram a opção “outros” do formulário. Ainda foi observado que cerca de 26% das pessoas em situação de rua vivem acompanhadas por pelo menos um membro

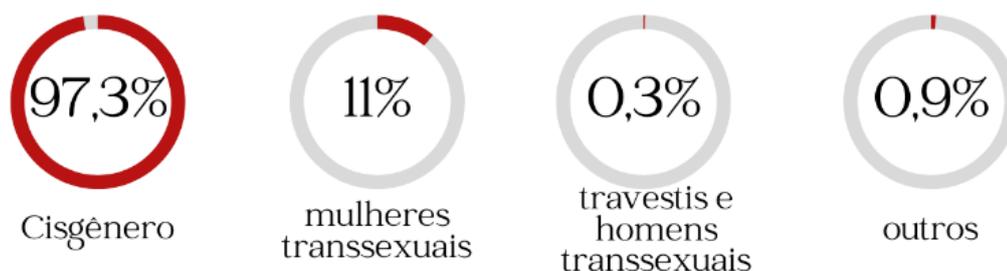


Gráfico 8: Orientação sexual das pessoas em situação de rua em SP. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.

familiar, desse modo, é comum presenciar a formação de vínculos significativos de amizades, semelhantes às relações familiares, entre aqueles que vivenciam juntos a situação de rua (SÃO PAULO, 2021).

No que diz respeito à nacionalidade desta população a partir da pesquisa do perfil Socioeconômico da População em Situação de Rua de São Paulo de 2021, foi observado a predominância de brasileiros natos morando nas ruas, totalizando 96,44% e 3,54%

correspondente a estrangeiros. Destes, 1,24% de nacionalidade angolana e 0,64% venezuelana. Entretanto, a presença de estrangeiros em centros de acolhimentos se sobressai ao percentual de brasileiros nestes espaços. (QUALITEST, 2021).

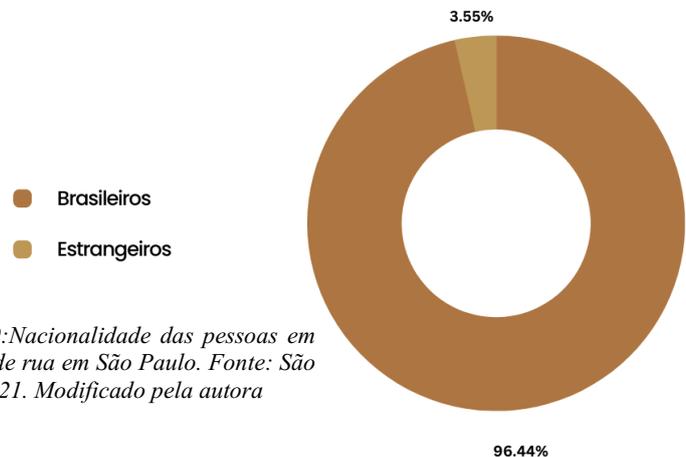
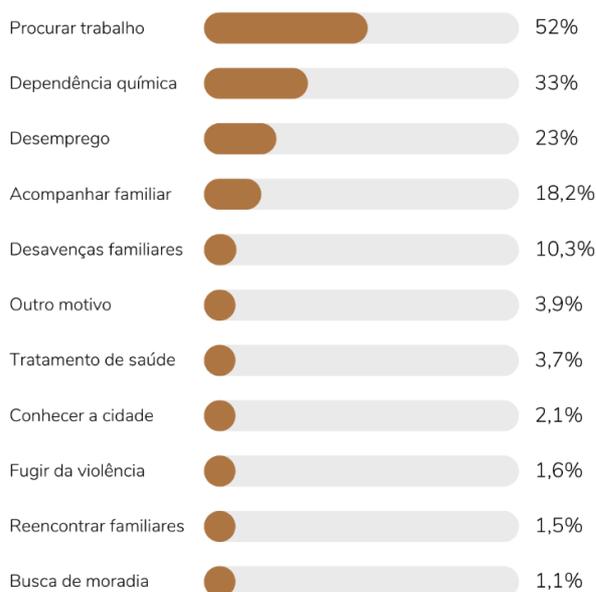


Gráfico 9: Nacionalidade das pessoas em situação de rua em São Paulo. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora

Os fatores que levam as pessoas a viverem nas ruas são tão heterogêneos quanto as suas características. Conforme o Censo de 2021 da Prefeitura de São Paulo, destaca-se o percentual de pessoas que vieram a São Paulo em busca de trabalho, sendo 52% da população recenseada; 33% por conta de dependência química; 23% por conta de desemprego; 18,2% vieram para acompanhar algum familiar, 10,3% em decorrência de desavenças familiares, 3,9% outro motivo, 3,7% em busca de tratamento de saúde, 2,1% conhecer a cidade, 1,6% vieram para fugir da violência, 1,5% reencontrar familiares e 1,1% em busca de conseguir moradia. Fatores que normalmente estão associados uns aos outros, como por exemplo, a dependência química, na qual corresponde a um motivo que acarretou a vivência de 33% de pessoas em situação de



rua, mas é uma causa gerada também em consequência de desentendimentos familiares, da perda de emprego. A utilização do álcool, para esta população, na maioria das vezes funciona como um analgésico para conseguir enfrentar a “vergonha de pedir”, como demonstra o depoimento de um homem de 49 anos, que utiliza deste meio para evitar esta sensação, “às vezes eu bebo, você também beberia porque senão não dá coragem” (DI FLORA, 1987).

Gráfico 10: Porque veio para São Paulo. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora

Os meios de sobrevivência desta população variam entre catador de materiais recicláveis (27%), medicância (13,6%), comércio ambulante (10,2%), ajudante geral (7,2%), carga e descarga (4,4%) até serviços de limpeza/cozinha/faxina (3,6%). Sendo que 42,8% não exercem nenhum tipo de atividade, enquanto a maioria obtém dinheiro através de atividades classificadas como “trabalho por conta própria” e “bicos”, que representam, respectivamente, 16,7% e 33,9%.



Gráfico 11: O que faz para obter dinheiro/ com o que trabalha. Fonte: São Paulo, 2021. Modificado pela autora.





*Figura 37: Fábio de Mello, 41, e Ângela Santos, 32. Foram para as ruas após serem despejados do local que moravam. Autoria: Rivaldo Gomes, 2022.*

## 6. ESTUDOS DE CASO

### 6.1. Paper Log House (1995)

Os arquitetos não estão construindo moradias temporárias porque estamos muito ocupados construindo para os privilegiados... não estou dizendo que sou contra a construção de monumentos, mas acho que podemos trabalhar mais para o público (BAN, 2014).

Projeto idealizado pelo arquiteto Shigeru Ban (1957) e implantado em quatro locais distintos, Japão (1995), Turquia (1999), Índia (2001) e Filipinas (2013), a Paper Log House possui caráter **temporário** e foi desenhada para acolher pessoas desabrigadas em decorrência de desastres naturais, como o terremoto que atingiu a cidade de Kobe, no Japão, em 1995. Este abrigo possui 16 metros quadrados.



Figura 38: Paper Log House finalizadas em Kobe, Japão. 1995. Fonte: Shigeru Ban Architects,

O projeto apresenta uma grande vantagem que é a experiência prática e a comprovação sobre sua eficácia diante de situações pós-desastres. Além de o abrigo possuir fácil montagem e desmontagem, levando cerca de 6 horas para montagem concluída e, são utilizados materiais (vide imagem 39) efêmeros e sustentáveis de baixo custo e fácil acesso.

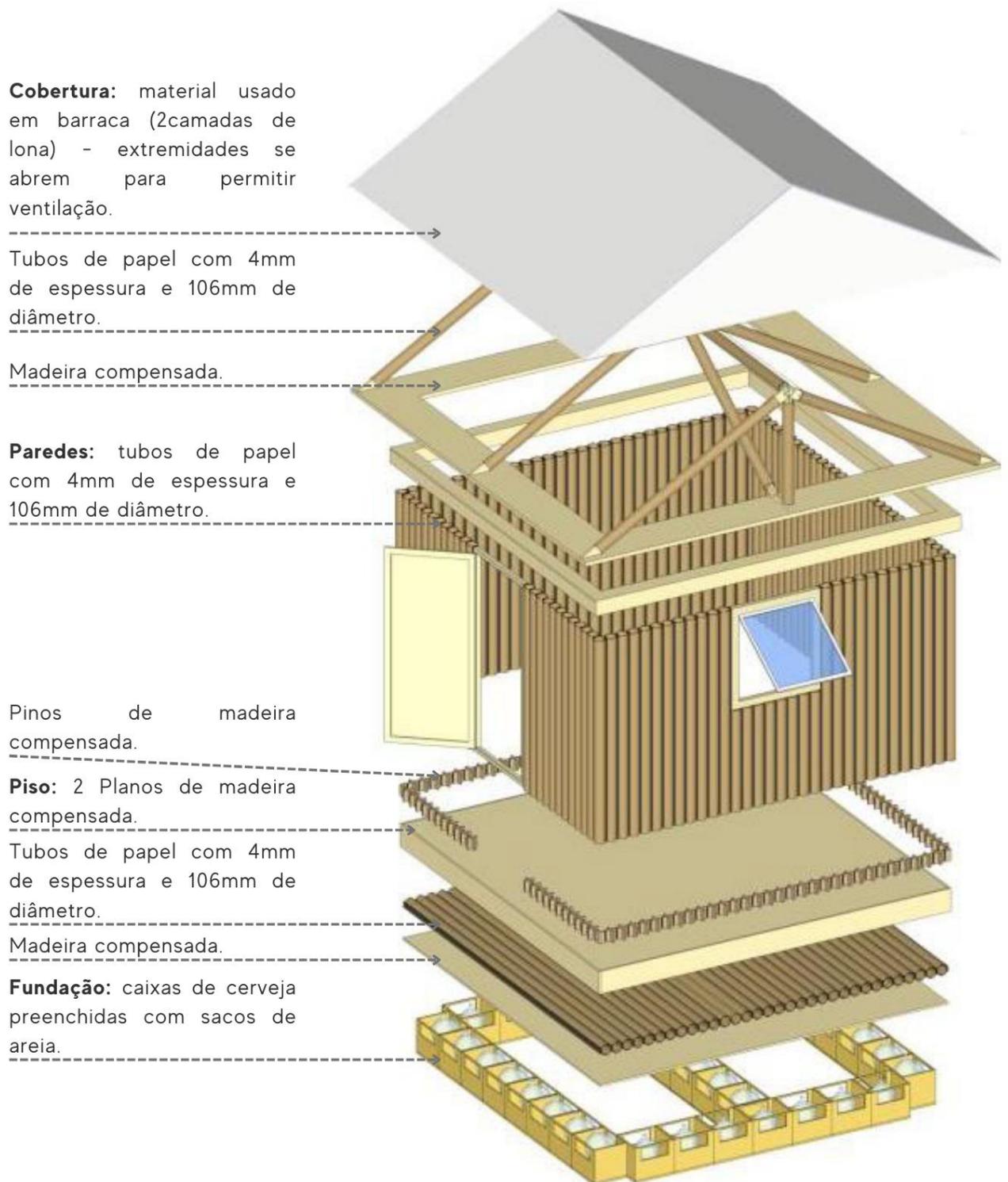


Figura 39: Perspectiva com informações dos materiais utilizados. Fonte: McQuaid,2003. Modificado pela autora.

A escolha deste projeto para análise considerou a preocupação do arquiteto em utilizar materiais que não necessitam de mão de obra especializada e que se encontra com facilidade no mercado. No Brasil utilização do papelão, na sua forma simples sem tratamentos químicos que auxiliam na resistência, pelas pessoas em situação de rua é corriqueiro, visto que há facilidade em se encontrar este material em forma de caixas em locais com comércio, que fazem o descarte do papelão. A utilização do papelão em abrigos é uma alternativa quando esta população não consegue o auxílio para adquirir barracas e muitas vezes este material é utilizado em conjunto a uma lona, para assim auxiliar na proteção contra a umidade e da água da chuva em contato direto ao papelão, que sem um tratamento de impermeabilização, acaba estragando com maior facilidade.



*Figura 40: Interior da Paper Log House, Shigeru Ban. Fonte: AZURE*



*Figura 41: Paper Log House com abertura na cobertura para melhor conforto térmico. Autoria: Brett Boardman*

Trazendo esta iniciativa para o Brasil, foram realizados dois estudos (2006 e 2008) referentes à execução de ensaios em laboratórios com tubos de papel que são fabricados no país. Estes ensaios tinham como intuito aferir a resistência deste material à compressão axial e à flexão, de maneira a identificar o comportamento deste material quando submetido a esses esforços. Os resultados demonstraram que os tubos de papel produzidos no Brasil apresentaram resistência à flexão e à compressão cerca de 30% e 20%, respectivamente, inferiores aos tubos japoneses. Acredita-se que esta diferença seja em decorrência das matérias primas utilizadas em suas produções, visto que são de qualidades diferentes. No entanto, é possível suprir essas diferenças em projetos, utilizando enrijecedores, ligações menos espaçadas e amarrações, desse modo, é possível a execução de obras semelhantes às do arquiteto Shigeru Ban no Brasil. (SALADO e SICHIERI, 2008)

A partir destas observações, optamos em seguir com o material de papelão na proposta do projeto, considerando que é uma material reciclável, fácil de se encontrar e que possui resistência considerável quando submetido a processos químicos e em conjunto a outros materiais.

### 6.1.1. Just a minute - Emergency house (2015)

Desenvolvido pela empresa Barberio Colella ARC em 2015 para abrigar pessoas em emergência, decorrente do terremoto em Nepal. Assim como o próprio nome do abrigo já diz, ele pode ser construído em “apenas um minuto”. Transformando em uma casa **eficiente**, com possibilidades de **personalizações** e podendo se tornar, futuramente, em uma **casa estável**.

Assim como as demais propostas de caráter emergencial, o **Just a minute**, também utiliza como base **materiais locais**, a fim de favorecer uma construção **rápida**, **leve** e **compacta** para transportar, **durável** – apesar do caráter emergencial – e **econômica**. Para isso, são utilizados materiais como o bambu para a estrutura e é envelopada por um material têxtil, na qual permite que a casa seja transportada fechada ocupando cerca de 2,4x4 metros de área útil e, quando aberta, obtém-se uma casa de 4x7,11 metros. Não há necessidade de mão de obra especializada e nem de tecnologias complexas, necessita apenas de uma série de operações simples e úteis para a preparação das diversas partes que, ao final, serão montadas juntas.



Figura 42: Implantação Just a Minute. Fonte: Architizer

Apenas no centro da casa há uma parte permanente, feita de painéis de OSB removíveis, na qual conta com todas as instalações e equipamentos necessários para os serviços de banheiro e cozinha, esse espaço tem dimensão de 1,5x4 metros.

Por ser um projeto **modular**, isto permite que sua construção seja organizada em etapas, bem parecido com uma linha de montagem. Por exemplo, os módulos de bambus são preparados por um equipe, enquanto outra equipe prepara o núcleo central, outra desenvolve o envelope têxtil de vedação, e assim por diante.

O sistema de estruturação desse abrigo é através de varas de bambus na horizontal (piso), na vertical (parede), e oblíquas (teto), possuem diâmetro de 6cm e são travadas por varas de bambus que são dispostas em X, com diâmetro de 3 cm. Essa estrutura é perfurada no centro e nas extremidades, garantido assim o desdobramento e a fixação da estrutura; após aberta é assegurada por parafusos borboleta.



A implantação desse abrigo não requer muitos voluntários, pois a maior parte das estruturas já chegam montadas, exceto a parte central destinada à cozinha e ao banheiro. O forro é composto por uma camada dupla de juta branca, preenchida por lã feito de camisolas e roupas doadas, garantindo maior **resistência** e **conforto térmico** tanto do calor quanto do frio. E por fim, toda essa estrutura é coberta e protegida por uma membrana tensionada **impermeável** que auxilia na proteção contra a chuva e neve.

Adaptando os materiais de proteção da estrutura, considerando os climas do Brasil, o material potencial seria o polipropileno, pois além de ser 100% reciclável, é um material leve, sendo

assim, não há necessidade de uma fundação profunda para sustentação, é um bom isolante térmico e possui propriedades de flexibilidade.

As fachadas laterais são feitas de policarbonato montadas nas estruturas de bambu. E o telhado de apenas uma água, possibilita a instalação de painéis fotovoltaicos e solares, tornando assim a casa autossuficiente em energia.

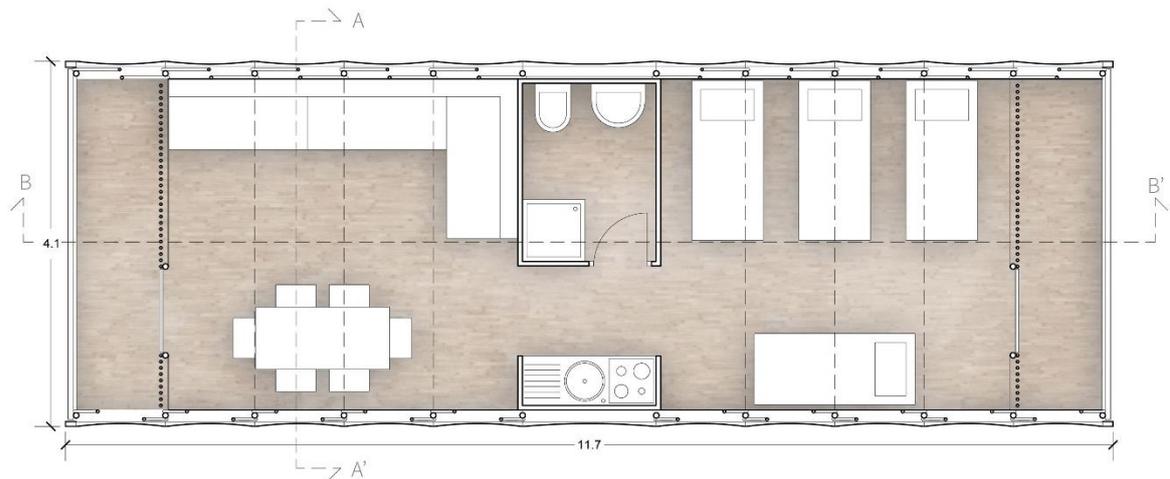


Figura 43: Planta. Fonte: Architizer

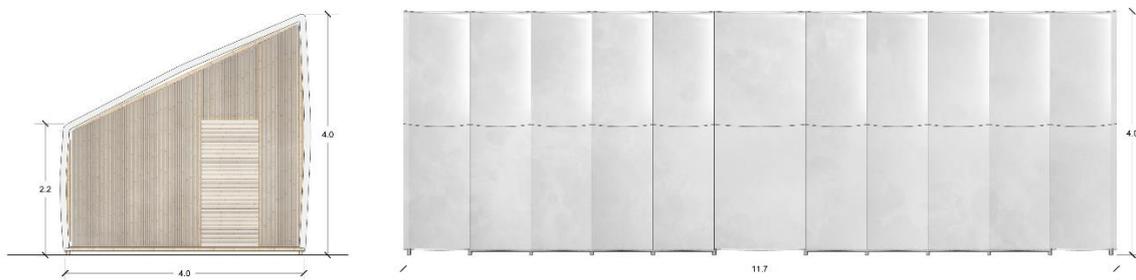


Figura 44: Fachada frontal e lateral. Fonte: Architizer

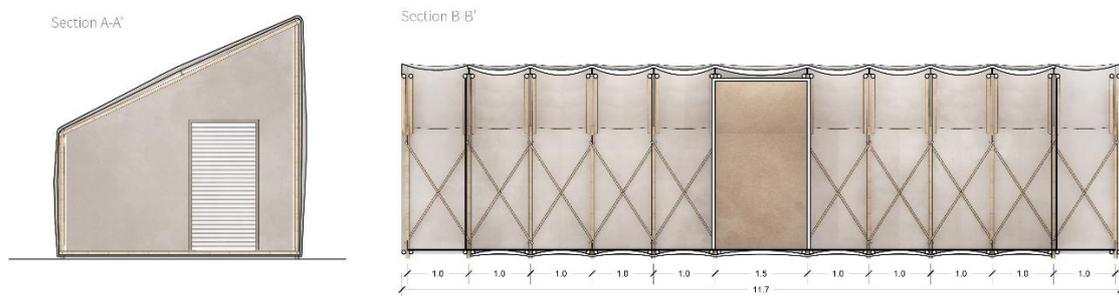


Figura 45: Cortes AA e BB. Fonte: Architizer

An earthquake can ruin the life of an entire community in a minute.  
This instant temporary home can give a new chance to start their life again in *just a minute*.

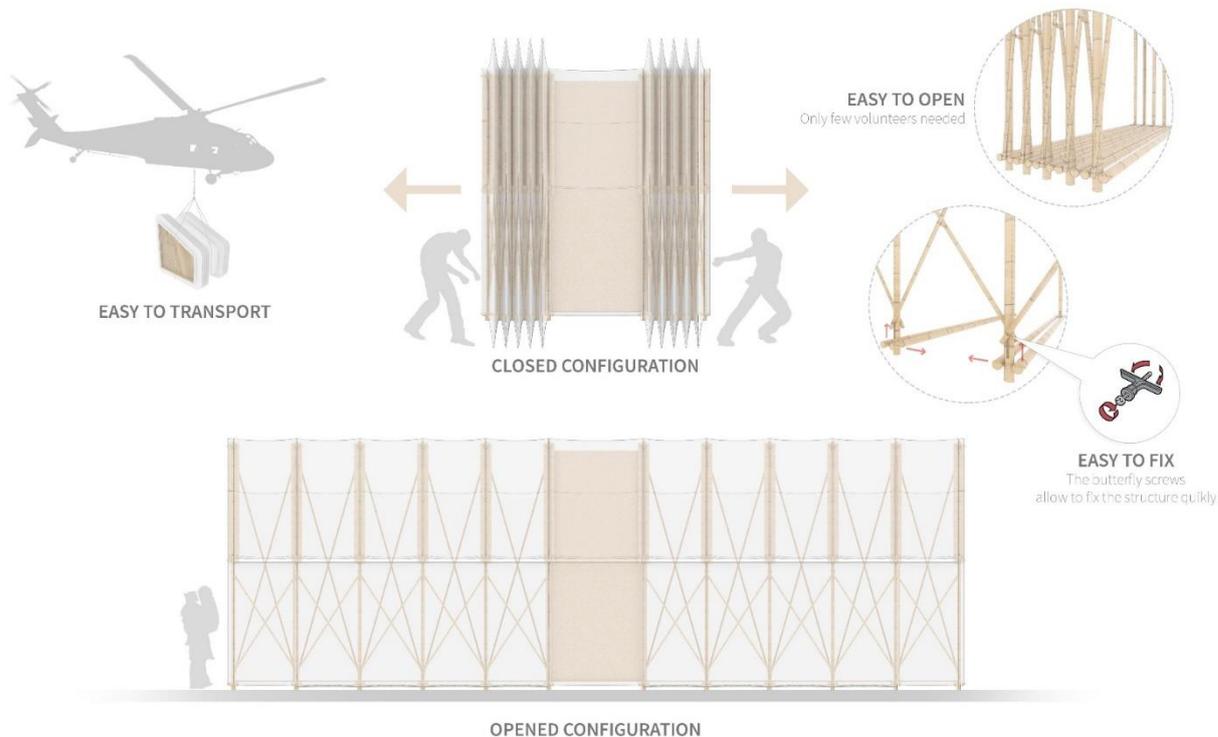


Figura 46: Esquema para transporte da Just a Minute. Fonte: Architizer

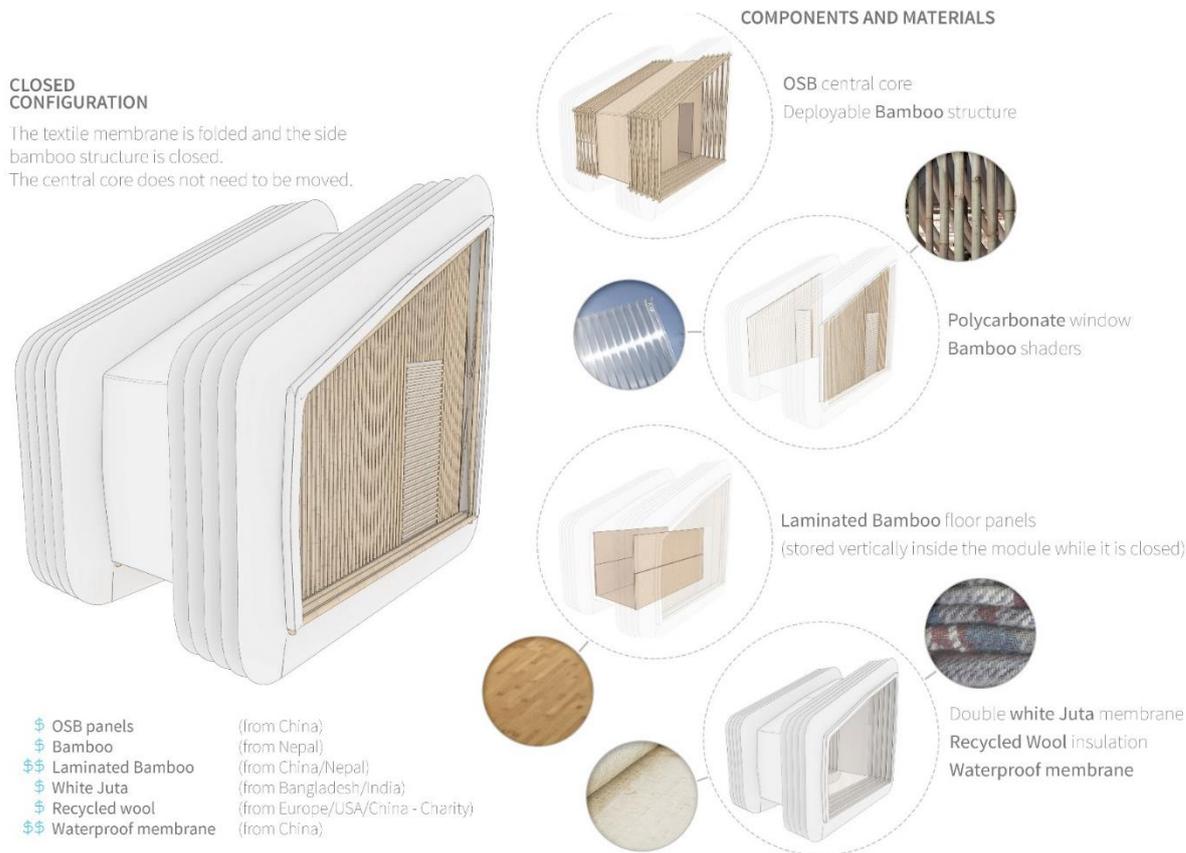


Figura 47: Materiais para execução. Fonte: Architizer

A partir do estudo deste projeto, este contribuiu para que fosse pensado a utilização de uma lona com camadas (lona, papelão) na cobertura do projeto desenvolvido, contribuindo assim para a conforto térmico no espaço e por ser um material fácil de se encontrar, considerando a utilização de lonas utilizadas em banner. Assim também, a contribuição do material bambu se fará presente no projeto em conjunto a cobertura de lona.

### 6.1.2. UAB UNIDADE AUTÔNOMA BÁSICA - vencedor do prêmio IAB/MD

Além dos projetos de caráter emergencial, a escolha do projeto da UAB foi primordial quanto ao auxílio nas questões de autonomia do equipamento proposto. O projeto da UAB foi pensado a fim de poder ser executado nos diversos climas existentes, sendo equipada com os devidos equipamentos que auxiliassem na questão de conforto térmico, podendo ser adaptada para acomodar diversos usuários e usos.

É um projeto totalmente pré-fabricado em indústria, sendo composta por peças componentes em forma de kit, estes podem ser montados/ajustados conforme manual de montagem. Por ser um projeto modular, o transporte desses componentes é mais prático, podendo também ser construído em locais remotos que não há abastecimento de água potável nem sistema de esgoto e energia por ser uma unidade autônoma.

O estudo deste projeto auxiliou nas definições dos componentes necessários para a autonomia do equipamento de pernoite que será proposto.

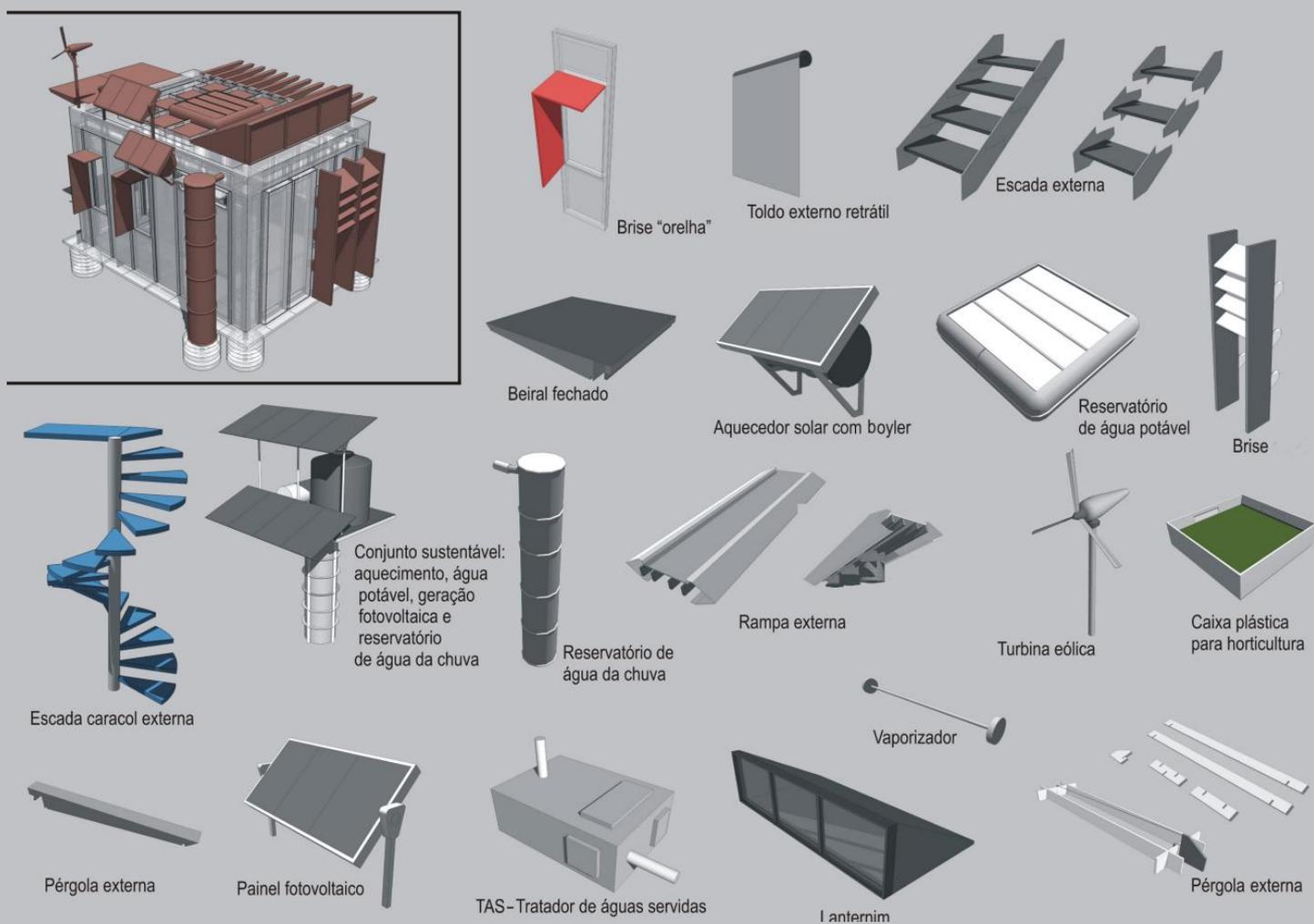


Figura 48: Elementos Móveis – São peças do sistema que podem servir a diferentes configurações de montagem da UAB. Fonte: Projeto edifícios públicos sustentáveis (p 265)

### Construção em clima quente e úmido

As tradicionais habitações construídas em clima quente-úmido, trazem a característica de serem leves e bastante permeáveis aos ventos. Para esse clima, as diretrizes bioclimáticas de ventilação em abundância, telhados leves e construção permeável são adequadas.



### Construção em clima quente e seco

As construções em clima quente-seco devem ser compactas e impermeáveis ao vento seco. As diretrizes válidas para esse clima são: paredes e telhados com alta inércia térmica, pequenas aberturas evitando os ventos secos, construção compacta.



### Construção em clima frio

Construções em clima frio requerem uma mínima área de superfície externa, pequenas aberturas e máximo isolamento.



### Construção em clima temperado

Em clima temperado, uma diretriz importante é a adaptabilidade à variação de temperatura.



Esses quatro exemplos retratam as soluções mutantes do Projeto UAB – Unidade Autônoma Básica – para a adaptação aos diversos climas a partir da montagem de peças padronizadas em uma proposta modular.

Figura 49: Unidades em diversos climas. Fonte: Projeto edifícios públicos sustentáveis.

### 6.1.3. Síntese – estudos de casos

As referências apresentadas, todas com caráter emergencial, demonstram como é possível executar iniciativas, de maneira rápida e eficiente, a fim de amenizar as problemáticas geradas por fatores ambientais, externos – como guerras- e, de pobreza, através de materiais locais simples e eficientes, econômicos e RÁPIDO; sem que se tenha que esperar a execução de construções tradicionais de alvenaria, aço ou de outros materiais que necessitam de mão de obra especializada e de um prazo maior.

Por se utilizarem da **arquitetura efêmera**, sendo construídas com materiais locais, sem necessidade de mão de obra especializada, de fácil e rápida montagem e desmontagem e, de transporte, os projetos evidenciam justamente as características desejadas para um **equipamento replicável** que é a proposta deste trabalho.

Por mais que existam propostas de abrigos para as pessoas em situação de rua em São Paulo, as vagas nesses espaços nunca são o suficiente para atender de fato a demanda. Isso justificava a crescente presença destas pessoas, cada vez maior, em **lugares públicos**. As propostas elaboradas pela prefeitura de São Paulo, além de não atenderem toda a **demanda**, ainda necessitam de um tempo de execução que se torna inviável para quem está vivendo nas ruas com **crianças**. Retrato do puro **descaso governamental**. Há que se mencionar também o valor elevado para execução destas obras.

A espera por uma vaga em abrigo em São Paulo é, em média, de uns 6 meses, no mínimo. Enquanto essa vaga não é disponibilizada, estas pessoas seguem nas ruas. O intuito deste projeto é a elaboração justamente de um abrigo para este período de espera por uma vaga, é substituir as barracas, tendas improvisadas por um equipamento que realmente garanta uma **segurança, conforto** e, principalmente, **dignidade** as pessoas em situação de rua.





*Figura 50: Moradores reclamam da truculência dos agentes da GCM.  
Autoria: Gustavo Basso*

## 7. ANÁLISE DO ENTORNO

O espaço escolhido para a implantação do equipamento foi o centro velho de São Paulo, visto que é o local onde a aglomeração de pessoas em situação de rua está mais presente. Desse modo, os mapas a seguir constataam quais os usos e ocupação do espaço, o gabarito, mobilidade/fluxos e, principalmente, demarca os espaços com maior concentração desta população.

A maioria dos edifícios deste espaço são de serviços corporativos, havendo poucos edifícios habitacionais, e nota-se uma repetição de padrão em relação ao uso por andar desses edifícios – térreo é direcionado ao comércio e os demais pavimentos são destinados a serviços. E de devido a este padrão de uso de solo, esta região apresenta diferentes fluxos durante o dia, sendo no período diurno com mais movimentação e o noturno ocorre o esvaziamento deste local, por se tratar de uma região de comércio, serviços. Há também um quantidade considerável de prédios institucionais públicos como secretaria de infraestrutura urbana, subprefeitura Sé, PM, Bombeiros, Tribunal da Justiça, Tabeliões de nota, delegacias.

Observou-se também que há espaços insalubres decorrentes ao gabarito de alguns prédios do local, que acabam gerando maiores áreas sombreadas. Não há também recuos frontais, desse modo, as pessoas que ocupam este espaço se apropriam dos espaços destinados a passagem de carro.

Em relação a prédios abandonados este número é relativamente baixo, entretanto há bastantes espaços com placas de “aluga-se”. Ainda sobre edifícios abandonados, contatou-se que há uma ocupação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) em um edifício na rua Quintino Bocaiuva.



Figura 51: Logo Projeto Todos Pelo Centro. Fonte: Prefeitura de São Paulo.

Vale ressaltar que recentemente foi divulgado a iniciativa da Prefeitura de São Paulo, com parceria público privada, com proposta para a “revitalização” do centro, que na verdade o termo a ser utilizado deveria ser requalificação por ser tratar de uma proposta que dispõe de modificações nos usos e ocupações de alguns edifícios. Atualmente, o centro possui uma dinâmica – reduzida em relação aos anos anteriores, mas ainda existe-, há pessoas circulando e

até mesmo morando nos espaços, mas não são estes os indivíduos que as parcerias público privada visam investir e atender, pois não lhes darão o retorno esperado conforme tamanho do investimento, e isso fica nítido na proposta.

A proposta para o centro de São Paulo, prevê trazer novos moradores para a região central, considerando que a praça da Sé, marco zero de São Paulo, nunca recebeu tão poucos turistas como atualmente. Mas um ponto a questionar é: quem seria este público de novos moradores? E os indivíduos que ali residem, vão poder permanecer nos espaços que ocupam? Estes também serão contemplados nos planos da requalificação do centro, ou é mais uma das milhares propostas na qual os menos favorecidos são novamente prejudicados, descartados e realocados para os lugares que sobram?

Enquanto diversos prédios permaneciam vazios e se degradando com o passar do tempo, sem uso nenhum e, em contrapartida, há diversas pessoas morando nas ruas ou em lugares inapropriados, colocando suas vidas em risco; não houve iniciativas para se pensar na requalificação do centro e dos prédios da região para que se tornassem locais habitáveis para atender esta população. Mas agora, após alguns anos de ocupação clandestina por pessoas que não tinham onde se abrigarem, e com uma maior presença de pessoas em vulnerabilidade social pelo centro histórico de São Paulo, finalmente surgiram interesses nestes espaços? Logo agora que esta população está sendo vista – de maneira negativa- ocupando os espaços? Por que antes dessas pessoas ocuparem não havia interesse?

A classe dominante – majoritariamente a elite branca- sempre consegue uma desculpa para atrasar/atrapalhar a ascensão – mesmo que em passos lentos- das pessoas empobrecidas. Aliás como poderia a auxiliar de limpeza da residência de uma madame, morar no centro da maior cidade do Brasil? Não são esses espaços que ‘este tipo de gente’ ocupa conforme as estatísticas. Os espaços destinados a população menos favorecida sempre foram as regiões periféricas. Por que é tão difícil ver pessoas negras, pardas, pobres ocupando e morando em espaços bem localizados? Mesmo que de forma ilegal, já que não há movimentação suficiente dos governos a respeito das pessoas em vulnerabilidade social.

Já dizia Abdias Nascimento: “E o fato de haver tanta coincidência e tanto cruzamento entre as linhas raça e classe, não deve obscurecer a clareza solar de que em nosso mundo capitalista, racialmente heterogêneo, o fator da condição social é primordial na formação da estrutura econômico-sócio- psico- cultural da sociedade.”

# O MAIOR PROBLEMA

é a vulnerabilidade social.  
Não adianta desenvolvimento social urbano  
e não pensar no desenvolvimento humano

Aumento dos benefícios  
aos empresários, de 5 anos  
para 10 anos de isenções.

## A RETIRADA DAS BARRACAS É FUNDAMENTAL

## GENTRIFICAÇÃO é retirar o empresário da terceira geração DO CENTRO

Grades são necessárias  
pois afastam os marginais.



## REQUALIFICAR

a Praça da Sé, igual fizeram com o Vale do Anhangabaú.

## ENTREGA DE MARMITAS AFASTA COMPRADORES

««O centro não é local para a entrega de marmitas»»

Figura 52: Frases ditas por comerciantes no 2º Fórum Todos Pelo Centro. Autoria: Elaborado pela autora.

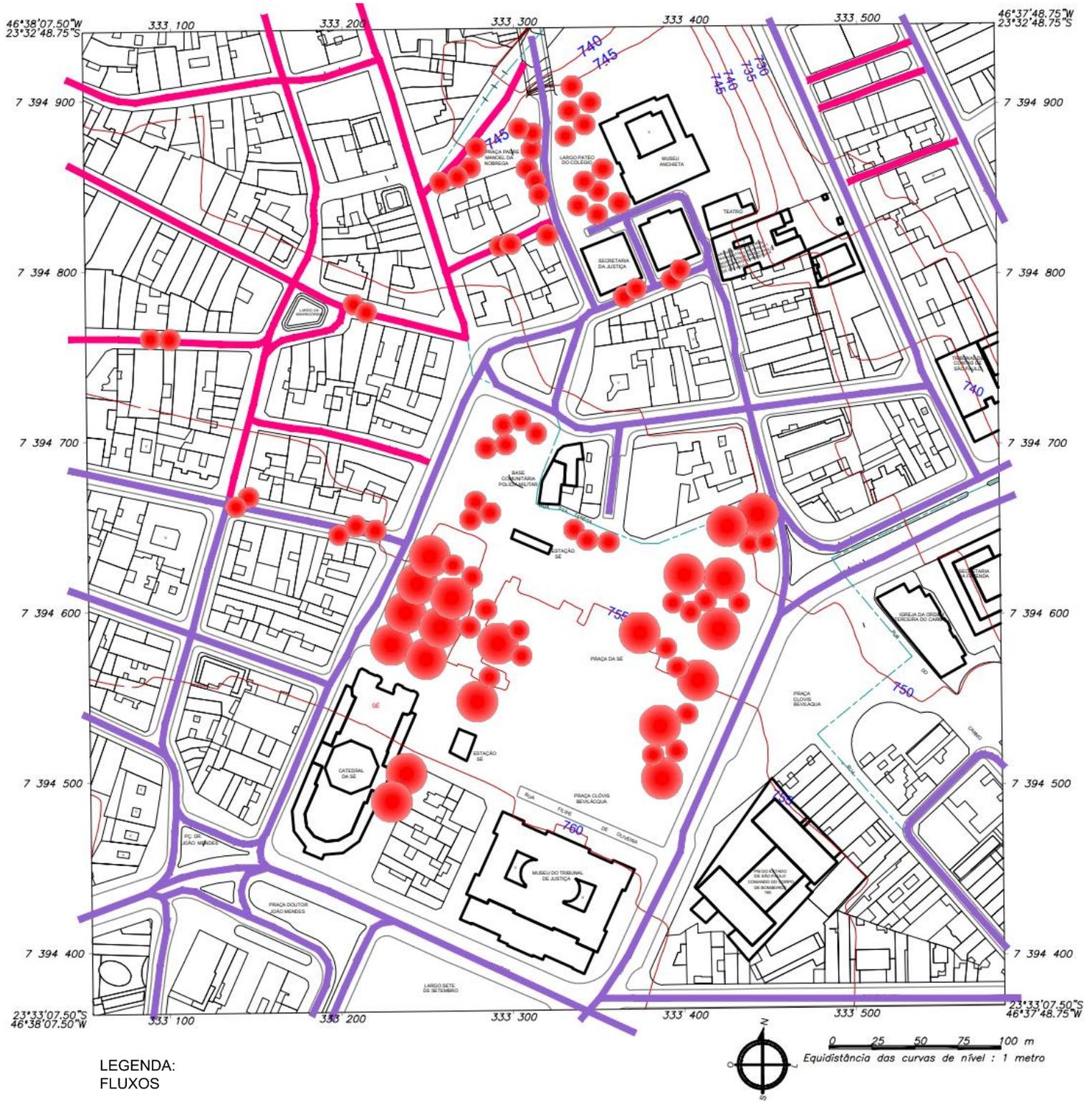
A proposta da prefeitura com parceria público privada tem também o intuito de instalar espaços de educação privadas em quatro prédios da região, mas não se atentaram – ou realmente não se importam - que dois deles já estão ocupados por pessoas de baixa renda.

Esta iniciativa não apenas é insensível como evasiva, visto que, os moradores dos edificios localizados no Largo do Paissandu, momento algum foram comunicados sobre as intensões e modificações que este espaço irá sofrer. Sendo necessário que a Defensoria recomendasse a suspensão do projeto, alegando que faltou apresentação de estudos fundamentando a PPP (Parceria Público Privada) e que a administração municipal deveria contrapor o projeto com outras maneiras de intervenção, de modo que contemplasse e privilegiasse a permanência das famílias existentes em suas moradias. Mas a Prefeitura de São Paulo rejeitou tais recomendações e não se pronunciou sobre a decisão. (ASSUNÇÃO, 2023)

Porque essas parcerias público-privadas são financiadas pelo setor privado, construídas e organizadas por ele, que depois vende literalmente esses espaços e as pessoas que não têm dinheiro não conseguem comprar. Outra coisa é que isso causa ainda um impacto no valor dos aluguéis no território e provoca um processo não só de remoção direta, mas também de remoção indireta. (ASSUNÇÃO, 2023)

Não devemos esconder as mazelas e dificuldades que uma cidade enfrenta, mas sim devemos assumi-las e incorporá-las nas decisões e planejamentos da cidade. Este novo projeto da prefeitura é apenas mais um tentativa para camuflar uma problemática que é de longa data e que enquanto não for pensada, estudada de fato; irá seguir e crescer cada vez mais, seja em qual espaço que for. A vulnerabilidade social é um problema de políticas públicas que deve receber a devida atenção afim de erradicar com este fenômeno. E foi considerando tais ‘camuflagens’ das pessoas em situação de rua, por parte da prefeitura, que este projeto tem o intuito de fazer o que os representante não faz, assumi-los, auxiliá-los e contemplá-los, em grande quantidade, nos projetos propostos e não apenas 1/3 da população em questão.





Mapa 12: Fluxos e concentração de pessoas em situação de rua. Fonte: Desenvolvido pela autora.

## 7.1. Materiais

Visando um projeto com rápida produção e montagem, a utilização de materiais com fabricação local foi um dos principais pontos para a escolha, além de suas características compatíveis com o desejado para a execução de um abrigo com caráter temporário, emergencial e leve, dispensando assim a necessidade de fundações profundas.

- **Tubos de papelão**

Como características os sistemas construtivos em tubos de papelão apresentam mobilidade, dispensam a execução de acabamento, compõe uma construção muito leve (dispensando uma fundação complexa), limpa e que não necessita de mão-de-obra experiente ou especializada. Entretanto, exigem coberturas leves (SALADO e SICHIERI, p. 145).

Como apresentado nos estudos de caso, o arquiteto Shigeru Ban quem deu início a utilização dos tubos de papelão na construção civil, ao utilizá-los em seus projetos de arquitetura emergenciais. Em seus projetos, Shigeru Ban utiliza a forma simples do tubo de papelão, mantendo-o com o interno oco, fazendo tratamento no material apenas contra a ação do fogo e umidade, que acaba aumentando as qualidades básicas do material, gerando um produto estrutural com resistência satisfatória (SALADO, 2006).

A fim de identificar a resistência do material foram realizados estudos na USP que constatou resistência do papelão até 5,0 toneladas. Quando foi utilizado uma resina impermeabilizante, o material elevou sua resistência, chegando a suportar agora até 6,0 toneladas. Esta mesma resina além de deixar o material mais resistente também o torna resistente às chuvas e umidades. Somente em relação a resistência ao fogo que ainda não foram calculados quanto tempo o material resiste até ser incinerado e se o fogo pode se extinguir sozinho (SALADO, 2006).

Além deste material proporcionar rapidez na obra, estrutura leve e salubre não sendo necessário grandes e profundas fundações, ele também otimiza a passagem de infra de hidráulica e elétrica por ter seu interior oco. Mas em relação a custos, quando comparado a parede de alvenaria convencional, por enquanto é proporcional.

Este mesmo material também é encontrado em formato de placa e, desse modo, ganha resistência ao ser dobrado. O Cardborigami (vide figura 53), produzido pela design norte-americana Tina Hovsepian, utilizou estrutura com chapas de papelão dobradas.



Figura 53: Tubos de papelão. Fonte: Pinterest

Em relação a oferta deste material no Brasil, ele pode ser facilmente encontrado e por ter capacidade de ser reciclado diversas vezes, não necessita de um grande processo de transformação, o que acaba o tornando em um material atrativo e de baixo custo.

- **Membrana de poliéster/PVC**

Este material é produzido a partir de técnicas de revestimento com PVC tratado, tornando o material superior às lonas de polietileno e PVC. Este material não acumula água na superfície, evitando assim o surgimento e proliferação de mofo e bolor. Possui fácil higienização podendo utilizar sabão.

Possui aditivos anticloro, antichama e antifungo, alta tenacidade, maior resistência e durabilidade.

A membrana de poliéster é composta por quatro partes: o tecido cru de base, um adesivo ou primer, um revestimento (PVC) e um top coating (PVDF – fluoreto de polivinilideno - ou outro) (ASSIS, 2012, p. 63).

A utilização do PVDF como top coating, proporciona aumento a vida útil da membrana, impermeabilidade, resistência aos raios ultravioletas e aos fungos.

O valor referencial de uma membrana de poliéster é em torno de R\$ 225,34m<sup>2</sup>, podendo durar cerca de 15 anos, a depender do fabricante.

Assim como as lonas são corriqueiras nos abrigos executados pelos moradores de ruas pela cidade, para a proteção do interior do seu espaço, a membrana fará este papel no projeto protegendo toda a estrutura contra as intempéries e auxiliando na maior durabilidade do abrigo.

No município de São Paulo há algumas empresas que fazem a produção de material, são elas: Birdair (Taiyo Birdair do Brasil), Canvas Coberturas e galpões, Fiedler Design e



Figura 54: Proteção com membrana de PVC. Fonte: Interempresas

Engenharia, Pistelli/Pelz, SEPA (Soluções de Engenharia e Projetos das Américas), TecnoStaff Engenharia e Estruturas, Tensobras, Tópico Coberturas (ASSIS, 2012, p. 102).

Outra possibilidade também é a utilização de lonas, advindas de banners descartáveis que facilmente se encontra pela cidade, utilizado para propagandas e divulgações. Esta lona seria utilizada em conjunto a camadas de papelão, desse modo proporcionaria maior conforto térmico aos usuários e é um ótimo custo-benefício.

- **Bambu laminado**

Visando a utilização de matérias renováveis, o bambu laminado<sup>19</sup> é um dos materiais, além da madeira, que proporcionam esta condição, além de ser um material com alta sustentabilidade e apresentar um ótimo desempenho estrutural. No projeto, este material está sendo utilizado para estruturar o telhado em lona, localizado sobre as áreas dos quartos.



Figura 55: Bambu laminado. Fonte: Bambusa Estúdio



- **Painel Wall**

Ideal para fechamentos pois suporta a ação de intempéries. Possui elevado robustez, garantindo assim certa resistência e vandalismos e impactos, além de possuir facilidade na manutenção e boa durabilidade.

Os painéis também podem ser utilizados no piso e para isso devem receber revestimento de superfície visando maior durabilidade do material, proteção contra atritos e abrasão. Desse modo, é necessário que seja realizado o nivelamento da superfície e em áreas molhadas é ideal que seja realizado impermeabilização prévia. É necessário prever a utilização de argamassa do tipo ACIII para o assentamento de cerâmica/porcelanato.

<sup>19</sup> Sobre a utilização de bambu laminado, ver projeto: Parada de ônibus, autoria de Jaime de Almeida. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562746> >

### 7.1.1. O projeto: proposta replicável

A partir das análises dos estudos de caso e com os levantamentos do entorno, foi possível uma visão mais ampla de como se conceberia o equipamento replicável. O primeiro estudo realizado e aqui apresentado teve suas potencialidades- que foram consideradas nos próximos estudos- e fragilidades que fez com que se elaborasse uma nova ideia.

#### Fragilidades:

- Cobertura sem inclinação ocasionaria no acúmulo de água na cobertura.

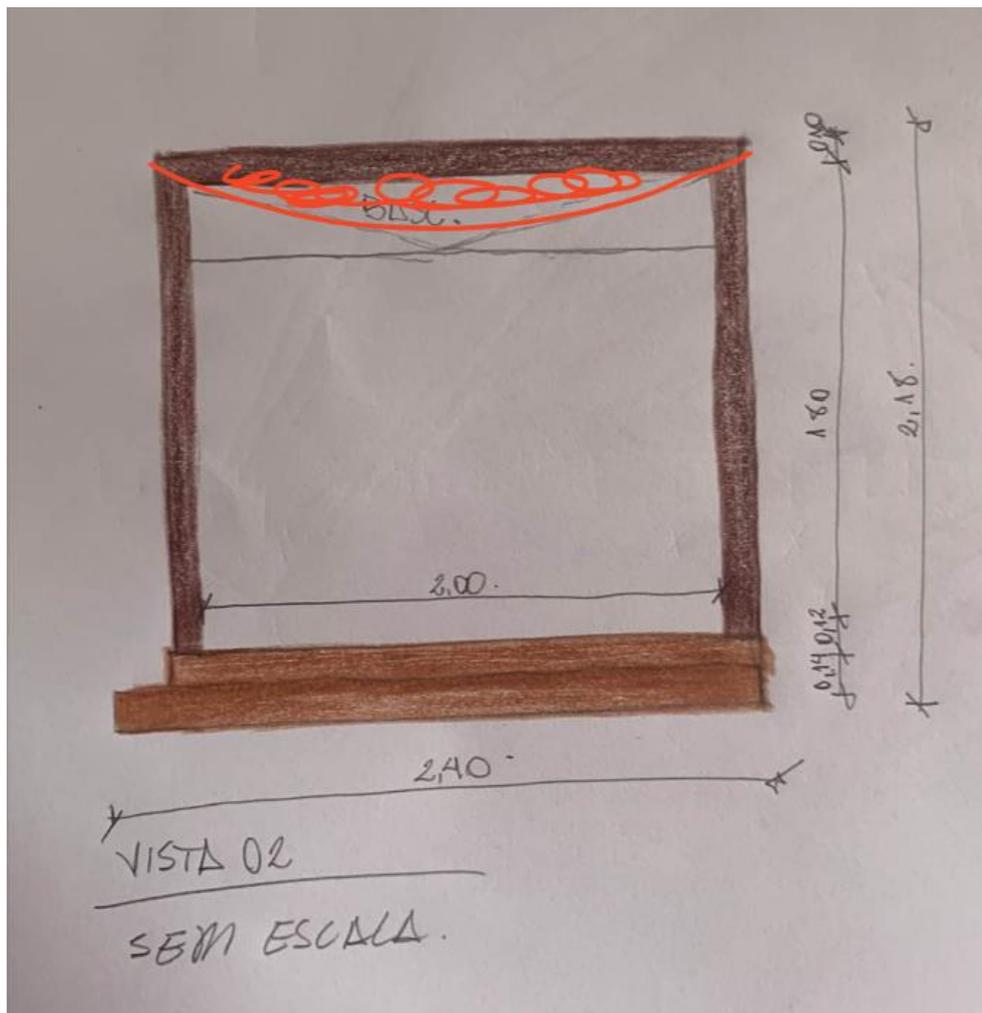


Figura 56: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

- Ausência de hall, que auxiliaria também na proteção das aberturas principais que dão acesso ao interior do espaço e proteção também aos usuários.

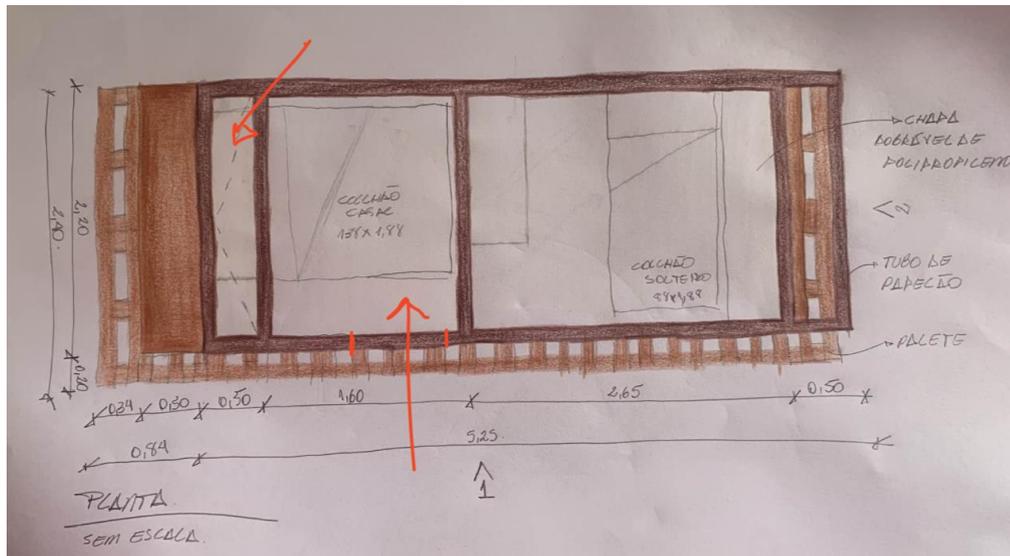


Figura 57: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

- Ausência de um ponto de banheiro coletivo, visando que atualmente há pessoas com crianças nas ruas, caso fosse necessário utilizar este espaço em horário noturno.
- Estrutura com muitos pontos de nós, o que acabaria ocasionando na maior fragilidade dos tubos de papelão que foram propostos como estrutura.

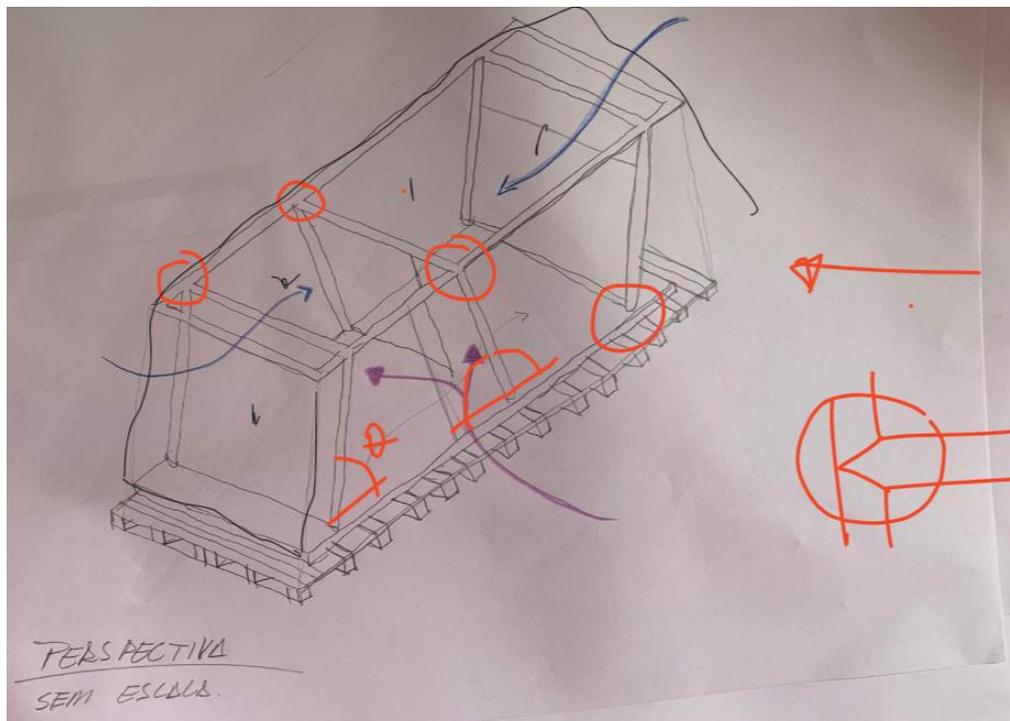
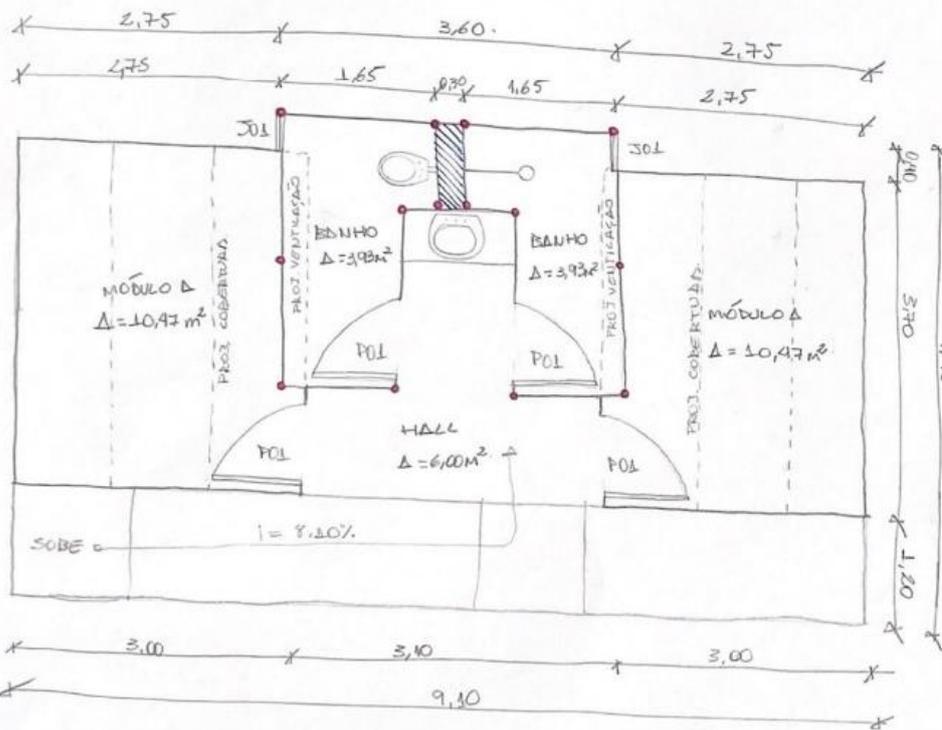


Figura 58: Croqui primeira proposta. Fonte: Desenvolvido pela autora.

A fim de solucionar as fragilidades apresentadas no primeiro estudo, a segunda proposta preliminar chegou ao resultado esperado e desejado desse trabalho: Um equipamento de fácil montagem e desmontagem, com matérias de baixo custo e de fácil acesso e, que não haja necessidade de mão de obra especializada para execução.

Esta proposta preliminar contempla espaço com módulo fixo – destinado ao banheiro coletivo e módulo retrátil, podendo ser replicado e encaixado lado a lado. As instalações hidráulicas foram pensadas de modo a otimizar os custos, sendo assim, chegou-se a uma única parede hidráulica. A proposta contempla também acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida. Enquanto a primeira proposta possuía a fragilidade de acúmulo de água na coberta, esta segunda foi pensada de modo a se reutilizar a água captada de chuvas, a partir do telhado de telha sanduíche, de duas águas com inclinação de 5% e com calha central.

- Planta baixa



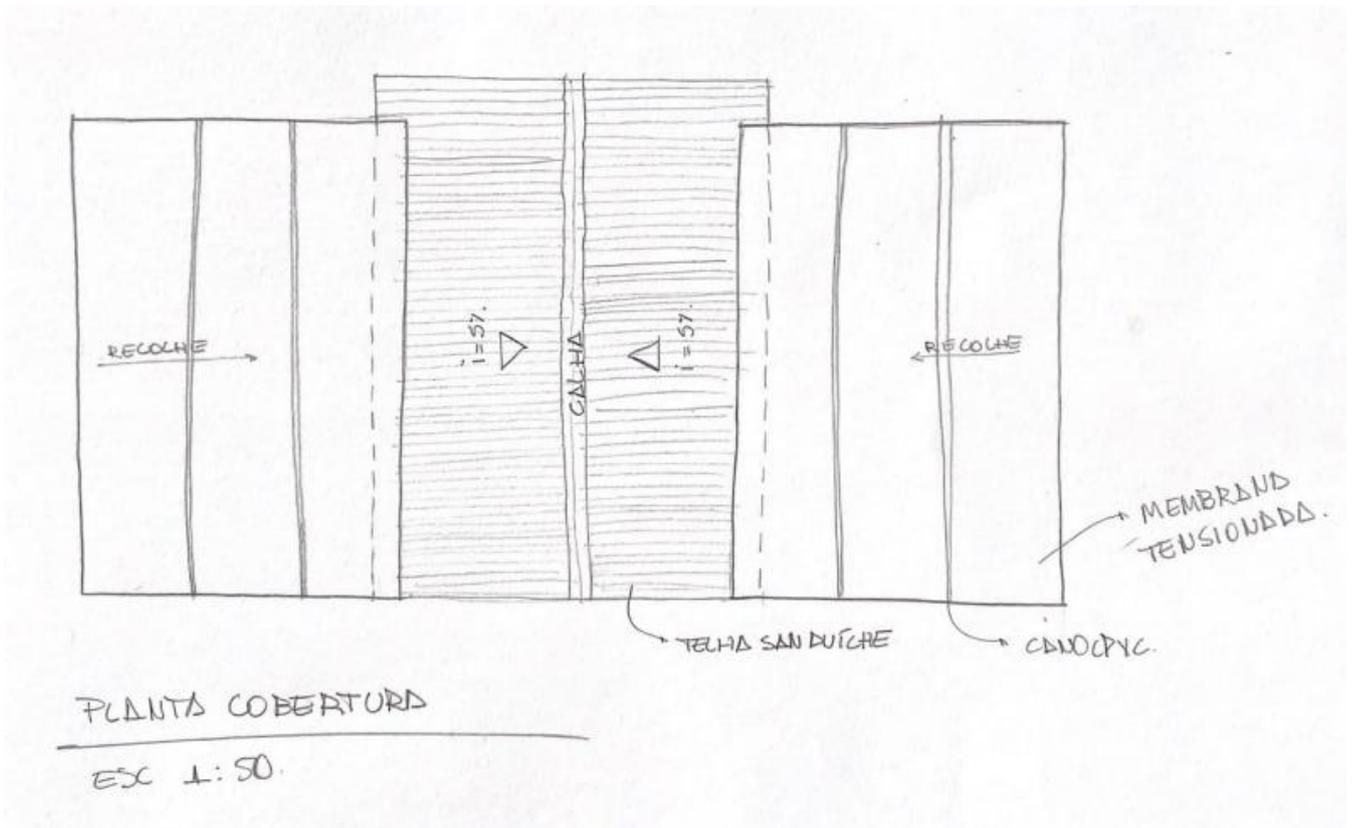
LEGENDA

- PAREDE HID.
  - ESTRUTURA TUBOS DE PARELAO
- $POI = 0,90 \times 2,30$   
 $JOI = 0,30 \times 0,70$

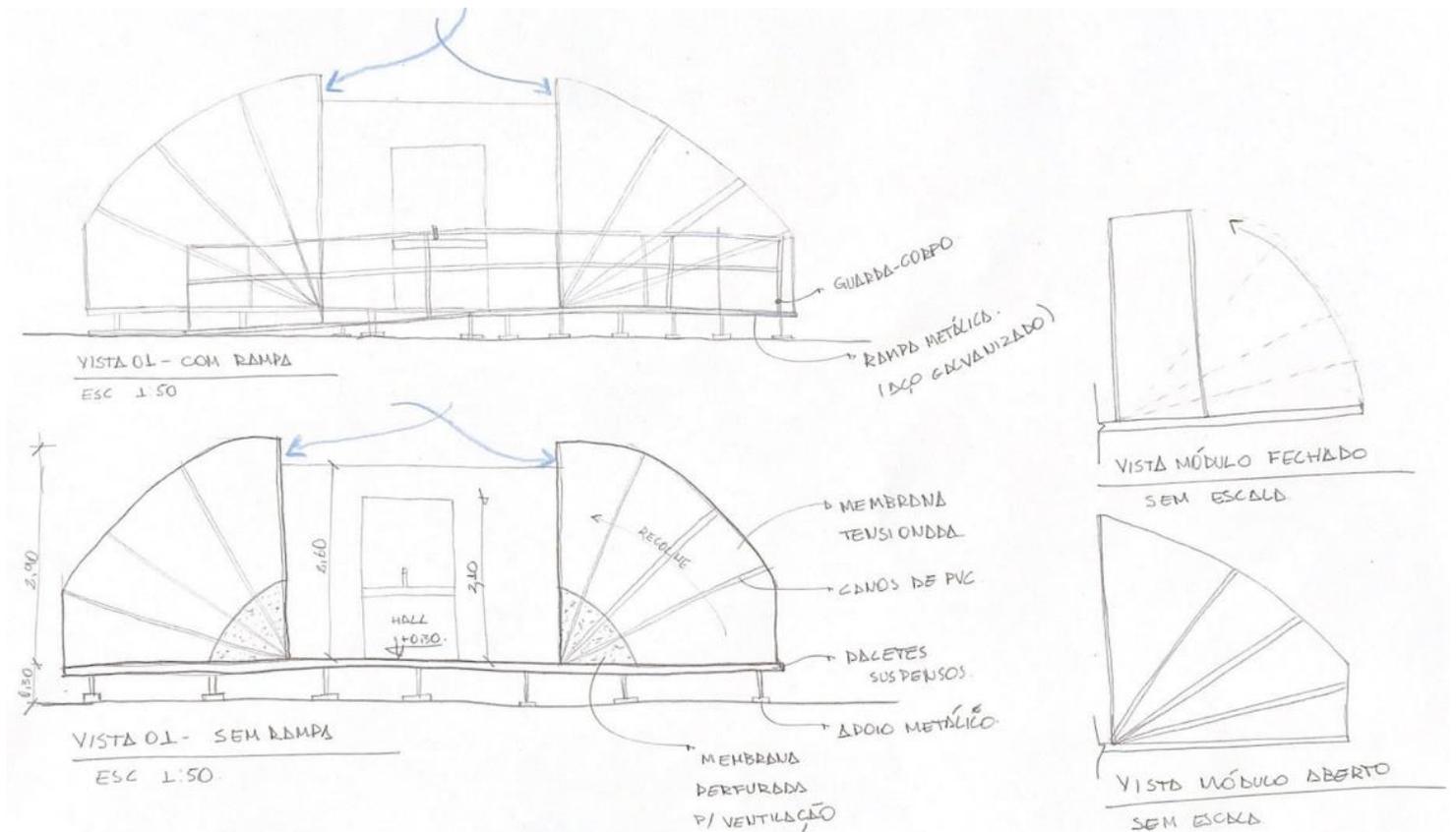
PLANTA BAIXA

ESC 1:50

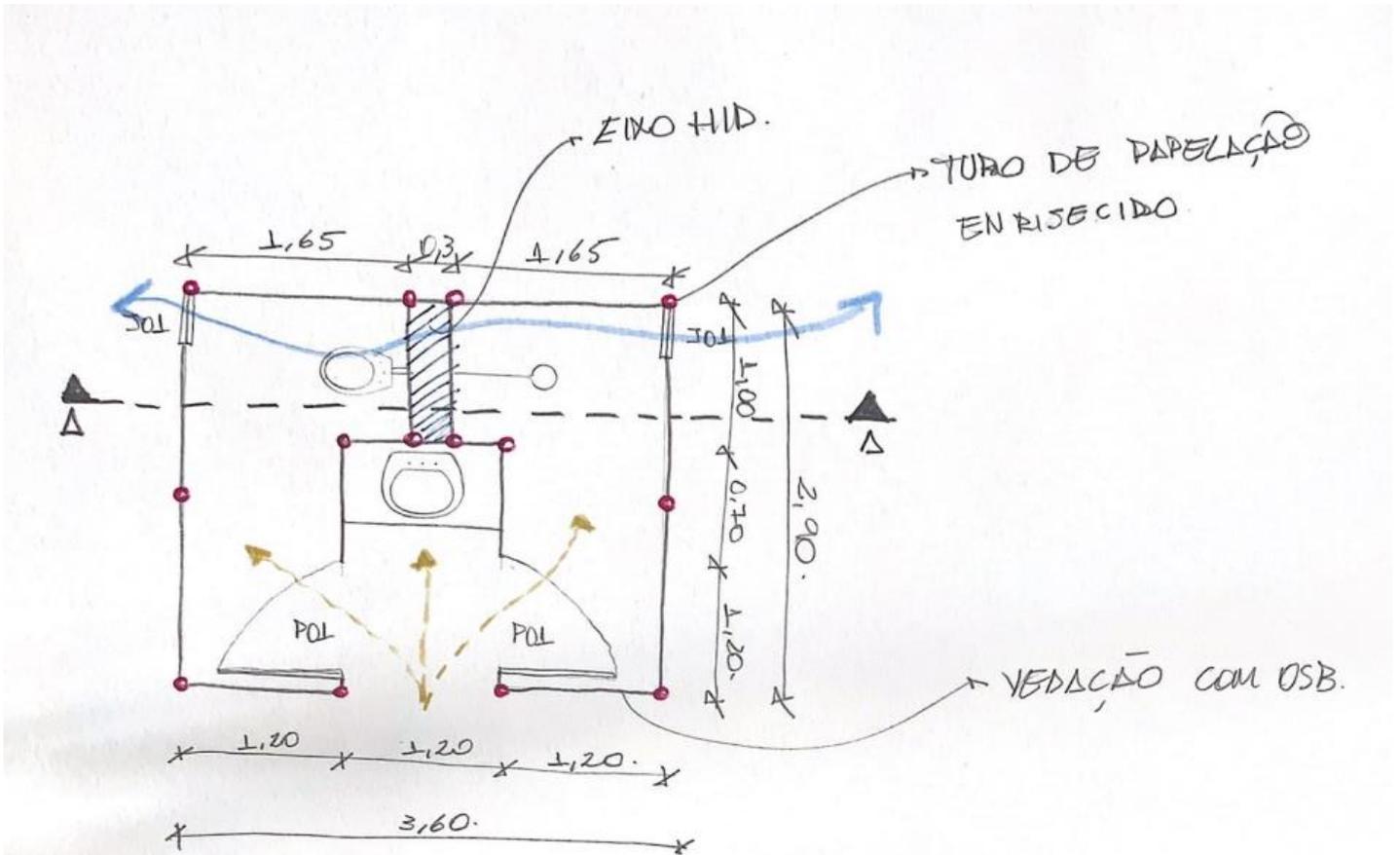
- Planta de cobertura



- Vista frontal e vista do módulo retrátil

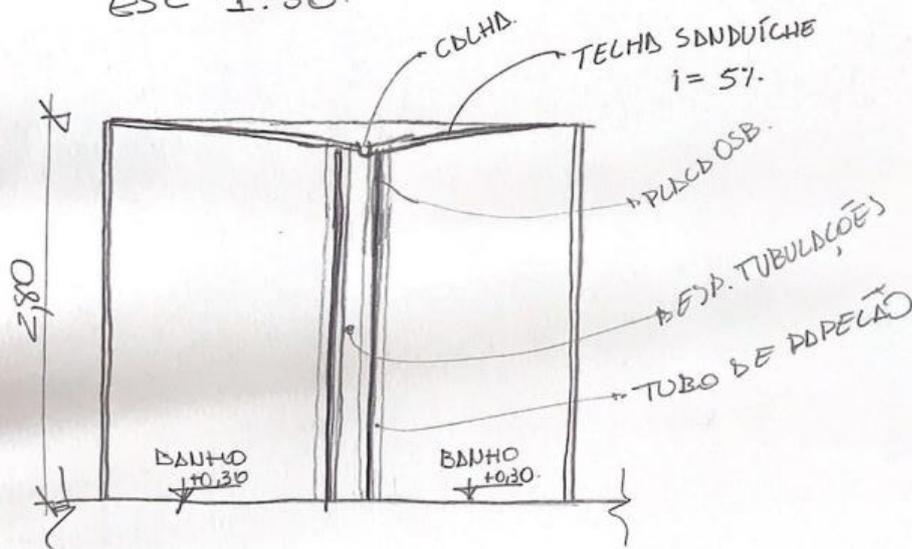


- Planta módulo hidráulico e corte A-A



PLANTA BAINAS - MÓDULO HIDRÁULICO

ESC 1:50.



CORTE A-A

ESC 1:50.

### 7.1.2. Projeto Final

A implantação proposta visou a melhor posição do equipamento considerando a insolação na praça da Sé, para isto, foram realizados estudos a fim de encontrar a melhor posição para cada fachada.

O estudos de insolação foram realizados em dois períodos do ano, final do outono e início do verão – junho e dezembro respectivamente (vide imagem 59 a 64).

Desse modo, a implantação proposta é que a fachada posterior, onde está localizado as janelas da área molhada, seja a fachada oeste.

Pensando nas pessoas com mobilidade reduzida foi proposta uma rampa de acesso ao equipamento e por ser um equipamento sem um local fixo de implantação, podendo haver alterações de topografias, a rampa foi projetada com o máximo de inclinação permitido - 12,5% - em casos de reformas ou quando as possibilidades de atender a inclinação ideal de 8,33% são esgotadas.<sup>20</sup>



Figura 61: Estudo de insolação 06 horas Junho. Autoria: elaborado pela autora

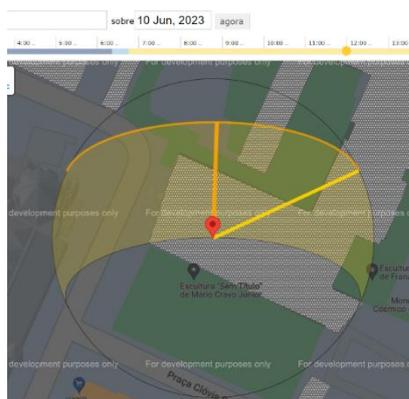


Figura 60: Estudo de insolação 12 horas Junho. Autoria: elaborado pela autora



Figura 59: Estudo de insolação 17 horas Junho. Autoria: Elaborado pela autora.

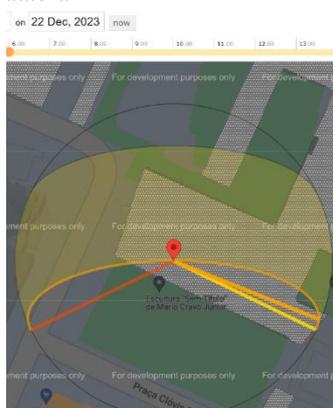


Figura 62: Estudo de insolação 06 horas Dezembro. Autoria: Elaborado pela autora.

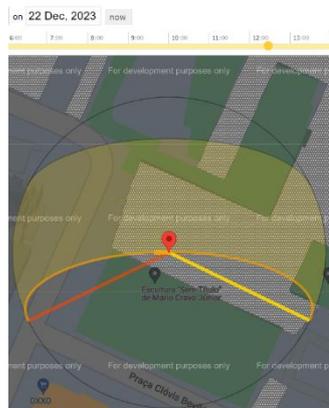


Figura 63: Estudo de insolação 12 horas Dezembro. Autoria: Elaborado pela autora.



Figura 64: Estudo de insolação 17 horas Dezembro. Autoria: Elaborado pela autora.

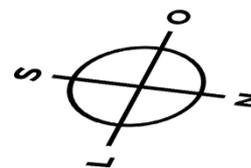
<sup>20</sup> Sobre inclinação de rampas de acessibilidade, ver ABNT NBR 9050.

Para que o equipamento fosse autônomo alguns itens foram necessários, tais como: painel fotovoltaico 60w com as seguintes dimensões 64x67x25 (CxLxP) o suficiente para gerar energia para tomadas e iluminação interna; boiler com capacidade de até 400L com as seguintes dimensões 68x157 (ØxC) para o chuveiro; caixa d'água de 1000L pois atende até 6 pessoas<sup>21</sup> e um reservatório para armazenamento das águas das chuvas, que será utilizada para descarga. Por fim, visando a implantação em locais públicos foi pensado sobre o descartes das águas cinza (chuveiro, limpeza) e negras (vaso sanitário) através de reservatórios posicionados abaixo da áreas molhada. O descarte destas águas acontecerá assim como é realizado em banheiros químicos, uma empresa responsável fará a retirada dos resíduos e fará o descarte adequado. Para que isso aconteça, será necessário a parceria com a Prefeitura, para que contrate a empresa do ramo.

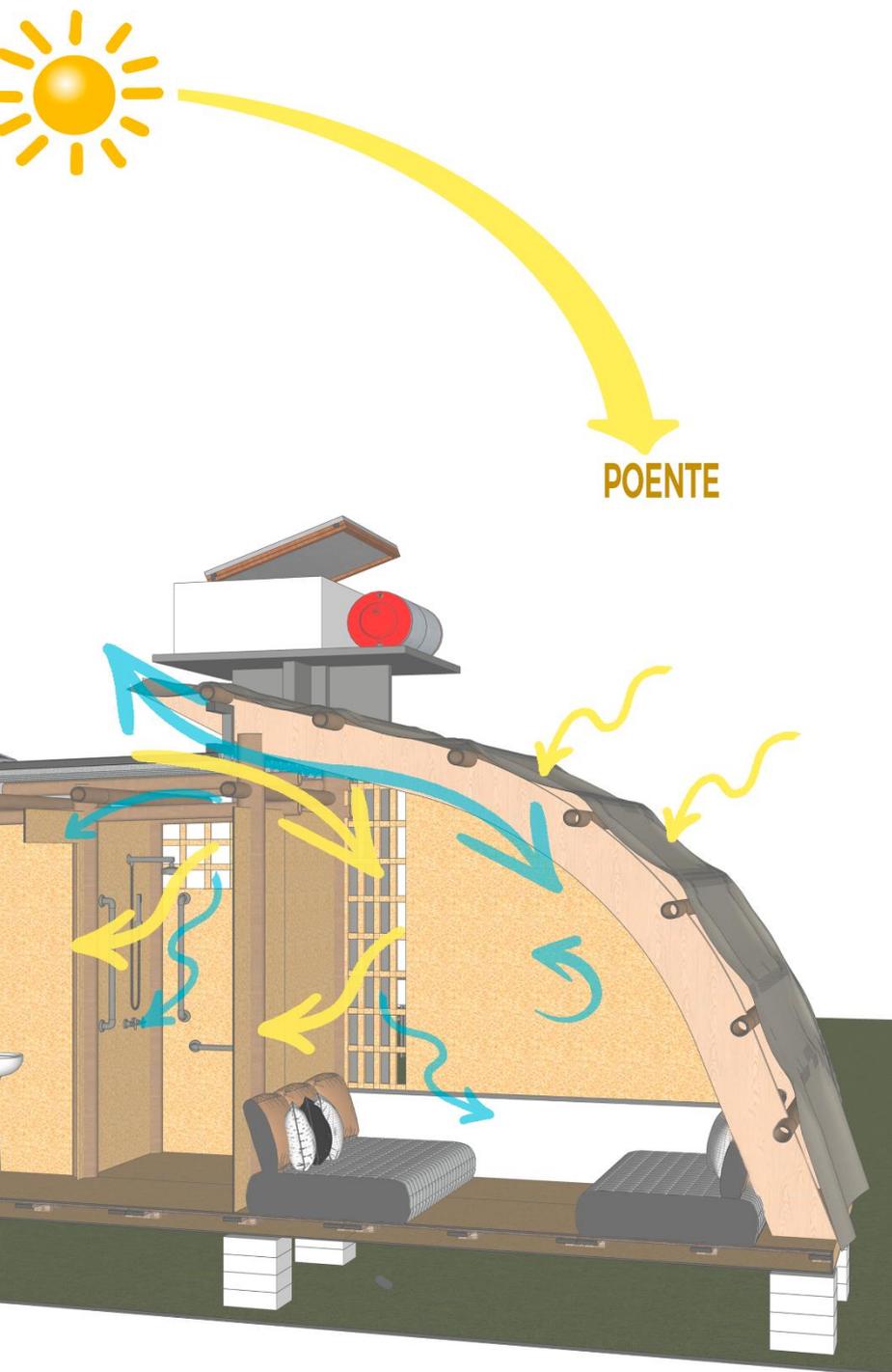
Na parte destinada a área molhada, a cobertura é com telha metálica com enchimento de poliuretano expandido, garantido assim um bom conforto térmico e acústico, redução no custo estrutural, facilidade de manutenção e redução de desperdício. Este telhado é sustentado por uma estrutura de tubos de papelão Ø10cm .



Figura 65: Croqui bioclimático. Autoria: Elaborado pela autora.



<sup>21</sup> Sobre dimensionamento de caixa d'água, ver site Sabesp (SP).



A cobertura dos quartos 01 e 02 é estrutura com bambu laminado e coberto por uma manta de lona composta por uma camada de lona de banners (reutilização), uma camada de papelão (reutilização) e novamente lona de banner, por fim, estas camadas passam por uma máquina de calambras para que seja feita a junção. Desse modo, obteremos um conforto térmico agradável nos ambientes.

O pilares principais do equipamento são também de tubos de papelão com Ø15cm preenchidos com concreto de agregados miúdos, este são produzidos e levados prontos para o local de implantação. Estes pilares são fixados nas sapatas de concretos que, por sua vez, exercem o papel de nivelar o equipamento conforto o terreno. A base é composta por painel wall com acabamento em chapa de compensado platificado 20mm, e na área molhada o acabamento é em piso cerâmico 60x60x. As paredes divisórias também são em painel wall

sendo que no interior das áreas molhadas este material conta com placa cementícia em decorrência da umidade nos ambientes.

- Imagens



Figura 66: Fachada principal. Autoria: Elaborado pela autora.



Figura 67: Perspectiva. Autoria: Elaborado pela autora.

Figura 68: Fachada posterior. Autoria: Elaborado pela autora.

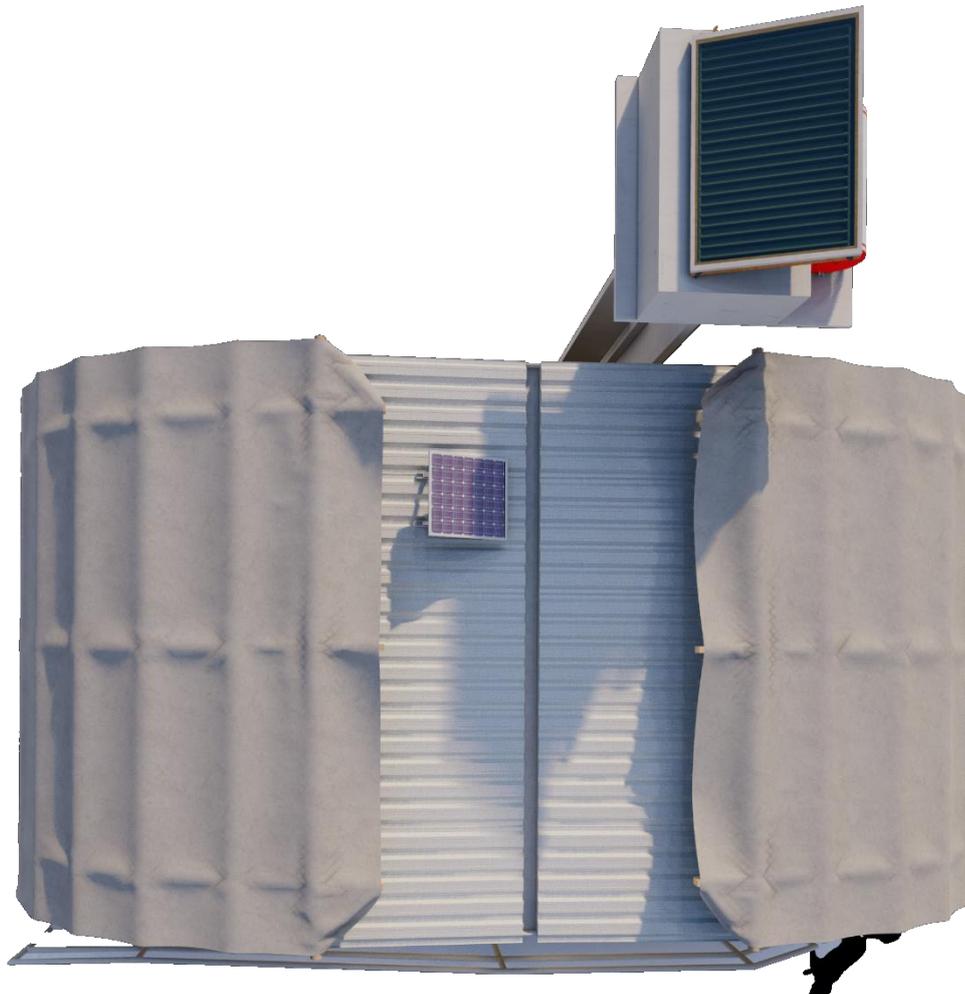


Figura 69: Cobertura. Autoria: Elaborado pela autora.



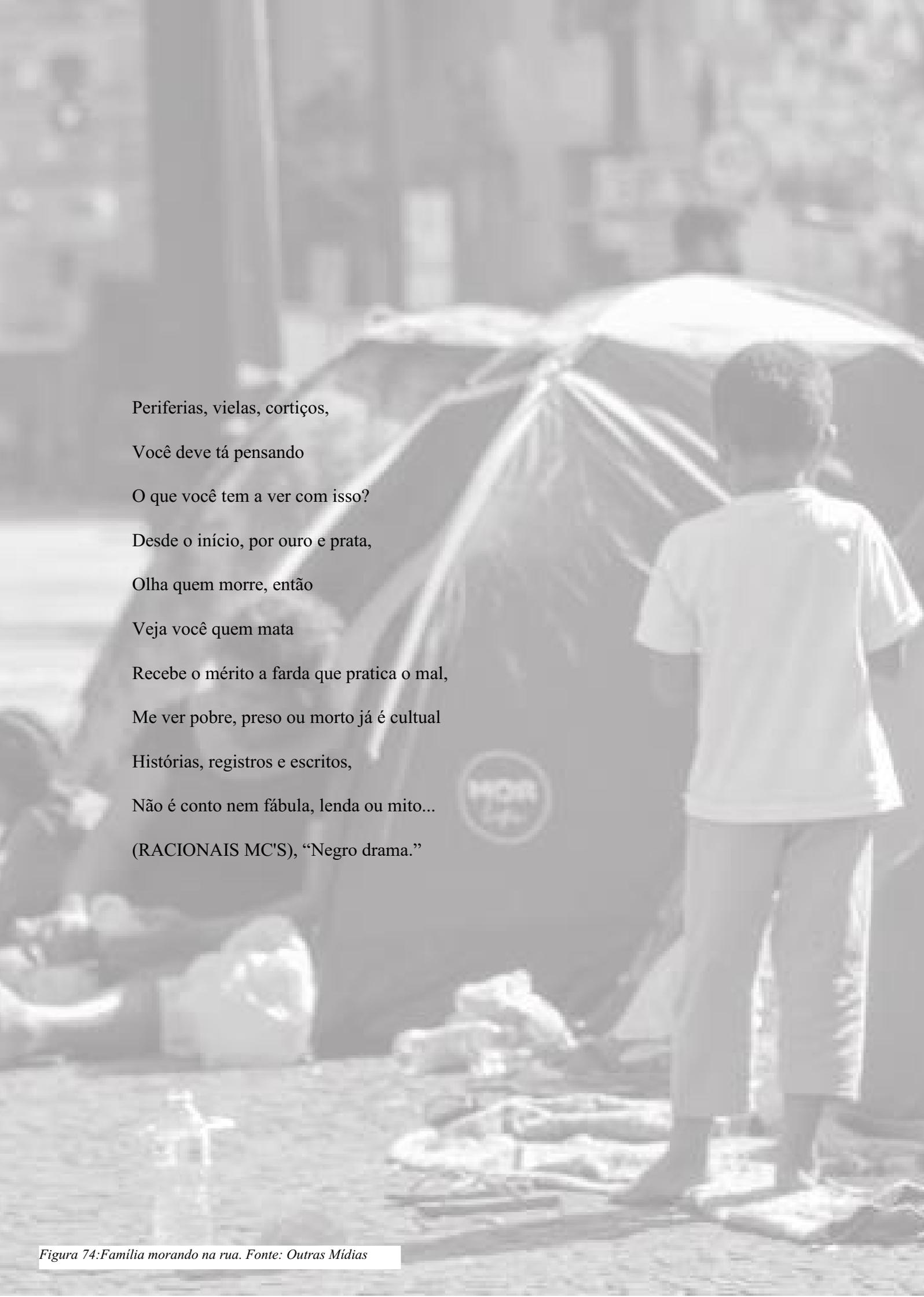
Figura 71: Inserção sob viadutos. Autoria: Elaborado pela autora.



Figura 70: Inserção do equipamento na rodoviária do tietê. Autoria: Elaborado pela autora.



Figura 72: Inserção do equipamento na praça da Sé. Autoria: Elaborado pela autora.



Periferias, vielas, cortiços,  
Você deve tá pensando  
O que você tem a ver com isso?  
Desde o início, por ouro e prata,  
Olha quem morre, então  
Veja você quem mata  
Recebe o mérito a farda que pratica o mal,  
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural  
Histórias, registros e escritos,  
Não é conto nem fábula, lenda ou mito...  
(RACIONAIS MC'S), “Negro drama.”

## 8. CONCLUSÃO

A negligência e falta de tratamento adequado a esta população, majoritariamente negra, é de longa data e por isso não há grandes comoções a respeito desta problemática. Mas pouco se fala em como isto está diretamente correlacionado com a maneira que a abolição aconteceu no nosso país, sendo apenas mais um fato histórico importante que é omitido. Do que adianta sabermos sobre as guerras ocorridas em outros países quando não paramos para ensinar/aprender sobre o nosso!

É necessário colocar em práticas medidas a respeito desta população, pois caso contrário, este cenário tende a ser cada vez maior e comum. Visto que já é de se esperar que ao ir ao centro de São Paulo alguém te aborde pedindo ajuda, mas não é uma realidade agradável e muito menos esperada para a maior cidade do Brasil, que é exemplo em diversos pontos, mas que é insuficiente quando a questão é política pública eficiente aos mais vulneráveis.

É importante também pensar em projetos em consonância a outras secretarias, de modo que as pessoas em situação de rua consigam ter autonomia, consigam emprego e moradias dignas e para isso faz se necessário ouvir aqueles que vivem nas ruas, e não apenas os comerciantes/empresários do centro de São Paulo que visam somente os seus próprios interesses.

Nós, os negros, temos sido obrigados a esquecer durante muito tempo nossa história e nossa condição. Por que ficarmos quietos, silenciosos e perdoarmos ou esquecermos os holocausto de milhões sem conta -cem, duzentos, trezentos milhões – de africanos (homens, mulheres e crianças) friamente assassinados, torturados, estuprados e raptados por criminosos europeus durante a escravidão e depois dela? Ou será que devemos clamar nem reclamar, já que para os europeus a escravidão constituiu o “passo necessário” à fundação e desenvolvimento do capitalismo... (NASCIMENTO, 2019, p. 41)

## 9. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo.

**Agência Brasil**, São Paulo, 24 Jan 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo>>. Acesso em: 13 Dez 2022.

ANDREOU, A. Spikes keep the homeless away, pushing them further out of sight. **The Guardian**, Jun 2014. Disponível em:

<<https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/jun/09/spikes-homeless-london-metal-alcove-defensive-architecture-poverty>>. Acesso em: 17 out 2022.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Arquidiocese de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<<https://arquisp.org.br/multimedia/videos/pastoral-do-povo-da-rua>>. Acesso em: 02 Dez 2022.

ASSIS, R. G. D. Um estudo sobre arquitetura têxtil no Brasil: o segmento de mercado das.

**Dissertação de mestrado**, São Paulo, 2012.

ASSUNÇÃO, C. Rede Brasil Atual. **Outras Mídias**, 2023. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/outrasmidias/em-sp-novo-caso-de-revitalizacao-racista/>>. Acesso em: 25 fev 2023.

BAN, S. Paper Log Houses by Shigeru Ban: Recyclable Materials and Architecture.

**Rethinking The Future**, 2014. Disponível em: <<https://www.re-thinkingthefuture.com/case-studies/a4922-paper-log-houses-by-shigeru-ban-recyclable-materials-and-architecture/>>.

Acesso em: 18 dez 2022.

BONDUKI, N. Vitruvius. **Vitruvius**, Fevereiro 2020. Disponível em:

<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/20.235/7627>>.

BRASIL. Decreto de 26 de outubro de 2006. **Constituir Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742,**

**de 7 de setembro de 1993**, 2006. Disponível em:

<[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/2006/decreto-36316-25-outubro-2006-546078-norma-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2006/decreto-36316-25-outubro-2006-546078-norma-pe.html)>. Acesso em: 02 Dez 2022.

CALLISTER, W. D. Ciência e Engenharia de Materias - Uma Introdução, n. 40º, 2008.

CARVALHO, D. B. B. Intolerância aos moradores de rua. **Secretária de comunicação (SECOM), Universidade de Brasília.**, Brasília, 14 set 2004. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/artigos/at0904-02>>. Acesso em: 07 dez 2022.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. Dignidade humana: em meio à crise de Covid-19, pessoas em situação de rua acampam em frente à Prefeitura e avançam na conquista de direitos essenciais. **Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos**, Jul 2020. Disponível em: <<https://gaspargarcia.org.br/dignidade-humana-em-meio-a-crise-de-covid-19-pessoas-em-situacao-de-rua-acampam-em-frente-a-prefeitura-e-conquistam-direitos-essenciais/>>. Acesso em: 15 dez 2022.

CESPEDES, B. et al. Se uma pandemia não basta, o que será preciso para repensar o acolhimento para a população em situação de rua?, São Paulo, maio 2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/se-uma-pandemia-nao-basta-o-que-sera-preciso-para-repensar-o-acolhimento-para-a-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 11 dez 2022.

DI FLORA, M. C. Mendigos: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? **Vozes**, Petrópolis, 1987.

DIAS SILVA, T.; CARVALHO NATALINO, M. A.; BRITO PINHEIRO, M. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais., jun 2020. ISSN 74. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>>. Acesso em: 11 dez 2022.

DIAS, A. Jornal Hoje. **Jornal Hoje**, 2022. ISSN Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 16 out 2022.

ESQUINCA, M. M. M. Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República, São Paulo, p. 254, 2013.

FRANGELLA, S. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo., Campinas, p. 97, mar. 2004.

FRANGELLA, S. M. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. nº 13, p. p. 199-228, 2005.

G1 SP. **G1 SP**, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/24/moradores-de-rua-de-sao-paulo-tem-idade-media-de-417-anos-e-708percent-sao-pretos-ou-pardos-diz-censo-da-prefeitura-moooca-e-se-concentram-maioria-dos-sem-teto.ghtml>>. Acesso em: 16 out 2022.

GOMES, L. **ESCRavidÃO**. [S.l.]: Globo Livros, v. III, 2022.

GUARDA, M. D. G. Políticas públicas e direitos: um estudo de casa, São Paulo, p. 138, 2014.

JAFELICE, D. A. Caracterização de compósitos de polipropileno reciclado e fibra de coco. **Adelpha Repositório Digital**, São Paulo, p. 65, Jun 2013. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24166/Domingos%20Antonio%20Jafelice.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 dez 2022.

JR, C. P. **História econômica do Brasil**. [S.l.]: Brasiliense, 1976.

JUNIOR, C. P. Historia Econômica Do Brasil. In: JUNIOR, C. P. **Historia Econômica Do Brasil**. [S.l.]: brasiliense, 1976.

LIMA, J. A. D. A libertação dos escravos: como campinas viveu aqueles dias? **Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Campinas**, 2018. Disponível em: <<https://ihggcampinas.org/2018/05/13/a-libertacao-dos-escravos-como-campinas-viveu-aqueles-dias/>>. Acesso em: 27 nov 2022.

LODS, M. **Architectes et Ingénieurs.” Habitation** : revue trimestrielle de la section romande de l’Association Suisse pour l’Habitat. [S.l.]: [s.n.], v. no. 4, 1967. 39–40 p.

MAIA, D. Alta de moradores de rua após pandemia exigirá respostas de prefeito de SP em diversas áreas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 out 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/alta-de-moradores-de-rua-apos-pandemia-exigira-resposta-de-prefeito-de-sp-em-diversas-areas.shtml>>. Acesso em: 13 dez 2022.

MANO, E. B. Polímeros como materiais de engenharia, 2003.

MARICATO, E.; COLOSSO, P. Da cidade segregada à cidade insurgente. **Outras Palavras**, São Paulo, dez 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/da-cidade-segregada-a-cidade-insurgente/>>. Acesso em: 20 nov 2022.

MARINGONI, G. História - O destino dos negros após a Abolição. **IPEA - instituto de Pesquisa Economica Aplicada**, 2011. Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28)>. Acesso em: 15 out 2022.

MARX, K. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. In: MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital., p. 721.

MARX, K. **Crítica da economia política:** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATA, I. M. "Libertos de treze de maio" e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. Afro-Asi, n. n. 35, 27 Jan 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21129>>. Acesso em: 27 Nov 2022.

MELLO, J. M. C. D. **O capitalismo tardio**. [S.l.]: Brasiliense, 1982.

MNPR. Cartilha de formação do Movimento Nacional da População de Rua. [S.l.]: [s.n.], 2010. p. p.8.

NASCIMENTO, A. **O QUILOMBISMO - DOCUMENTOS DE UMA MILITÂNCIA PAN-AFRICANISTA**. 3º EDIÇÃO, REVISTA. ed. RIO DE JANEIRO: PERSPECTIVA, 2019. Acesso em: FEV 2023.

PAULO, S. Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua, São Paulo.

PIETRO, R. Prefeitura cria novos equipamentos emergenciais para acolhimento de pessoas em situação de rua., São Paulo, abril 2020. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/noticias/?p=295950](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=295950)>. Acesso em: 11 dez 2022.

POLOS/UFMG. Nota técnica sobre a aplicação do CadÚnico com a população em situação de rua no Município de São Paulo. **Polos de Cidadania**, Belo Horizonte, jun 2022. Disponível em: <<https://polos.direito.ufmg.br/nota-tecnica-sobre-a-aplicacao-do-cadunico-com-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-municipio-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 dez 2022.

PRATO, J. J. F.; PEREIRA, P. P. S. **Diário de um detento**. São Paulo: [s.n.], 1997.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Vila Reencontro, no centro de São Paulo, terá casas modulares para a população em situação de rua. **Cidade de São Paulo Assistência e Desenvolvimento Social**, São Paulo, 05 Nov 2022. Disponível em:

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/noticias/?p=337415](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=337415)>.  
Acesso em: 04 jan 2023.

QUALITEST. **População em situação de rua 2021.** Prefeitura de São Paulo. São Paulo, p. 52. 2021.

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama.** [S.l.]: [s.n.].

RISSELADA, M. A. G. L. **A Arquitetura de Lelé:** Fábrica e Invenção. São Paulo: São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2010.

RODRIGUES, L. V. B. P. Políticas de atendimento à população de rua: reflexões sobre efetivação de direitos em Fortaleza (Artigo). **Revista Conhecer: debate entre público e o privado**, Fortaleza, v. 08, 2018. ISSN 20.

SABOYA, R. Flávio Villaça e a segregação urbana, 17 Julho 2016. 1-10.

SALADO, G. C. Construindo com tubos de papelão. **Um estudo dea tecnologia desenvolvida por Shigeru Ban**, São Carlos, p. 186, 2006. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05122006-154315/publico/dissertacao\\_Definitivo.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05122006-154315/publico/dissertacao_Definitivo.pdf)>. Acesso em: 18 dez 2022.

SALADO, G. C.; SICHIERI, E. P. Resistências à compreensão axial e à flexão de papelção brasileiros e japoneses utilizados em sistemas construtivos. **NUTAU 7º Seminário Internacional: Espaço sustentável, Inovações em edifícios e cidades.**, São Paulo, 2008. Acesso em: 18 dez 2022.

SALADO, G. D. C.; SICHIERI, E. P. Construindo com tubos de papelção: Um estudo da tecnologia desenvolvida por Shigeru Ban. **Nutau-USP**, São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05122006-154315/publico/dissertacao\\_Definitivo.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-05122006-154315/publico/dissertacao_Definitivo.pdf)>. Acesso em: 28 dez 2022.

SÃO PAULO. Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997. Dispões sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. **Legislação municipal**, São Paulo, SP, 16 abr 1997. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-12316-de-16-de-abril-de-1997/consolidado>>. Acesso em: 26 nov 2022.

SÃO PAULO. UBS Boracea atende população que vive na ua na região central. **Secretaria Especial de comunicação**, São Paulo, jan 2009. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=119452#:~:text=A%20UBS%20fica%20na%20rua,e%20Assist%C3%AAncia%20e%20Desenvolvimento%20Social.>>. Acesso em: 11 dez 2022.

SÃO PAULO. Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. **Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**, São Paulo, dez 2016. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos\\_humanos/Plano%20PopRua.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Plano%20PopRua.pdf)>. Acesso em: 04 dez 2022.

SÃO PAULO. Lei nº 17.252, de 26 de dezembro de 2019. Consolida a Política Municipal para a População em Situação de Rua, institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em situação de Rua e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, n. n 243, 2019. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17252-de-26-de-dezembro-de-2019>>. Acesso em: 02 Dez 2022.

SÃO PAULO. Hotel no centro passa a ser unidade de acolhimento para idoso em situação de rua. **Secretaria especial de comunicação**, São Paulo, Nov 2020. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/noticia/hotel-no-centro-da-cidade-passa-a-ser-unidade-de-acolhimento-para-familias-em-situacao-de-rua-1>>. Acesso em: 11 dez 2022.

SÃO PAULO. Pesquisa socioeconômica do perfil da população em situação de rua em São Paulo. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjc0ODEyM2QtY2ZkZC00YjIhLWFmNmQtYmY2YzU4NWVjZDEwIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em: 17 dez 2022.

SKIDMORE, T. **Black Into White: Race and Nationality in Brazilian Thought**. 1º. ed. [S.l.]: [s.n.], 1974.

SOLLER, A. E. A. **A pandemia que ninguém vê**. São Paulo: SP Invisível, 2020. Acesso em: 11 dez 2022.

SP INVISÍVEL. **SP Invisível**, 2022. Disponível em: <<https://www.spinvisivel.org/post/meu-maior-arrependimento-foi-ter-vindo-para-esse-lugar-cinzentos-atr%C3%A1s-de-servi%C3%A7o>>. Acesso em: 01 nov 2022.

VEGESACK, ALEXANDER VON, CATHERINE DUMONT D'AYOT, AND BRUNO REICHLIN. **Jean Prouvé: The Poetics of Technical Objects.** Weil am Rhein: Vitra Design Museum. [S.l.]: [s.n.], 2006.

VIGGIANO, M. H. S. **Projeto Edifícios Públicos Sustentáveis.** Brasília: Rede Legislativo Sustentável, 2019.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. **Studio Nobel**, São Paulo, 2012.

ZYLBERKAN, M. Terreno no centro de SP irá abrigar unidades modulares para moradores de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 nov 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/terreno-no-centro-de-sp-ira-abrigar-unidades-modulares-para-moradores-de-rua.shtml>>. Acesso em: 07 nov 22.